



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XI Legislatura

Número: 46

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 21 de fevereiro de 2018

Presidente: *Deputado Dionísio Maia (substituído no decorrer da sessão pela Deputada Ana Luís)*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves (substituída no decorrer da sessão pela Deputada Graça Silva) e Deputado Bruno Belo (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Jorge Jorge)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 06 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados, entrou-se na Agenda da Reunião com a Interpeleção ao Governo Regional sobre “Resultados dos Exames e Provas nacionais obtidos nas Escolas dos Açores no ano letivo de 2016/2017”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

Após a intervenção inicial da Sra. Deputada Susana Costa, usaram da palavra para intervir no debate as Sras. Deputadas Maria João Carreiro (PSD), Sónia Nicolau (PS), Graça Silveira (CDS-PP), os Srs. Deputados António Lima (BE), Duarte Freitas (PSD), Francisco César (PS) e Jorge Jorge (PSD), bem como o Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses) e o Sr. Presidente do Governo Regional (Vasco Cordeiro).

Posteriormente, foi apresentada a Anteproposta de Lei n.º 1/XI – “Programa especial de apoio social para a ilha do Pico”, pelo Sr. Deputado João Corvelo (*PCP*).

De seguida, passou-se ao debate e votação conjunta dos Projetos de Resolução, nomeadamente do Projeto de Resolução n.º 33/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes”, apresentado pelo Sr. Deputado Artur Lima (*CDS-PP*), e do Projeto de Resolução n.º 35/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de descontaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira”, apresentado pelo Sr. Deputado César Toste (*PSD*).

Sobre ambos usaram da palavra os Srs. Deputados Francisco Coelho (*PS*), José San-Bento (*PS*), as Sras. Deputadas Zuraída Soares (*BE*), Mónica Seidi (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Submetidos à votação, o Projeto de Resolução do CDS-PP foi aprovado por unanimidade, enquanto que o Projeto de Resolução do PSD foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados César Toste (*PSD*) e Francisco Coelho (*PS*).

Finalizado este ponto da Agenda, passou-se para o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI – “Décima primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico de atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Apresentado o diploma pelo Sr. Deputado João Corvelo, pediram a palavra para intervir no debate os Srs. Deputados António Lima (*BE*), António Vasco Viveiros (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), a Sra. Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*), bem como o Sr. Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*).

Colocado à votação, o diploma foi rejeitado por maioria.

De seguida, passou-se à apresentação do relatório sobre a [Petição n.º 3/XI – “Contra a incineração em São Miguel”](#), apresentada por Filipe Machado Tavares, na qualidade de primeiro subscritor, pela Sra. Deputada Graça Silva (*PS*).

Proferiram intervenções as Sras. Deputadas Catarina Chamacame Furtado (*PSD*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), os Srs. Deputados António Lima (*BE*), José Contente (*PS*) e João Corvelo (*PCP*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 40 minutos.

Presidente: Bom dia.

Agradeço aos Srs. Deputados que ocupem os vossos lugares e vou pedir ao Sr. Secretário da Mesa, Deputado Bruno Belo, que dê início à chamada.

(Eram 10 horas e 06 minutos)

Secretário: Bom dia.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

André Cláudio Gambão Rodrigues

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Carlos Emanuel Rego **Silva**

Dionísio Medeiros Faria e **Maia**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da **Cunha**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Iasalde Fraga **Nunes**

João Paulo **Ávila**

João Vasco Pereira da **Costa**

José António Vieira da Silva **Contente**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

José Manuel Gregório de **Ávila**

Manuel Alberto da Silva **Pereira**

Manuel José da Silva **Ramos**

Maria da **Graça** Oliveira **Silva**

Maria de **Fátima** Soares Fernandes Rocha **Ferreira**

Maria Isabel da Silveira Costa Rosa **Quinto**

Miguel António Moniz **Costa**

Mónica Gomes Oliveira **Rocha**

Pedro Miguel Medeiros de **Moura**

Renata **Correia** **Botelho**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Sónia Cristina Franco **Nicolau**

Susana Goulart **Costa**

Tiago Dutra da Costa Rodrigues **Branco**

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Manuel Silva **Almeida**

António Oldemiro das Neves **Pedroso**

António Vasco Vieira Neto de **Viveiros**

Bruno Filipe de Freitas **Belo**

Carlos Manuel da Silveira **Ferreira**

Catarina Goulart **Chamacame Furtado**

César Leandro Costa **Toste**

Duarte Nuno d'Ávila Martins de **Freitas**

Jaime Luís Melo **Vieira**

Jorge Alexandre Alves Moniz **Jorge**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz **Rendeiro**

Marco José Freitas da **Costa**

Maria João Soares **Carreiro**

Mónica Reis Simões **Seidi**

Paulo Henrique **Parece** Batista

Partido Popular (CDS/PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Catarina de Oliveira **Cabeceiras**

Rui Miguel Oliveira **Martins**

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo **Lima**

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos começar hoje os nossos trabalhos com o ponto dois da Agenda: **Interpelação ao Governo Regional sobre “Resultados dos Exames e Provas nacionais obtidos nas Escolas dos Açores no ano letivo de 2016/2017”**, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Regem esta matéria os artigos 183.º e 184.º do nosso Regimento. Os tempos foram definidos pela Conferência de Líderes conforme estipula o artigo 132.º do Regimento e estão assim distribuídos: Partido Socialista e Governo Regional, 32 minutos; Partido Social Democrata, 24 minutos; Partido do Centro Democrático Social, 15 minutos; Bloco de Esquerda, 12 minutos; Partido Comunista Português e Partido Popular Monárquico, 10 minutos.

Para iniciar o debate tem a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Exmo. Sr. Vice-Presidente, Exmos. Membros da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Membros do Governo:

A importância da educação para os desafios sociais do século XXI é uma realidade incontornável.

Esta relevância do setor educativo justifica uma lata preocupação com a educação, algo que estou certa que é comum a todos os grupos políticos, a todas as bancadas parlamentares aqui presentes.

É consciente desta importância que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista entendeu ser fundamental discutir e interpelar o Governo Regional sobre os mais recentes resultados dos exames escolares.

Fazemo-lo com toda a frontalidade e com toda a coragem. Fazemo-lo porque queremos perceber o que está a ser bem feito, mas também o que está menos bem e o que falta fazer.

Vamos, pois, aos dados dos exames.

No ensino básico foram apreciadas 1.223 escolas no cômputo nacional. As 33 escolas dos Açores ocupam uma posição entre o 167 e 1.045.

Sras. e Srs. Deputados, estamos satisfeitos?

Não, não estamos.

No secundário foram apreciadas 626 unidades. As escolas dos Açores posicionam-se entre o lugar 187 e 590.

Estamos satisfeitos?

Não, não estamos.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Mas consideramos que é importante fazer também aqui uma leitura mais abrangente, senão vejamos.

Entre 2014 e 2017, 21 das 33 do ensino básico subiram na sua classificação. É o caso, por exemplo, da Escola Antero de Quental que está entre 1.223 na posição 325 e isto, minhas senhoras e meus senhores, é um progresso consistente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Mas também ao nível do secundário há resultados que merecem ser destacados. É o caso da escola das Flores que se posiciona no número 187 em 626 unidades orgânicas.

Mas também no secundário temos ainda que ter um olhar minucioso, porque há realidades preciosas. É o caso da Escola Antero de Quental que no exame de matemática obteve o lugar 97; é o caso da Escola Domingos Rebelo que no exame de biologia ocupa o lugar 156; é o caso da Escola da Graciosa que no exame de geografia ocupa o lugar 70; é o caso da Escola das Flores que em língua portuguesa (que é um dos mais difíceis como todos os Srs. Deputados sabem) ocupa o lugar 45 em 626, mas ainda o lugar da escola da Madalena do Pico que ocupa um honroso 19.º lugar em 626 no exame de filosofia.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Meus senhores, com estes dados consideramos que é crucial perceber a evolução dos mesmos, porque a educação é um investimento lento e moroso e deixem-me partilhar esta ideia: este investimento não é apenas geracional. É um investimento intergeracional.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Assim, vamos ver o que é que se passou nos últimos 20 anos.

Em 2001 a percentagem dos alunos que completavam o 9.º ano era de 66%; em 2016 foi de 86%, mais 20%.

Décimo segundo ano: em 2001, a percentagem era de 37%; em 2016 aumentámos 30%, passou para 67%, duplicou o número de alunos que concluiu o secundário.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é isso! São 30 pontos percentuais!

A Oradora: Este é, minhas senhoras e meus senhores, sem dúvida, um progresso consistente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Todavia, o Partido Socialista nos Açores não encara esta educação apenas numa vertente estatística, mas também numa dinâmica e como um projeto humanista. Consideramos que é preciso olhar a criança como um todo e valorizar todas as suas aptidões e competências.

Deputado Luís Garcia (PSD): Como é que a senhora se presta a esse papel? De outras pessoas eu esperava!

A Oradora: Ora, bem sabeis que estes exames apenas valorizam as competências escritas, com a exceção de algumas línguas, aquilo que estes resultados nos mostram é apenas a capacidade escrita destes alunos.

E as outras competências das crianças não são importantes, não são valorizadas?

É que o próprio enquadramento legal da Região dos Açores e do país é verdade que aponta para uma avaliação sumativa, mas principalmente valoriza uma avaliação formativa, ou seja, aquela que forma e constrói a criança em todas as suas fases de crescimento.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Vê-se bem como chegam às universidades! Muito bem formados! E o seu testemunho como professora universitária!

A Oradora: Nesta avaliação que é mais importante que a avaliação formativa também as atitudes e os valores são contabilizados dotando todas as nossas crianças com competências para enfrentar os desafios deste século XXI.

Não pense esta câmara que estou a ser utópica. Não pensem os Srs. Deputados que o Partido Socialista está a desviar a atenção daquilo que é fundamental. Veja-se o reconhecimento público da Escola de Rabo de Peixe. Sabem que ficou num lugar no final da tabela, em 1045. No entanto, foi esta mesma escola de Rabo de Peixe que nos últimos dias foi nomeada como uma escola das mais relevantes e mais inovadoras do país pelo projeto *Ashoka Changemaker*.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: Mas senhoras e senhores, não sou eu também que estou aqui apenas a ser utópica.

Mais uma vez o Partido Socialista não está a desviar as atenções daquilo que é acessório do que é fundamental. É que no dia 14 de fevereiro de 2018 o Diretor da Educação da OCDE (creio que é figura incontornável a nível de respeito)

referiu precisamente em Portugal a dualidade que o ensino enfrenta no nosso país, ou seja, passo a citar “ao ensinar para o mundo de amanhã ou para o exame nacional”. Fim de citação.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Andreas Schleicher acrescenta aliás que Portugal “vai ter de alinhar o sistema de exames com a flexibilidade curricular e com o perfil do aluno.”

Ora, Sras. e Srs. Deputados, nos Açores já estão desde 2015 a apostar neste novo alinhamento por via do Prosucesso.

Veja-se o exemplo de Água de Pau que reduziu em 50% o número de retenções nos últimos dois anos.

Deputada Maria Isabel Quinto (PS): Muito bem lembrado!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não podem chumbar!

A Oradora: Por isso, Sr. Secretário, pergunto-lhe: sabendo que o Prosucesso tem uma meta que chega ao fim em 2025 que balanço faz hoje e como é que articula os resultados que aqui hoje estamos a apreciar com o investimento que o Governo Regional tem feito na educação, que notem não é apenas ao nível material e ao nível dos equipamentos, mas que é muito mais transversal?

Questionamo-lo, Sr. Secretário, porque para o Partido Socialista a educação é uma tarefa difícil, hercúlea e tem de ser partilhada.

A verdade é que os agentes educativos são diversos.

Em primeira instância a família, pais, encarregados de educação, que são parceiros fundamentais para que os resultados educacionais nas suas diversas vertentes sejam relevantes.

Depois, toda a comunidade que envolve os nossos alunos, as nossas crianças, que são instituições e parcerias extraordinárias para que este sucesso avance, mas fundamental é também (e aqui merece o meu particular destaque) a tarefa dos professores. Estes estão nos Açores a fazer um trabalho extraordinário.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Hoje em dia ser professor não é uma profissão, é uma missão para a qual tem de se ter vocação e sabem porque digo isto?

Porque hoje em dia ensinar é uma tarefa extremamente difícil, muito complexa, os nossos professores foram formados em modelos do século XX e as nossas crianças, com toda a legitimidade, fazem exigências para o futuro que é o século XXI.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A Oradora: E ontem que aqui debatíamos as questões da coesão social por causa do pós 2020, estas questões da coesão social começam hoje para que depois nos programas de 2027 estas crianças tenham de facto uma voz ativa, eficiente e que nos orgulhem a todos.

É por ter aliás consciência da vontade dos professores em atualizar os seus conhecimentos que o Governo Regional tem investido em vários setores da formação docente, não só numa perspetiva científica (oficinas na área da matemática e do português), mas também numa dinâmica pedagógica, ou seja, ensinar os nossos professores a ensinar melhor perante as questões que estas novas gerações nos trazem.

Minhas senhoras e meus senhores e este é também sem dúvida um progresso consistente.

Enfim, o Partido Socialista tem orgulho em tudo o que já fez. Estamos muito conscientes de que ainda muito falta fazer, mas também sabemos que podemos e fazemos melhor.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Esse é o seu sonho para a educação. É legítimo!

A Oradora: O Partido Socialista reconhece o investimento das nossas famílias, dos nossos alunos, sabemos que fazem muito, mas que estão disponíveis para fazer mais e fazer melhor.

Reconhecemos também o papel de toda a comunidade educativa, porque sabemos que estão a fazer muito, mas que sabem e querem fazer mais e querem fazer melhor.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Reconhecemos o imenso mérito do trabalho dos nossos professores e dos nossos funcionários das escolas que também é preciso não esquecer aqui. Também sabemos que muito fazem, mas que querem fazer mais e podem fazer melhor.

É por tudo isto que vamos continuar a trabalhar em prol de um sucesso educativo com exames e à margem dos exames, ...

Deputado João Bruto da Costa (PS): Convém dizer isso ao Governo!

A Oradora: ... apostando nas nossas potencialidades, conscientes das nossas fragilidades.

E isto, Sras. e Srs. Deputados, não é apenas um trabalho coletivo, é acima de tudo um trabalho colaborativo.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: Isto faz toda a diferença.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Deputada Susana Costa.

Tem agora a palavra, querendo, o Sr. Membro do Governo, o Sr. Secretário Regional.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No final do outono, ou já no decurso do inverno, quando caem as folhas às árvores, caem também sobre as secretárias das redações e depois sobre as nossas próprias mesas os resultados dos exames nacionais do 9.º ano do básico e do 11.º e 12.º anos do secundário, que através dos jornais são convertidos em rankings de escolas após o manuseio da matéria prima com mais ou com menos profissionalismo.

A divulgação dos resultados dos exames depois transformados em rankings de escolas possui de certo algumas vantagens. Antes demais coloca na agenda da comunidade educativa a definição de estratégias de melhoria dos desempenhos académicos e também o exercício de comparação da prestação de cada escola com as prestações de um passado mais ou menos longínquo e tudo junto incita à busca das causas do eventual insucesso e à identificação dos meios de promoção do sucesso.

Além disso, a divulgação dos resultados dos exames nacionais confere maior transparência ao sistema educativo, fruto simplesmente da disponibilidade de mais informação, apesar da sobreposição da uniformidade dos números à diferença das escolas e dos estudantes. Quer isto, entretanto, e já significar que algumas destas vantagens são legitimamente questionáveis, senão vejamos.

Apesar do aperfeiçoamento da metodologia as regiões autónomas encontram-se à margem do cálculo do valor esperado do contexto, afinal a tentativa única de atribuição de maior validade aos rankings através do justo reconhecimento da diferenciação das regiões, das famílias e dos estabelecimentos.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Não se esqueça de guardar uns minutinhos para responder às questões!

O Orador: Quer isto ainda dizer que manda a prudência que se relativizem os resultados dos exames nacionais quando convertidos em rankings de escolas. De facto, qualquer cidadão minimamente desperto para a evolução da *res publica* não ... para qualquer cidadão minimamente desperto para a evolução da *res publica* (queria eu dizer) não constitui surpresa que num país demasiado assimétrico e muito litoralizado ressaltem à evidência a dianteira de Lisboa, do Porto, de Coimbra ou de Braga e o atraso do interior do continente e das regiões autónomas.

Na sua essência os rankings das escolas transformaram-se anualmente num espetáculo mediático próprio de uma sociedade que converteu a educação num negócio são, por isso, como advoga Filinto Lima, “os rankings da hipocrisia um misto de meias verdades e mesmo de mentiras que procede à hierarquização dos estabelecimentos escolares conferindo um tratamento igual àquilo que é manifestamente diferente.”

Assim, contribuem para a subversão de todas as análises, porque procedem à comparação do incomparável sem qualquer achega para a identificação, para a solução dos problemas das escolas com muitas responsabilidades no agravamento das dificuldades em muitas escolas que ficam estigmatizadas à vista do grande público.

Fica, portanto, aqui uma certeza, uma certeza inequívoca: as escolas hierarquizadas em primeiro e último lugares não são seguramente nem a melhor, nem a pior de Portugal.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Mais! Que diferença existe entre escolas separadas por dezenas, senão mesmo por centenas de posições e simultaneamente por escassas, por escassíssimas décimas?

Nada seguramente!

Assim toda a classificação padece de falta de rigor. A primazia da escola privada decorre da seleção dos próprios alunos traduzida em corpos estudantis mais homogêneos, de pequena e de média dimensão, que facultam o exercício de um ensino de maior proximidade.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Pequenas e médias dimensões? Os senhores fecharam as escolas pequenas e de médias dimensões para colocar em mega escolas!!

O Orador: O atraso da escola pública decorre do cumprimento dos nobres ideais de igualdade e de coesão sociais que assenta no acesso universal das crianças, dos adolescentes e dos jovens constituinte de um contingente estudantil mais heterogêneo, mais numeroso que dificulta um aproveitamento escolar todo ele uniforme, todo ele excelente.

Posto isto atentemos nos resultados dos estudantes das escolas dos Açores nos exames nacionais.

Os resultados da participação dos estudantes dos Açores nos exames do 9.º ano do ensino básico e do 11.º e do 12.º anos do ensino secundário foram obviamente insatisfatórios no essencial, porque ficámos aquém da média nacional.

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: Mais! Sê-lo-ão sempre insatisfatórios sempre que permanecermos abaixo da média nacional. Por outras palavras, isto também já foi dito no sábado, dia 3 de fevereiro, à data da publicação dos rankings das escolas.

Espero que depois daquilo que aqui se repete e se reafirma se não continue a alardear aos quatro ventos que o Secretário Regional da Educação e Cultura encetou uma fuga ao reconhecimento da realidade que é necessariamente a base do entendimento dos factos e da reflexão sobre os resultados.

Os resultados da participação dos estudantes dos Açores nos exames do 9.º ano do ensino básico e do 11.º e do 12.º anos do ensino secundário foram entretanto os expetáveis considerando o nosso baixo ponto de partida e o nosso adverso contexto socioeconómico, tudo fruto de vários séculos de um profundo abandono que só muitas décadas de uma pertinaz recuperação hão de verdadeiramente inverter.

Os resultados da participação dos estudantes dos Açores nos exames do 9.º ano do ensino básico e do 11.º e do 12.º anos do ensino secundário são também uma consequência da nossa tardia chegada às avaliações nacionais que sucede a partir de 2012 há uma escassa meia dúzia de anos. Mas mesmo assim na sucessão do tempo registamos uma evolução positiva que no último quinquénio de 2013 a 2017 e no respeitante ao ensino básico demonstra a português uma subida de uma negativa de 39 para uma positiva de 52.6%, mais 13.6 pontos percentuais e a matemática uma subida de uns escassos 32% para 45%, mais 13 pontos percentuais já no limiar da positiva.

De resto, há cinco anos atrás encontrava-nos respetivamente a português e a matemática a uns distantes 8 e 11 pontos percentuais da média nacional, quando agora o distanciamento é já menor, somente 5 e 9 pontos percentuais. Quer isto significar que não só progredimos à escala do arquipélago, como também encurtámos distâncias relativamente ao todo do país, evidenciando um comportamento estatístico nitidamente positivo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Além disso, nos Açores os resultados dos exames nacionais de 2017 evidenciam ligeiras melhorias comparativamente a 2016, sobretudo no ensino básico. Vejamos quatro exemplos.

Das 32 escolas dos Açores integradas no ranking do jornal *Público* 23, isto é, mais de dois terços registaram subidas das médias em relação a 2016.

Também 25 das escolas dos Açores que realizaram mais de 50 provas e que se encontram integradas no ranking do jornal *Público* 14, isto é, mais de metade, registaram subidas de posição nos rankings em relação a 2016.

Ainda 16 escolas dos Açores estão acima do dito valor esperado quando em 2016 eram somente 11, inclusivamente quatro escolas dos Açores encontram-se posicionadas na primeira metade do ranking, quando em 2016 eram apenas duas, isto é, metade e três escolas dos Açores ficaram posicionadas nas últimas 50 posições do ranking é certo, mas quando em 2016 eram seis, isto é, o dobro.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Já no ensino secundário os resultados são equivalentes a 2016. Todavia, em relação ao valor esperado subiram de sete para dez as escolas que superaram tal valor.

Por acréscimo das 20 unidades curriculares alvo de exame ocorreram subidas e encurtamento de distâncias para as médias nacionais em 12 delas, isto é, na maioria e obteve-se positiva em metade das disciplinas (dez), o dobro do registado em 2016 (apenas cinco).

Finalmente em matéria de ensino secundário não é possível falar de fracasso, muito menos de calamidade, quando no acesso ao ensino superior 95% dos alunos dos Açores são colocados na primeira fase e 69% dos alunos dos Açores são colocados na primeira opção.

Apesar dos progressos grandes ou pequenos, mas à vista de todos contínuos, se ainda permanecem insatisfatórios os resultados da participação dos estudantes

dos Açores nos exames nacionais, a superação do nosso atraso constitui naturalmente um dos nossos principais desafios.

Neste capítulo, nas últimas décadas vimos dando passos de gigante com a construção de muitas mais escolas, com a formação de muitos mais professores, com a elevação da taxa de pre-escolarização, com a irradicação do abandono escolar tradicional.

Por isso, também aqui nos Açores há uma razão, há mesmo muitas razões para proclamar com António Nóvoa que a escola de hoje é infinitamente melhor do que a escola de ontem, é mais aberta, mais inteligente, mais sensível à diferença.

Aliás, nos Açores pugnamos diariamente por soluções de compromisso e de comprometimento que façam da escola um meio de aprendizagem para todos. Por isso, construímos o ProSucesso – Açores pela Educação, um plano integrado de promoção do sucesso escolar com um horizonte de 10 anos e a incluir todos os programas pedagógicos já experimentados no combate ao insucesso e ao abandono escolares.

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Depois não venham dizer que o Governo não tem tempo!

O Orador: É certo que o nosso sistema educativo ainda não atingiu os patamares de excelência por que almejamos. Todavia, no ano letivo transato de 2016/17 evidencia indicadores que transmitem esperança. Senão vejamos. No ensino básico, entre o 2.º e o 9.º anos, se excetuarmos o 7.º ano de escolaridade que regista na taxa de retenção o acréscimo de um ponto percentual em alinhamento com a tendência nacional, nos demais anos é perceptível o decréscimo das retenções comparativamente a 2015/16, de cerca de menos 3% no 1.º e 2.º ciclos e de menos 1% no 3.º ciclo.

Além disso, se acrescermos o universo da amostragem verificamos no quinquénio passado uma redução considerável da retenção que só pode constituir um bom prognóstico para o futuro.

Com efeito, entre 2013 e 2017, nos mesmos cinco anos em que externamente melhoraram os resultados dos exames nacionais que suscitaram aproximação à média nacional, internamente ocorreu uma redução considerável da retenção no 1.º ciclo de 14 para 6%, menos 8%, no 2.º ciclo de 17 para 7%, menos 10% e no 3.º ciclo, de 24 para 13%, menos 11%.

É a conjugação da melhoria dos exames externos com o decréscimo das retenções internas acabada de identificar no sistema educativo dos Açores que constitui a base da construção de percursos escolares de sucesso que paulatina, mas que seguramente hão de conduzir os nossos estudantes à conclusão da escolaridade obrigatória no tempo próprio e feitas as devidas aprendizagens.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Já temos inscrições para o debate.

Está inscrita a Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Todos os anos, por esta altura, os vários agentes ligados ao setor da Educação, onde se incluem os partidos políticos com assento na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, órgão legislativo, discutem os rankings das

escolas elaborados pelos diversos órgãos de comunicação social com base em dados oficiais.

A classificação que as escolas, públicas ou privadas, obtêm no conjunto das escolas de todo o país impele-nos a um debate que tem de ser revelador dos princípios e das convicções de cada um de nós, mas que deve também ser clarificador da avaliação que fazemos do estado da Educação nos Açores.

Os rankings das escolas são feitos com base num único resultado certamente – os exames nacionais, independentemente de fatores múltiplos que são determinantes para o sucesso educativo, como o contexto e a diversidade física e humana das escolas.

É certo que a realidade educativa é muito mais complexa do que uma simples classificação de escolas por exames em notas nacionais.

Mas também é verdade que a listagem ordenada das escolas, com base na classificação obtida pelos alunos nesses exames nacionais, é recebido como um instrumento de diagnóstico, sobretudo para as escolas, entre os demais instrumentos de reflexão, que não pode ser ignorado pelos decisores políticos e pelos decisores públicos, ou seja, por todos aqueles que definem políticas educativas.

Saudamos, como não podia deixar de ser, esta interpelação ao Governo regional sobre os “Resultados dos Exames e Provas nacionais obtidos nas Escolas dos Açores no ano letivo de 2016/2017”.

Esperamos que o Partido Socialista, partido que apoia o Governo e que agendou esta interpelação, não se mantenha fechado numa caixa de ressonância do Governo Regional e que, por respeito aos açorianos e às açorianas que lhe confiaram o voto, seja capaz de exigir aqui neste parlamento mais e melhores resultados e uma mudança de políticas em nome do sucesso das nossas escolas.

O Partido Socialista tem de ser sério na avaliação dos resultados da Educação.

O que aqui está em causa não é a disputa político-partidária.

O que aqui estamos a tratar é a aposta no setor que o PSD/Açores considera essencial e estruturante para o desenvolvimento dos Açores: a Educação.

Este ano, os resultados mais fracos nos exames nacionais voltaram a registar-se em escolas inseridas em realidades distintas, entre as quais nos Açores, onde se verificaram médias negativas e disparidades significativas entre a média do exame e a média da nota atribuída pela escola aos alunos.

No fim da lista deste “ranking” aparecem escolas inseridas em contextos socioeconómicos mais desfavorecidos, onde a grande maioria dos alunos tem apoio social escolar e os pais têm pouca escolaridade, fatores que condicionam o sucesso educativo. Todos sabemos a realidade que estas escolas enfrentam da luta constante para que a equidade e o sucesso escolar aconteça em contextos cuja realidade social é desfavorável, como por exemplo, a escola já aqui citada, a EBI de Rabo de Peixe que foi recentemente distinguida pela Rede Mundial Ashoka, como escola *Changemaker*.

Queremos uma escola inclusiva, sim, que dê resposta a imperativos constitucionais fundamentais e que valorize a formação dos nossos alunos independentemente da sua origem socioeconómica, cultural ou regional. Citando François Dubet “escola mais justa não é somente aquela que anula, o mais justamente possível, a reprodução das desigualdades sociais e promove o verdadeiro mérito, é sobretudo aquela que garante o nível de ensino mais elevado ao maior número de alunos e, sobretudo aos alunos mais fracos”.

Tal como destacou Manuel Pereira, representante nacional dos diretores escolares, “Não há terra, nem pessoas que estejam condenadas a não ter sucesso. Muito menos há crianças condenadas ao insucesso”, mas **“há políticas que podem fazer a diferença”** e, por isso, **é necessário ambição na definição de políticas educativas. Precisamos de políticas que puxem os Açores para a frente e não para baixo!**

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O grupo parlamentar do PSD/A reconhece que as escolas trabalham estoicamente todos os anos e que não temos piores alunos nem piores professores que o resto do país. Muitas escolas fazem a diferença e muitas conseguem ir para além das expectativas. Mas, não podemos ignorar que, ano após ano, a maioria das escolas dos Açores continua no fim da linha. **Nenhuma escola dos Açores posiciona-se nos cem primeiros lugares, esta é a realidade!**

Uma realidade que o Governo Regional e o Partido Socialista desvaloriza. O Senhor Secretário Regional da Educação e Cultura, há um ano, considerou que havia “motivos para júbilo” pelo facto de duas escolas açorianas estarem entre aquelas que mais subiram na tabela. E todo o universo onde tínhamos média negativa?

Este ano, perante um cenário que se assemelha ao do ano passado, o Senhor Secretário foi mais contido e disse haver “ligeiras melhorias”...

Como nos podemos contentar com ligeiras melhorias?

Como podemos falar em sucesso escolar, quando os dados recentemente publicados no Relatório “Estado da Educação 2016”, da autoria do Conselho Nacional da Educação, continua a posicionar-nos como a região onde regista maior taxa de retenção e desistência nos ensinos básico e secundário?

Nasce o discurso da imaginação, emerge uma realidade que mais ninguém vê. É invocado o *ProSucesso – Açores pela Educação* como “a resposta mais adequada para combater o insucesso escolar e reduzir a taxa de abandono

escolar precoce”, em consonância com a estratégia europeia para a educação e formação – 2020.

Como podemos falar em sucesso, sem recursos? Como podemos falar em cenários inovadores de ensino e de aprendizagem em contexto educativo, com os precários equipamentos informáticos e tecnológicos existentes nas escolas? Como implementar novas práticas e estratégias pedagógicas quando ainda hoje nos deparamos com salas de aula sem janelas para o exterior ou salas que mais parecem arrecadações?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): São bunkers!

A Oradora: Estamos a falar de milhares de alunos, que ano após ano, vêm as suas expectativas defraudadas perante compromissos assumidos e não cumpridos de terem uma nova escola!

A discrepância entre infraestruturas escolares é de tal ordem, que se traduz num mau planeamento de construções escolares!

Como podemos falar em sucesso do ProSucesso, quando na semana que se tornam públicos os rankings das escolas, ficamos a saber que **a taxa de abandono precoce de educação e formação na Região aumentou face ao ano anterior, em contraciclo com Portugal Continental, representando mais do dobro da média nacional?**

Ninguém pode ficar indiferente aos 27,8% dos nossos jovens que não estão a frequentar nenhum nível de ensino ou formação, nem tão pouco pode deixar de ficar manifestamente preocupado com o futuro dos nossos jovens.

Os indicadores falam por si só! Não logramos alcançar o sucesso que o Governo e o Partido Socialista vão artificialmente proclamando! Confrontados com indicadores nacionais e internacionais continuamos na cauda do país e da Europa.

Enquanto estes indicadores persistirem não teremos desenvolvimento económico e social na Região, não teremos coesão social!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Não há dúvida de que o sucesso escolar dos nossos alunos e o risco de abandono escolar precoce depende em grande medida da condição socioeconómica, do contexto familiar e do ambiente de aprendizagem em casa, cuja influência persiste de geração para geração. O forte impacto intergeracional no rendimento escolar pode ser encarado como uma incapacidade do sistema educativo e formativo para gerar e maximizar oportunidades para todos os nossos alunos. Deste modo, entendemos que **um acesso equitativo a uma educação pré-escolar e cuidados para a infância de qualidade e o acolhimento e apoio dos pais logo a partir das primeiras fases da educação dos seus filhos** constituem meios eficazes de combate às desigualdades socioeconómicas no desempenho escolar.

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Assente numa visão de uma educação inclusiva e orientada para o aluno, é fundamental que as escolas gozem de flexibilidade e autonomia, pelo que o PSD/A defende e continuará a defender o **reforço da autonomia das unidades orgânicas**. Se na Região a autonomia escolar fosse real e efetiva, não teríamos certamente escolas regionais a abraçarem o projeto nacional de flexibilidade e autonomia curricular!

Os Açores necessitam de um novo ciclo para o sistema educativo regional, em que a melhoria de resultados só se efetivará mediante: alargamento da autonomia, proximidade entre os agentes educativos, valorização pública da escola como elevador social e elevação de expectativas dos alunos.

Por isso, continuamos e continuaremos a defender a celebração de **contratos de autonomia** com as escolas, com objetivos e metas quantificáveis, que possam conduzir a créditos pedagógicos e financeiros em função dos resultados obtidos, no seu contexto, **envolvendo os pais e outros agentes educativos**.

Reforçar as parcerias entre a família e a escola e aumentar a participação dos pais na tomada de decisões educativas pode ser extremamente eficaz no combate ao abandono escolar. O próprio Relatório do ProSucesso 2016/2017 aponta como dificuldades a mobilização dos encarregados de educação e a desmotivação e desvalorização da escola por parte dos encarregados de educação e dos alunos!!

É também essencial que todos os professores compreendam o seu papel-chave no reconhecimento de sinais precoces de dificuldades de aprendizagem ou desinteresse das nossas crianças e jovens. Por isso, o grupo parlamentar do PSD/A alerta para a **necessidade de refundar o sistema de formação contínua dos nossos professores** por ser fundamental assegurar a aquisição de competências, aptidões e conhecimentos que lhes permitam responder a uma ampla variedade de situações que ocorrem em sala de aula. Conforme indicam estudos recentes, existem diversas áreas para as quais estes profissionais da Educação afirmam ter necessidade de formação, necessidade esta identificada no relatório do ProSucesso 2016-2017, nomeadamente, na falta de formação dos docentes em diferenciação pedagógica, tutoria e avaliação.

Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Acreditamos que todas as crianças podem ter sucesso e que a realização e o sucesso são sobretudo produto de muito trabalho, mediante políticas governativas eficazes.

São necessárias políticas educativas ambiciosas e adequadas ao desafio que as escolas e os professores enfrentam, com o envolvimento dos pais, das famílias, de toda a sociedade!

Mas numa Região como a nossa que, depois de mais de vinte anos de governação socialista, enfrenta o anúncio contínuo de planos de Combate – Combate à Pobreza, Combate à Mendicidade, Combate às Toxicodependências,

Combate à Obesidade, Combate à Violência Doméstica, Combate à Gravidez Precoce – é óbvio que o Combate ao Insucesso Escolar exige muito mais do que boas políticas educativas. Exige uma verdadeira mudança de rumo.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Agora dou a palavra ao Sr. Deputado António Lima.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista decidiu agendar uma interpelação ao Governo Regional sobre os “Resultados dos Exames e Provas Nacionais obtidos nas Escolas dos Açores no ano letivo de 2016/2017.”

O Partido Socialista poderia ter escolhido interpelar o Governo sobre Educação em geral, ou sobre um conjunto de aspetos relacionados com a educação. Mas não, o PS escolheu os exames e provas nacionais e isso é demonstrativo também da sua própria visão da escola.

Em primeiro lugar, permitam-me dizer que os resultados dos exames nacionais transformados em rankings pela imprensa, em nada contribuem para uma avaliação das escolas.

Os rankings e os próprios resultados dos exames apresentam uma pequena parte do trabalho das escolas e dos alunos, por isso, refletem isso mesmo: uma visão parcial, simplista e redutora e que traz para a educação a lógica competitiva dos mercados. Os exames servem mais para classificar do que para avaliar. Ignoram o progresso e as competências sociais e muitas vezes o próprio raciocínio e a criatividade. Servem para enaltecer o ensino privado e as escolas dos meios

mais favorecidos, denegrindo as outras publicamente. Ignoram completamente o contexto social, económico, cultural de cada uma das comunidades educativas.

Os rankings, baseados nos exames não têm em conta muitos fatores e dimensões, como por exemplo, os alunos que tiveram e os que não tiveram acesso a explicações que são pagas; o número de alunos por sala de aula e as condições de cada uma das escolas; os alunos que não têm apoio familiar para ajudar nos estudos e as privações porque estes passam; os 27,8% de jovens que abandonaram precocemente a escola nos Açores em 2017; a falta de técnicos e funcionários nas escolas e os quase 20% de professores precários que, de ano para ano, saltam de escola em escola; os 54% de jovens com 15 anos que já deveriam estar no ensino secundário, mas ainda se encontram no 2.º e 3.º ciclos ou então já não estudam de todo.

E podíamos continuar.

Os rankings e os resultados dos exames não têm em conta uma grande parte da realidade e é por isso que o Partido Socialista os quis discutir em vez de discutir a educação e o sistema educativo como um todo, nas suas mais diversas facetas. Discutir rankings e notas de exames sem olhar para o contexto é ignorar todos os que ficaram para trás para apenas discutir os resultados daqueles alunos que conseguiram chegar ao exame.

Segundo um recente estudo científico, os exames acentuam as desigualdades sociais. São os estudantes das escolas mais bem posicionadas nos rankings que mais procuram, por exemplo, centros de explicações e estes vêm de um contexto socioeconómico mais favorecido.

O Ministro da Educação afirmou recentemente que não é “adepto” de rankings por que estes comparam realidades que não são comparáveis. Mas o que é certo é que os exames continuam a ser realizados e sobrevalorizados, continuam a

fazer parte do sistema educativo e o ministério continua ainda a divulgar os resultados que contribuem, que permitem a elaboração dos rankings.

Mas se o Ministro da Educação afirma não ser “adepto” de rankings, o mesmo talvez já não se possa dizer do Sr. Secretário Regional da Educação e Cultura que foi lesto a comentar os rankings e os resultados das escolas de 2017 nos Açores, valorizando, nas suas palavras, as “ligeiras melhorias” no ensino básico, referindo à cabeça a escola melhor classificada: um colégio privado, claro está, validando os rankings enquanto método de avaliação das escolas e reforçando a mensagem de que os exames é que contam e que o ensino privado é que é bom.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, para se chegar à época de exames, é preciso em primeiro lugar que os alunos frequentem a escola, ou seja, que não exista abandono escolar precoce. Nesta área, partimos de uma situação calamitosa, em que a taxa de abandono escolar precoce situava-se, em 2011 e desde que existem dados nesta série, nos 43%, quando a média nacional era de 23%. É também por isso que é preciso fazer muito mais para recuperar as décadas de atraso nesta área. Apesar da implementação de programas, como o ProSucesso, o que é certo é que em 2017, e pela primeira vez desde 2013, o abandono escolar voltou a subir quase um ponto percentual nos Açores.

Sr. Secretário, como é que explica este retrocesso?

Como explica ainda que, segundo o mais recente relatório do “Estado da Educação” do Conselho Nacional da Educação, referente ao ano de 2016, que apenas 45,6% dos jovens com 15 anos de idade nos Açores se encontram no ensino secundário, quando no continente são 62,2% e na Madeira 54,9%? Como explica estes níveis de abandono e insucesso?

Se é necessário pensar num paradigma da educação que não seja centrado em exames, é também necessário atenuar os efeitos, para já, perniciosos deste método de avaliação.

O Conselho Nacional de Educação no último relatório refere que Portugal tem a percentagem mais elevada da Europa de alunos com explicações pagas de Matemática.

As explicações servem para procurar obter melhores notas nos exames, sendo que melhores notas podem significar, por exemplo, o suficiente para ter aproveitamento, ou uma nota que permita o ingresso no ensino superior. Mas a verdade é que uma grande parte dos encarregados de educação não tem possibilidade de pagar explicações, para não falar do facto de que se a escola desse as respostas adequadas, elas não seriam de forma nenhuma necessárias.

Assim, cria-se uma seleção social, dividindo os alunos em dois grandes grupos: os que podem pagar e os que não podem. Os exames nacionais são o catalisador deste processo que é agravado pela falta de capacidade de resposta das escolas e do próprio sistema educativo, conduzindo ao insucesso e ao abandono dos alunos provenientes de famílias mais desfavorecidas.

A estabilidade do corpo docente, a continuidade pedagógica, o apoio escolar são reconhecidamente fatores fundamentais para o próprio sucesso escolar.

Nos Açores, no ano de 2016, os professores contratados eram 18% dos docentes das escolas dos 1.º, 2.º e 3.º ciclos e secundário, o que constitui uma situação de precariedade inaceitável e variadíssimas vezes denunciada e debatida nesta Casa.

Sr. Secretário, está o Governo Regional disponível para integrar os professores contratados há mais de 3 anos porque eles são efetivamente necessários nas escolas? E porque estes são poucos para debelar os problemas já aqui identificados, está o Governo Regional disponível para contratar os professores necessários para aumentar o apoio escolar nas próprias escolas?

Se as pessoas, os alunos, os docentes, o pessoal não docente, técnicos, são os atores mais importantes do sistema de ensino, não é possível que o sistema funcione sem escolas em condições. É por isso que é absolutamente inadmissível que hoje em dia haja condições de sobrelotação que prejudicam o processo de ensino e aprendizagem e põem em causa o aproveitamento escolar de centenas de alunos e que continua a ter lugar nos Açores.

Falamos de aulas em refeitórios, auditórios permanentemente ocupados, apoio educativo em salas minúsculas e sem janelas, como acontece, por exemplo, na Escola Secundária do concelho mais jovem do país, no concelho da Ribeira Grande. Estas condições são um verdadeiro obstáculo ao sucesso dos alunos da única escola secundária deste concelho. Sr. Secretário, para quando obras urgentes de ampliação nesta e noutras escolas? Para quando a remoção do amianto desta e de tantas outras escolas da Região, uma situação que põe em perigo a saúde pública? Como é que vai garantir a remoção do amianto em todas as escolas até 2019?

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Secretários:

O ranking das escolas açorianas que o Partido Socialista traz hoje aqui ao debate político é bem demonstrativo do atraso estrutural e que se vai perpetuando geração após geração nos Açores.

O desespero dos números dramáticos da educação nos Açores fizeram despoletar no PS uma paixão repentina pela educação, isto depois de terem esbanjado milhões em mega escolas, desenraizando as nossas crianças das suas freguesias e afastando-as das suas famílias, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... o que representa um enorme retrocesso civilizacional como sempre alertámos.

Mas mais grave é que ao betão juntaram a ilusão dos bons resultados, escondendo e fabricando estatísticas que mais ninguém validava.

Passadas duas décadas das políticas socialistas para a educação os resultados estão à vista: temos taxas de abandono escolar precoce na Região inadmissíveis, ou seja, em cada cinco crianças praticamente duas abandonam a escola. Isto obviamente para não falar dos níveis de absentismo, ou seja, as nossas crianças que faltam sistematicamente até ficarem retidas, como antigamente se dizia chumbarem por faltas.

As escolas açorianas continuam em último lugar nos rankings das tabelas a nível nacional. Das 32 escolas do ensino básico, apenas duas tiveram média positiva, sendo a nota mais alta 3,3 e a média 2,7, ou seja, negativa.

Das 22 escolas do ensino secundário apenas três tiveram nota positiva, sendo a nota mais alta 10,8 e a média de 9,5, ou seja, negativa.

Ou seja, a tão apregoada via açoriana para a educação virou uma canada cada vez mais esburacada.

O país que neste momento discute os resultados da educação e as famílias açorianas e pais que assistem apreensivos às notícias das médias negativas das escolas da Região perguntam-se: onde é que andam os bons alunos? Será que nos Açores não temos alunos de excelência?

Claro que temos!

Mas os alunos brilhantes, esses aprendem em qualquer sistema educativo, seja ele bom ou mau, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Olhe que não!

A Oradora: ... no entanto, quando estamos a avaliar um sistema educativo o que verdadeiramente interessa são todos os outros alunos, cujo o desempenho,

esse sim, é uma consequência das políticas educativas implementadas que se forem boas a tendência é para os resultados se aproximarem cada vez mais da excelência ao contrário do que se verifica na Região em que os resultados continuam ano após ano medíocres.

Deputado João Costa (PS): No seu tempo!

A Oradora: Continuam medíocres porque os rankings são a média de todos os alunos, ou seja, por cada aluno que tem 18 valores se continuarmos a ter cinco alunos com oito valores a média vai continuar a ser de 9,5 e 9,5 é medíocre e, portanto, o Governo pode embrulhar este 9,5 em papel cor de rosa, em papel dourado, naquilo que quiser. 9,5 foi, é e continuará a ser uma nota medíocre.

Sras. e Srs. Deputados:

A questão que se coloca então é: porque é que os Açores são tão maus naquilo que podiam e deviam ser dos melhores?

Afinal de que é que nos serviu a autonomia?

O CDS não pode aceitar que um jovem açoriano em igualdade de circunstâncias com qualquer outro jovem do país tenha um pior desempenho e veja o seu futuro hipotecado só porque teve de estudar numa escola açoriana. Esta não é a autonomia que nós sonhámos e não é seguramente a autonomia que as nossas crianças e jovens merecem.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Silveira.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sr. Presidente em exercício, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Após estas primeiras intervenções o que para já se consegue aferir é uma coisa muito simples: nenhum dos partidos da oposição que ali se expressou, falou sobre aquele que é objeto da nossa interpelação.

Deputado Paulo Parece (PSD): O Sr. Secretário também não percebeu!

A Oradora: Nós estamos aqui para falar sobre os resultados dos exames e provas nacionais. Nós não estamos aqui para comparar o que é incomparável. Nós não estamos aqui para comparar famílias. Nós não estamos aqui para comparar alunos. Nós não estamos aqui para comparar professores.

Nós estamos aqui para avaliar o progresso dos alunos que é uma coisa muito diferente de vir ali falar de rankings, de vir ali falar de comparações entre os alunos. Para isso não contem connosco neste debate. Nós não falamos sobre comparações com os alunos.

O que nós queremos fazer é a avaliação de cada aluno, a avaliação de cada escola, a avaliação do empenho de cada professor e é isso o que nos distingue.

O que nos distingue claramente é que Vs. Exas. efetivamente querem é fazer o comparativo com os rankings e nós não o fazemos.

O que nós estamos aqui a fazer é a avaliação.

A Vs. Exas. o que vos custa e por isso falaram de vários assuntos ali e não falaram daquela que é a interpelação, é que nós tivemos uma média nacional ao nível do secundário melhor do que a do ano passado, ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Melhor que ano passado?!

A Oradora: ... mas isso Vs. Exas não querem falar.

Nós tivemos uma média nacional relativamente ao ensino básico superior ao ano passado, mas isso não querem falar.

Presidente: Srs. Deputados!

A Oradora: Isso não é importante para falar.

O que é importante para a oposição é retirar o foco desta interpelação que o Partido Socialista claramente traz aqui com coragem, com determinação, com

sentido de querer perceber quais os resultados que obtivemos e o que é que podemos melhorar. Esta é a grande diferença.

Vs. Exas. foram ali em cima reclamar sobre tudo e não falar sobre aquilo que é a interpelação, porque a interpelação o que vem aqui dizer relativamente aos resultados dos exames nacionais e provas nacionais é que nas nossas escolas ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Tem de ser mais específico o objeto das vossas propostas!

A Oradora: ... (e é isso que as Sras. e os Srs. Deputados não querem ver), no ensino secundário, nós tivemos 12 escolas que tiveram um progresso positivo.

Nós tivemos no ensino básico 23 escolas que tiveram um progresso positivo e isso não parece ser do interesse das Sras. e dos Srs. Deputados.

Quando vêm falar que nós estamos abaixo da média nacional, esquecem-se constantemente de dizer que muito embora tenhamos tido e repito uma média nacional ao nível secundário melhor do que a do ano passado, uma média nacional ao nível do ensino básico melhor do que a do ano passado, embora a nossa média nacional ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Melhor?!

A Oradora: Sra. Deputada, nós estamos a falar de educação, portanto, respeito.

Presidente: Não entrem em diálogo, por favor.

A Oradora: Sra. Deputada, quando falamos da média nacional dos exames, repito, nós estamos melhor do que estávamos o ano passado e isso tem de ser admitido aqui, nesta Casa.

Quando falamos dos exames no ensino básico nós estamos melhor do que o ano passado, isto tem que ser admitido aqui, nesta Casa.

Quando nós falamos do progresso das nossas escolas não comparando alunos, nós temos que admitir que no ensino secundário 12 escolas tiveram avaliação positiva, avaliação progressiva positiva.

Quando nós falamos do ensino básico nós temos que ver que 23 escolas têm tido um progresso positivo.

Quando nós falamos da diferença da média nacional nós temos que ver que ao nível do ensino básico a nossa distância é apenas e só de 0.27%. É isso que aqui não é dito. Nós apenas nos distanciamos a nível nacional das escolas públicas de 0.27 no ensino básico.

Nós nos distanciamos das escolas públicas no ensino secundário de 0.84. É disto que nós estamos a falar. Não estamos a comparar uma escola com outra que é incomparável. Não estamos a comparar um aluno com outro que é incomparável.

O que nós estamos é aqui a analisar os resultados, os progressos dos nossos alunos e nós temos a certeza absoluta que em cada escola se está a fazer um trabalho notável de melhoria e isso é visto nos resultados não por comparativo das notas internas com as notas de exame, porque quem o faz claramente não acredita numa escola inclusiva. Quem compara as distâncias de uma nota interna com uma nota de um exame não acredita numa escola inclusiva.

Deputado Jorge Jorge (PSD): A Direção Regional pediu isso às escolas!

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Está muito mal informada!

A Oradora: Nós não o fazemos.

Portanto, nós temos a certeza absoluta que estamos a trabalhar. Temos estratégia e é para aí que caminhamos.

Neste sentido, Sr. Secretário, gostaria de lhe perguntar relativamente aos exames do 3.º ciclo, no que respeita ao progresso das nossas escolas, ao progresso dos nossos alunos, ao nível do português e da matemática, quais é que têm sido os resultados?

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Sónia Nicolau.

A Mesa de momento não tem inscrições.

Sr. Secretário, tem a palavra, por favor.

(*) **Secretário Regional da Educação e Cultura** (*Avelino de Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Começou aqui há pouco a Sra. Maria João Carreiro por aludir ao facto de por cada ano que passa eu, como Secretário Regional da Educação e Cultura, manifestar contentamento pelos resultados dos exames nacionais, quer se fale em júbilo, quer se fale em melhorias ligeiras.

Creio que a Sra. Deputada esteve relativamente desatenta à minha intervenção inicial. Eu disse que o resultado da participação dos estudantes dos Açores nos exames do 9.º ano do ensino básico e do 11.º e do 12.º anos do ensino secundário foram obviamente insatisfatórios e no essencial, porque nós ficámos aquém da média nacional. Isto foi dito no dia 3 de fevereiro, isto foi dito agora. Parece que efetivamente não chega. Oxalá que da terceira seja efetivamente de vez.

De resto, a Sra. Deputada falou também na classificação ordenada que os rankings apresentam das diversas escolas do país e de certa forma fez aqui, portanto, uma profissão de fé em favor de tal ordenação.

Eu digo-lhe apenas uma coisa: essa ordenação é extremamente injusta, é extremamente mentirosa para os Açores, porque em relação aos Açores não é considerado o valor esperado de contexto que tem em consideração a ação social de que os alunos beneficiam ou não, ...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): E a nível nacional?

O Orador: ... que tem em consideração a escolaridade dos pais maior ou menor e se efetivamente este valor esperado de contexto fosse aplicado às escolas dos Açores como é aplicado às escolas do continente, eventualmente os nossos resultados seriam diferentes e seriam certamente ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Eventualmente seriam?!

O Orador: ... diferentes para melhor.

Falou também aqui a Sra. Deputada, mas também o Sr. Deputado António Lima e falou, portanto, igualmente ao que creio a Sra. Deputada Graça Silveira, das taxas de abandono escolar precoce.

Aliás, a propósito das taxas de abandono escolar precoce recentemente conhecidas ouvimos o líder regional do PSD afirmar que as políticas educativas dos governos socialistas puxam os Açores para baixo.

Esqueceu-se de certo o Sr. Deputado Duarte Freitas de dizer que a administração socialista herdou da governação do PSD uma taxa de abandono escolar precoce de mais de 60% ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma geração!

O Orador: ... que já reduziu em mais de metade num exercício contínuo de puxar os Açores para cima.

Claro que em 2017 aumentámos em décimas a taxa do abandono escolar precoce quando o país a reduziu num ponto percentual, mas em 2016 fomos nós a progredir cerca de dois pontos percentuais quando o país recuava algumas décimas. Neste caso são pequenas oscilações de um percurso que segue o rumo certo.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Pior ainda!

O Orador: Pergunto: estamos bem?

Claro que obviamente não estamos bem.

Alcançaremos certamente no devido tempo a taxa que queremos?

Até é provável que não.

Agora uma coisa é certa: retomaremos a senda do progresso que nos há de conduzir ao objetivo almejado do alinhamento da nossa taxa de abandono escolar precoce com o país e com a Europa.

Falou-se também aqui, portanto, de avaliação, de métodos de avaliação, falou particularmente a Sra. Deputada Maria João Carreiro, e creio que atribuiu uma

importância extraordinária aos rankings elaborados pela comunicação social com base nos resultados dos exames nacionais.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Esteve desatento!

O Orador: Sra. Deputada, os rankings constituem o modelo mais incompleto, o modelo mais simplista, o modelo mais grosseiro de avaliação das escolas já que radicam na sobrevalorização de um único fator que é os exames nacionais, que por não ser inequivocamente o mais importante, não é também traduzível em contributo relevante para a melhoria da qualidade do sistema de ensino.

Aliás, o melhor exemplo foi aqui dado logo no pontapé de saída desta interpelação. É o exemplo da escola de Rabo de Peixe. No trilho da pobreza com 93% dos seus alunos beneficiários da ação social escolar, Rabo de Peixe registou nos Açores ...

Deputado Jorge Jorge (PSD): Isso é o envolvimento económico!

O Orador: ... a pior média dos exames do básico um tanto à semelhança do que sucedeu em território nacional com a Escola da Baixa da Banheira.

Todavia, Rabo de Peixe é uma das cinco escolas do país e a única das regiões autónomas que foi distinguida no termo da semana passada como escola *Changemaker* pela rede mundial Ashoka considerando o quê?

Considerando as suas boas práticas que num contexto difícil muito contribuíram para o combate, para a redução do insucesso e do absentismo escolares.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Disse isso! Estava muito desatento!

O Orador: Aqui está uma prova irrefutável senão da falência, pelo menos da relativização dos rankings das escolas.

É caso para dizer que há mais vida para além dos rankings.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Falou a Sra. Deputada Maria João Carreiro de um tema que lhe é muito querido, de um tema que é muito querido ao PSD, falou concretamente dos contratos de autonomia como solução para os problemas das nossas escolas.

Gostaria de lembrar o seguinte: nos Açores desde 2005 que as escolas públicas podem celebrar com o Governo contratos de autonomia à luz do diploma da gestão escolar, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não tem nada a ver com isso!

O Orador: ... que apenas exige uma prévia aprovação por parte do concelho pedagógico e da assembleia de escola.

Porém, uma coisa é certa: até hoje nunca o fizeram e nunca o fizeram porquê?

Por incúria delas próprias?

Por oposição do Governo?

Creio que nem por uma, nem por outra das razões apontadas. Simplesmente porque através de vias mais simples disponibilizadas pelo Governo as escolas já obtiveram uma boa parte das vantagens próprias dos contratos de autonomia, por exemplo, o crédito horário em português e em matemática agora também para a coordenação do ProSucesso; por exemplo, a gestão flexível do currículo; por exemplo, a gestão flexível do currículo; por exemplo, a alteração na organização das turmas com o programa Fénix – Açores, ainda com o projeto Apoio mais – Retenção zero; por exemplo, com a alteração da gestão da carga horária ao abrigo do diploma da inovação pedagógica; por exemplo, também com a criação de percursos curriculares próprios também ao abrigo do mesmo diploma da inovação pedagógica.

Mais! A fixação e o cumprimento de metas (outra das características dos contratos de autonomia) é uma prática corrente no âmbito do ProSucesso.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Já fazemos!

Deputado Paulo Parece (PSD): Daqui a pouco já não tem tempo para responder!

O Orador: Em falta, temos somente uma coisa, em falta temos somente a possibilidade das escolas por si próprias procederem à renovação do contrato de

uma percentagem dos seus docentes, mas disso, Srs. Deputados, discordamos nós.

Em matéria de concursos seguiremos a lista geral de ordenação por ser mais justa, evitando a ultrapassagem dos mais graduados pelos menos graduados, por ser mais um obstáculo à ocorrência de eventual amiguismo ou clientelismo na colocação de professores.

Por tudo isto se conclui que a proposta do PSD repetidamente apontada para a celebração de contratos de autonomia não é novidade, porque de uma certa forma ela já está em execução.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Que falsidade!

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Ainda tenho duas perguntas para lhe fazer!

Deputado Paulo Parece (PSD): Olhe o tempo!

O Orador: O Sr. Deputado António Lima referiu-se aqui à relação entre o público e o privado, ao privilégio do privado relativamente ao público. Não percebi se me quis atribuir a função de defensor do ensino privado.

Oh, Sr. Deputado, mas eu limito-me a repetir aquilo que disse na minha intervenção inicial.

As escolas privadas estão em primeiro lugar nos rankings, porque têm a possibilidade de escolher os seus alunos, têm contingentes estudantis mais pequenos e mais homogéneos, podem fazer um ensino que eu diria até que de maior facilidade. É isso que é responsável por uma parte da mentira que os rankings acarretam consigo.

Ao contrário, as escolas públicas cumprem o nobre objetivo de aceitar todos e obviamente que têm por força disso contingentes estudantis mais numerosos, contingentes estudantis mais heterogéneos, contingentes estudantis que obrigam os professores constantemente a mudar de estratégia e a terem inclusivamente estratégias diferenciadas numa mesma turma. Por via disso, aproveito este

momento para louvar esses professores que estoicamente desenvolvem esse trabalho.

Mais! Referiu-se o Sr. Deputado ao facto de haver muitos professores contratados no nosso sistema regional de ensino. Há efetivamente. São professores que estão a ocupar necessidades transitórias. O nosso princípio neste caso é bem claro: o nosso princípio é sempre que se individualiza uma necessidade permanente nós abrimos efetivamente uma vaga, nós abrimos um lugar e continuaremos obviamente a fazer isso sempre.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A abrir!

O Orador: Em relação às questões que me colocou a Sra. Deputada Sónia Nicolau efetivamente posso detalhar os avanços que já se verificaram, mas eventualmente deixarei para outra oportunidade.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer um intervalo regimental de 30 minutos. Regressamos às 11 horas e 55 minutos.

Antes disso vou anunciar os tempos restantes.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

O Governo dispõe ainda de 1 minutos e 16 segundos; o Partido Socialista dispõe de 15 minutos e 43 segundos; o PSD dispõe de 13 minutos e 1 segundo; o CDS-PP dispõe de 10 minutos e 34 segundos; o Bloco de Esquerda dispõe de 3 minutos e 8 segundos; o PCP dispõe de 10 minutos e o PPM dispõe de 10 minutos.

Eram 11 horas e 28 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 12 horas e 01 minutos.

A Mesa de momento não tem inscrições, mas continuam abertas.

Sr. Presidente, por favor.

(*) **Presidente do Governo Regional** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Intervenho nos breves segundos que tenho apenas para em primeiro lugar refutar a ideia que vi passar neste debate de que reina o caos na educação. Alguma oposição socorre-se inclusive de uma confusão propositada de conceitos para transmitir essa ideia. Um desses exemplos é a utilização de dois conceitos que dizem realidades muito diferentes: abandono escolar e abandono escolar precoce.

Quem fala em abandono escolar precoce a ideia que tem é que as crianças estão a sair do sistema educativo antes de concluírem a sua escolaridade. Não é isso que quer dizer abandono escolar precoce.

Abandono escolar precoce quer dizer que os jovens entre os 18 e 24 anos naquele momento não estão a frequentar nenhuma ação de formação na educação.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Exatamente!

O Orador: Não quer dizer que nos orgulhemos desta taxa, mas ela quer dizer exatamente isso.

Relativamente à outra, a taxa de desistência, também é conhecida. No caso dos Açores ela está abaixo dos 1%.

Em segundo lugar, gostava apenas de dizer que aquilo que tem sido feito na Região é um trajeto de recuperação ao longo dos anos consistente e coerente ao nível dos diversos indicadores do sistema educativo, incluindo na taxa de

abandono escolar precoce. Mas dados muito significativos relativamente à taxa de transição nos diversos ciclos dão bem nota daquele que é um caminho de progresso, um caminho de criação de bons resultados a esse nível.

No 1.º ciclo em 2011/2012 a taxa de transição era de 86%, em 2015/2016 foi de 91%.

No 2.º ciclo em 2011/2012 a taxa de transição era de 85%, em 2015/2016 foi de 90%.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: No 3.º ciclo a taxa de transição em 2011/2012 era de 76%, em 2015/2016 foi à volta dos 90%.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem lembrado!

O Orador: No secundário a taxa de transição em 2011/2012 foi de 66%, em 2015/2016 foi de 77.6%.

Para finalizar, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, aquilo que nós queremos fazer no setor da educação é exatamente criar as condições para que cada vez mais sejamos capazes não apenas em termos de formação e de qualificação das açorianas e dos açorianos, mas que sejamos capazes de captar e aproveitar emprego qualificado.

Presidente: Sr. Presidente, esgotou o seu tempo.

O Orador: Posso a este propósito anunciar nesta Assembleia aquilo que ainda ontem foi comunicado ao Governo Regional. O facto dos Açores terem sido escolhidos pela Agência Espacial Europeia para serem o posto de aterragem ou o local de aterragem do projeto *Space Rider*. Está disponível na internet em que é que consiste e que vai gerar emprego qualificado, quer ao nível dos serviços que prestam a esse nível, ...

Deputado Paulo Parece (PSD): Já terminou o tempo!

O Orador: ... quer ao nível daquilo que são os recursos afetos à exploração deste projeto.

Presidente: Sr. Presidente, a Mesa informa que esgotou o seu tempo.

O Orador: É a constituição de um grupo de trabalho, mas é a constituição de grupo de trabalho, Sr. Deputado Duarte Freitas, que demonstra claramente e este debate também demonstra quem puxa os Açores para cima e quem puxa os Açores para baixo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

Deputado José San-Bento (PS): Quando o Governo já não tem mais tempo!

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sr. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu sei que o Sr. Presidente e o Governo Regional não têm mais tempo para falar e por isso a minha intervenção não é num tom acusatório nem a suscitar respostas, mas simplesmente num tom de proclamação daquilo que é a visão do PSD/Açores sobre a matéria que estamos a discutir.

Começo por citar um responsável da Escola do Nordeste, o presidente do conselho executivo da Escola do Nordeste, que não há muitos dias nos dizia o seguinte, e é uma pessoa respeitável que já esteve sentada nesta Casa, acima de qualquer suspeita de interesses político-partidários próximo do PSD, e nos dizia o seguinte “o grande problema que sentimos com estes alunos é a falta de ambição, deles e desta sociedade.” E dizia-nos mais: “quando cheguei aqui em

1990 eram 40% os alunos que estavam no 1.º escalão da Ação Social Escolar, agora são 60% os alunos que estão no 1.º escalão da Ação Social Escolar.” Isto é sintomático.

E dizia mais. Dizia que mais de 80% dos alunos precisavam de apoio da Ação Social Escolar. Nos Açores há quatro escolas que precisam de apoios da Ação Social Escolar em mais de 90% dos seus alunos. A média são 65%. Isto é, o que caracteriza o tecido social e económico em muitas das nossas escolas.

Pode ajudar a explicar alguns dos problemas que temos tido no ensino nos Açores. Aquilo que o PSD tem dito é que é no ensino, na escola que deve estar a prioridade das prioridades. Porquê?

Porque é através da educação que podemos melhorar a igualdade de oportunidades para as açorianas e açorianos. Num contexto global cada vez mais competitivo é através da educação.

Aquilo que tenho dito e repito é que o enorme falhanço destes 42 anos de autonomia tem a ver com o falhanço da educação. Tem a ver com o falhanço da educação não só em si pela situação que foi gerada, mas também porque estatutariamente nós temos competências próprias na área da educação e numa área em que temos competências próprias que devia servir através do governo próprio da autonomia para nos aproximarmos dos melhores indicadores nacionais e internacionais, em vez de nos aproximarmos por falhanços das políticas educativas, estamos a afastarmos-nos e é por isso que digo que as políticas educativas do Governo do Partido Socialista têm puxado os Açores para trás.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Os números desmentem-no!

O Orador: É isso que é evidente. É por isso também que temos professores a dizer que é frustrante saírem das escolas desanimados como saem, saem de braços em baixo, tristes e desanimados, porque não conseguem. Em vez de

assumirem este falhanço, em vez de encararem a educação como prioridade das prioridades, em vez até de recolher naquilo que são boas propostas dos outros partidos e também nós no PSD/Açores temos orgulho em algumas das propostas que apresentamos, em vez disso tentam iludir como se tudo estivesse bem e não está tudo bem na educação nos Açores, infelizmente.

Presidente do Governo Regional (*Vasco Cordeiro*): Mas quem é que disse que estava?

O Orador: Em vez da autonomia nos servir para puxar para a frente, as vossas políticas educativas estão a puxar os Açores para trás.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Duarte Freitas.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu esperava que este debate fosse dedicado a debater qual o caminho que deveríamos seguir naquilo que é o processo educativo, ...

Deputada Graça Silveira (*CDS-PP*): Engraçado!

O Orador: ... naquilo que são as políticas que estão a ser seguidas. Daquilo que eu verifiquei da parte da bancada do PSD, nomeadamente do Sr. Presidente e líder parlamentar foi que independentemente dos resultados, independentemente de tudo aquilo que foi dito, nomeadamente pelo Sr. Presidente em termos de melhoria dos resultados, o Sr. Deputado veio aqui com um conjunto de chavões cujo único objetivo não é contribuir para a melhoria do sistema educativo, mas sim uma tentativa de ganhar votos na praça eleitoral.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Com isso o senhor não conte connosco.

Em segundo lugar, há algo que eu não percebo da bancada do PSD. É inegável que a prioridade dos governos do Partido Socialista foi apostar na educação, mas isso faz-se passo a passo, medida a medida. Onde não havia escola fizemos a escola.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Fecharam escolas!

O Orador: Onde a escola não tinha condições, fizemos novas e boas escolas.

Passado o tempo da infraestruturação, olhamos também para os resultados e para um novo problema adotámos novas políticas.

É extraordinário que quando o Sr. Presidente do Governo anuncia aqui um conjunto de indicadores que denotam a melhoria dos resultados dos alunos e o esforço que os professores fizeram em melhorar o sistema educativo, aquilo que o Sr. Deputado vem fazer é desvalorizar o esforço dos alunos, é desvalorizar o esforço dos professores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Isto é de tal forma estranho quando nós temos deputados que hoje estão na bancada do PSD que até há pouco diziam que nós tínhamos enormes progressos alcançados no domínio da educação, os quais foram frutos da nossa boa e profícua governação, ...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Falta de argumentos!

O Orador: ... a governação do Partido Socialista.

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Em que ano foi isso?

O Orador: Portanto, Sras. e Srs. Deputados, nessa matéria nós estamos de acordo com alguns deputados ou algum deputado da bancada do PSD.

Agora contem connosco para uma coisa, Sr. Deputado: querem trabalhar juntos?

Nós queremos trabalhar juntos sobre essa matéria. Temos resultados que denotam o esforço de todos e todos aqueles que trabalham no sistema educativo. Agora, campanha eleitoral, gincana política não contem connosco para isso.

O Partido Socialista está aqui como sempre esteve, ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Muito bem!

O Orador: ... para trabalhar e para continuar a melhorar, não escondendo que há matérias que devem e podem ser resolvidas. É para isso que nós estamos aqui e é para isso que vamos continuar a estar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Francisco César.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sei que o Governo já não tem ou terá pouco tempo, mas não vou deixar de fazer as questões que entender, porque o Governo tem também de gerir o seu tempo senão os debates morrem e não se discutem os assuntos como deve de ser.

Eu fiz uma questão na minha primeira intervenção sobre as condições infraestruturais e as condições que são dadas aos alunos nas nossas escolas e falemos, Sr. Secretário, da Escola Secundária da Ribeira Grande que o Bloco de Esquerda visitou muito recentemente e o Sr. Secretário também julgo que reuniu com a associação de pais.

Como é que se esperam resultados escolares decentes numa escola em que os alunos têm aulas permanentemente num refeitório?

Como é que se esperam resultados quando os alunos têm apoio educativo em salas sem janelas?

Como é que se esperam resultados quando os alunos têm aulas num anfiteatro que não pode ser utilizado para todas as outras atividades?

O Sr. Secretário perante esta realidade que certamente conhece o que diz é que neste momento o Governo Regional está apostado em encontrar as alternativas que existem para os constrangimentos da Escola Secundária da Ribeira Grande ao nível da organização dos espaços de sala de aula que não passam por uma ampliação do estabelecimento de ensino, uma escola que tem 1.400 alunos e tem capacidade para 800 a solução não passa pela ampliação da escola.

Para além, e continuando a citar a notícia do site da Secretaria Regional da Educação: “da mesma forma salientou que está posta de parte a possibilidade da instalação de contentores que com o decorrer se degradam.” Nem uma solução provisória está o Governo Regional disponível para encontrar.

Finalmente, a solução que o Governo Regional aponta, a solução de fundo para aquele problema é, e passo a citar: “estamos a fazer uma análise ao contingente estudantil, ponderando inclusivamente a sua evolução no futuro, porque o número de estudantes, inclusivamente no concelho mais jovem de Portugal, que é o concelho da Ribeira Grande, segue em decréscimo e na transição do ano passado para este ano na Escola Secundária da Ribeira Grande temos menos alunos, 110 alunos.”

Ora, o Sr. Secretário aposta tudo na diminuição da natalidade naquele que é o concelho mais jovem e que tem maior taxa de natalidade do país.

Como é que se espera resultados positivos desta forma de um Governo que não quer resolver um problema no concelho mais jovem do país e que tem os problemas sociais como todos sabemos?

É esta a política do Governo Regional e o Sr. Secretário falou ainda da escola, ainda no mesmo concelho curiosamente, na escola do 2.º e do 3.º ciclo de Rabo de Peixe, a Escola Rui Galvão de Carvalho, referindo o prémio *Changemaker* que a escola recebeu e penso eu que não é a primeira vez.

Mas qual é o prémio que o Governo Regional dá a essa escola?

É uma escola sem condições ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Bem visto!

O Orador: ... que há anos que espera por obras também de infraestruturas novas.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado António Lima.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registei com atenção os números que o Sr. Presidente do Governo hoje nos trouxe aqui a este debate, mas o que é interessante verificar é que esses números só o Governo Regional é que os conhece. Não é a oposição, como o Sr. Deputado Francisco César diz, que o está a desvalorizar.

Deputado Francisco César (PS): Disse alguma oposição, mas posso alargar o conceito!

A Oradora: Porque os rankings de sucesso que foram calculados a nível nacional para todas as escolas ... E passo a dizer o que são os rankings de sucesso: “No ranking de sucesso há mais variáveis tendo em conta não só a nota

dos alunos nos exames, mas também a avaliação interna durante os anos do ciclo, se passou de ano, ou se por outro lado ficou retido, a percentagem de percursos de sucesso que aparece na lista, é, portanto, a percentagem de alunos que naquela escola passou sempre, obteve positiva no exame final e se a nota com que acaba o 12.º ano é superior à nota com que entrou no 10.º ano.” Estes rankings de sucesso não foram calculados para as escolas dos Açores, porque o Ministério da Educação não dispunha destes dados, portanto, parece que voltámos ao tempo em que tínhamos os nossos próprios exames, fabricávamos as nossas próprias estatísticas e nessas alturas eramos os melhores do mundo.

Quando passámos a ser avaliados em igualdade de circunstâncias com todos os outros alunos do país, com todas as outras escolas do país e quando passámos a fazer parte dos exames europeus aí os resultados passaram a ser negativos e catastróficos.

Portanto, registo com agrado que o Sr. Presidente do Governo venha trazer esses valores a este debate. A verdade é que eles não são validados pelo Ministério da Educação porque nunca os recebeu.

Ainda em relação aos cálculos em que o Sr. Secretário na sua primeira reação a estes resultados vem dizer o seguinte: “Ao nível do secundário não se verificaram alterações significativas comparativamente com o ano anterior. No entanto, em relação ao valor esperado nos Açores, média esperada tendo em conta os contextos semelhantes e a proporção de exames de cada disciplina, registou-se uma ligeira melhoria.”

Isto não é verdade, Sr. Secretário. Sabe porque não é verdade?

Porque os indicadores de contexto que são o número de alunos que temos com a Ação Social Escolar, o nível de escolaridade dos pais, etc., etc., permitem calcular o indicador de contexto não foi também fornecido ao Ministério da Educação, ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Porquê?

A Oradora: ... porque é dito assim aqui: “Para as escolas privadas e para a Região Autónoma dos Açores calculámos não o valor esperado de contexto, mas apenas o valor esperado, porque lá no Ministério não se forneceram dados para contextualizar estas escolas. Na prática, calculou-se apenas o chamado valor esperado que não é mais nem menos do que uma média dos valores dos exames ponderada com o número de alunos que fizeram os exames.”

Portanto, para a Região os resultados não foram contextualizados em função do nível de escolaridade dos pais, se os alunos tinham ou não tinham Apoio Social Escolar e, portanto, vir dizer que para a Região foi um sucesso porque tivemos escolas que estavam acima do valor esperado em termos de comparação de contexto não é pura e simplesmente verdade.

Portanto, não é a oposição que quer esconder os dados.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Aldrabice, portanto!

A Oradora: Se queremos fazer um debate sério e se queremos efetivamente melhorar os resultados da educação e se queremos efetivamente todas as bancadas empenhadas para que na Região os nossos alunos tenham o melhor desempenho, não é com debate político desta natureza que vamos lá.

Mas eu pergunto-lhe, Sr. Secretário, como é que nós podemos ter os alunos da Região com bom desempenho quando ainda temos escolas com 90% de alunos com Apoio Social Escolar?

Ou seja, alunos que podem ser brilhantes, que vêm de famílias mais desestruturadas, que têm de acordar três horas mais cedo para tomar conta dos irmãos, que passam a noite a ouvir situações desagradáveis em casa, que chegam à escola com fome, por muito inteligentes que chegam, como é que podem ter um bom desempenho?

Pergunto-lhe: como é que podemos ter a tão estabilidade pedagógica, a estabilidade pedagógica que o Partido Socialista tanto defende, se ainda

continuamos com os professores contratados a representar mais de 20% do corpo docente na Região?

Como é que podemos ter um corpo docente motivado se os professores na Região não sabem em que dia é que vão passar a fazer parte do quadro da escola e todos os anos vivem a angústia de não saber qual é a escola onde vão ficar colocadas, fazer a mala e andar de ilha para ilha?

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Já discutimos isso tanta vez! Os senhores não têm razão!

A Oradora: Como é que podemos ter um corpo docente preparado para ter este desafio enorme que é tornar os resultados da educação na Região como um exemplo a nível nacional, como é que podemos ter professores preparados para este desafio se continuamos a recrutar professores não pelo mérito, mas se cumprem uma, duas ou três das prioridades regionais que nada têm a ver com desempenho e com mérito?

Sr. Secretário, devo-lhe dizer que nem com um corpo docente altamente motivado e uma estrutura competente capaz de introduzir as reformas que são necessárias e urgentes este seria um processo fácil com um Governo apático, sem visão, sem rasgo, sem estratégia e que se recusa a ver a realidade é completamente impossível.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (*Berto Messias*): Não é por se repetir muita vez a mesma coisa que ela se torna verdade!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Graça Silveira.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Susana Costa.

(*) **Deputada Susana Costa (PS):** Exmo. Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Sr. Presidente do Governo e Membros do Governo:

Creio que não é possível haver aqui uma duplicidade de critérios.

Sra. Deputada Graça Silveira, os dados são públicos, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E publicados!

A Oradora: ... os dados existem e só há uma leitura possível. É efetivamente como disse o Sr. Presidente do Governo Regional há uma evolução extremamente positiva nos dados quer dos exames e quer acima de tudo o que se tem conseguido a nível da escala de evolução temos mais alunos a transitar o 9.º ano, temos muitos mais alunos a concluir o 12.º ano. Isto é uma realidade incontornável.

Duplicou na década de 80 até 2015, duplicámos e triplicámos, quer as passagens do 9.º, quer do 12.º anos. São essas as percentagens que é preciso ter em cima da mesa para conseguir analisar.

Depois é preciso não esquecer que todos nós estamos aqui a falar de uma escola de inclusão ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e isto de facto é fundamental, isto é um desafio que nas últimas décadas se tem investido com positividade e é preciso chegar a todos os alunos, alguns com necessidades educativas especiais, alguns com fragilidades específicas, mas esta é uma escola de inclusão.

Mas esta também é uma escola de inovação e admira-me ainda ninguém ter falado aqui, por exemplo, o projeto e o investimento que se fez na aprendizagem do inglês no ensino básico que foi de facto fundamental e que está a ser uma ferramenta bastante importante.

Estamos aqui a debater que estamos a projetar e a fazer uma injeção de investimento no futuro e aqui queria trazer algo que também me parece bastante importante que é o investimento que estamos a fazer ao nível do pré-escolar.

Em 2016 e 2017 ao nível de crianças com três anos nós estávamos o ano passado com uma taxa de 70%, estamos em 79%. Com quatro anos de idade temos 89% de crianças inscritas na rede escolar e com cinco anos 100%. Ou seja, quando estivermos em 2027 a debater o novo programa na Comunidade Europeia é com estas crianças que já tiveram uma escolaridade bastante mais forte com as quais temos de trabalhar e de vir a analisar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Os que acabaram a escolaridade obrigatória cresceram com este Governo!

A Oradora: Estes investimentos no pré-escolar é um propósito do Partido Socialista para que sejam adquiridas mais competências por parte destas crianças, o que significa saber mais, agir melhor, ter maior autonomia, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Conversa!

A Oradora: ... ter maior capacidade crítica e, minhas senhoras e meus senhores, eu não posso sinceramente concordar quando diz a Sra. Deputada Graça Silveira que o Governo não tem rasgo, nem tem estratégia.

Se olhar para as várias iniciativas no que diz respeito ao investimento que tem sido feito ao nível dos jogos desportivos escolares, aos projetos de ciência, ao projeto do Ideia Açores e ainda esta semana ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Depois as escolas não têm dinheiro para levar os alunos!

A Oradora: Depois não pode dizer que não há rasgo, nem há estratégia quando ainda esta semana (esta semana!) foi divulgado um programa de educação empreendedora em 48 escolas da Região ...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

A Oradora: ... e seis clubes de robótica nas escolas dos Açores.

Não é rasgo? Não é inovação?

Não percebo.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Susana Costa.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Sra. Deputada Maria João Carreiro.

(*) **Deputada Maria João Carreiro (PSD):** Sr. Presidente em exercício, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário, das duas, uma: ou esteve desatento ...

Deputado Francisco César (PS): Não tem tempo para responder!

(Diálogo entre os Deputados das diversas bancadas)

A Oradora: Gerisse melhor o seu tempo!

Presidente: Srs. Deputados, eu faço um apelo à bancada do PSD. Srs. Deputados, deixem a Sra. Deputada que está no uso da palavra.

Obrigado.

A Oradora: Sr. Secretário, das duas, uma: ou esteve desatento quando fiz a minha intervenção, ou então não tomou a devida atenção, porque a reação do PSD já estaria certamente escrita, porque a verdade (e volto a reiterar) logo no início da minha intervenção comecei por dizer que os rankings das escolas são feitos com base num único elemento e descara o restante contexto, seja ele familiar ou socioeconómico.

Por isso, está claro da importância que devia dar no sentido de que os rankings são um instrumento de diagnóstico, portanto, deve-nos fazer refletir sobre as

fraquezas e apresentar soluções para as combater. Por alguma razão existem rankings de universidades, rankings de privadas, rankings de públicas.

Além disso, rankings avaliam o quê, Sr. Secretário?

Resultados, os exames nacionais. Todos os alunos, sejam dos Açores, da Madeira ou do continente fazem os exames. É um elemento de avaliação. Portanto, não podemos ignorar esse instrumento.

Além disso, Sr. Secretário, é verdade. Teve dois momentos, nomeadamente, passo a destacar, que foram publicação em vários jornais da Região, são declarações do Sr. Secretário e não minhas, em que haviam motivos de júbilo o ano passado relativamente ao posicionamento de duas escolas. Este ano falou em ligeiras melhorias.

No entanto, o Sr. Secretário a verdade é que depois comenta esses rankings. Das duas, uma: são ou não os rankings instrumentos de diagnóstico?

Gostávamos de ser esclarecidos.

Relativamente ao segundo ponto.

Contratos autonomia, Sr. Secretário.

Não me vou estender muito mais, mas a verdade é esta e contra essa não podemos negar: não há nenhuma escola com contratos de autonomia celebrados.

Ponto dois: há escolas da Região que abraçaram o projeto nacional da autonomia da diversidade curricular. É verdade, nada mais.

Ponto três: relativamente ao pessoal docente.

O Sr. Secretário até hoje veio aqui dizer e falar, já o disse o ano passado precisamente neste âmbito, na estabilidade do corpo docente. No entanto, se nós formos analisar o relatório que já é público dos “Açores pela Educação - Plano Integrado de Promoção do Sucesso Escolar”, relatório de 2016/2017, aponta uma fragilidade, nomeadamente flutuação do corpo docente.

Onde está a verdade?

Há ou não um corpo docente estável? Ou estamos na flutuação do corpo docente?

Gostaríamos de ser esclarecidos.

Ponto quatro: tivemos aqui a Deputada Susana, a quem muito estimo e por quem tenho muita consideração, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Se houvesse menos estima e consideração, talvez tivéssemos mais educação!

A Oradora: ... falou aqui no trabalho colaborativo, no trabalho que se exige no setor da educação. Mas a verdade é que, Sr. Secretário, nós temos que questionar esse trabalho colaborativo, Sra. Deputada, porque: como é que podemos falar em trabalho colaborativo quando o Governo está de costas voltadas precisamente para o sistema educativo regional em vários pontos. Relativamente aos docentes. Nos últimos meses não faltaram docentes na rua, seja pela carreira, seja por outras condições.

Relativamente a assistentes operacionais. A verdade é que há a necessidade de colmatar essa necessidade, por alguma razão há que nós temos necessidades permanentes a serem corrigidas, ou seja, preenchidas, com programas ocupacionais.

Leva-nos a questionar: onde está o trabalho colaborativo?

Relativamente aos equipamentos escolares. Temos escolas que ano após ano são adiadas a nível de intervenção. Já ontem aqui algumas foram faladas.

Vamos falar realmente nos cursos de robótica, mas não precisamos de ir tanto.

Vamos falar então dos outros programas de inovação que se pretende na escola, nomeadamente nos laboratórios de aprendizagem.

Como é que se podem desenvolver laboratórios de aprendizagem nas escolas quando as escolas têm equipamentos tecnológicos e precários?

Há um exemplo, há vários, seja a Escola Mouzinho da Silveira, seja a Escola da Ribeira Grande, seja a Escola de Rabo de Peixe e outras. Faltam equipamentos escolares nas escolas.

O PSD apresentou uma verba para a aquisição de equipamento, o que é que o Partido Socialista fez?

Chumbou, porque era do PSD.

Mas vamos às escolas e a verdade é que os conselhos executivos são os próprios a dizer e os docentes que há falta de equipamento informático e tecnológico na escola.

Quem é que está a mentir?

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Gostaríamos de saber.

Além disso, por último, não consigo realmente deixar de reagir.

Sr. Deputado Francisco César, a verdade é que eu tenho muito orgulho no meu passado e no meu presente e é por isso que cá estou.

(Aparte do Deputado Francisco César)

A Oradora: Falou, falou!

Sr. Deputado, ouça, por favor, porque eu ouvi, então por favor ouça.

O Sr. Deputado começou por fazer referência a uma apreciação que fiz sobre o sistema educativo regional há uma década atrás, mas esqueceu-se de dizer que nessa apreciação que eu fiz que nem tudo eram rosas, muito e muito mais havia por fazer. Passada uma década esse muito e muito mais está por fazer, continua por ser feito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

A Oradora: Portanto, Sr. Deputado, a vossa estratégia já me é familiar, porque na falta de argumentos vão à esfera pessoal.

Sejamos sérios a fazer política. A educação é um setor que merece a nossa prioridade e o nosso investimento.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada Maria João Carreiro.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

Peço-vos que mantenham algum silêncio.

(* **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Deputada Maria João Carreiro ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Tem razão!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Que apreciação pessoal fiz eu de V. Exa.?

Vamos a ver se nos entendemos.

Nós estamos no Parlamento dos Açores, somos avaliados pelo nosso trabalho político, pelas nossas ações enquanto responsáveis políticos e enquanto dirigentes políticos.

A Sra. Deputada é uma pessoa por quem eu tenho apreço pessoal, familiar, mas há algo que nós não nos podemos descuidar: foi aquilo que dissemos no nosso passado. Aliás, temos um deputado aqui que permanentemente cita alguém que costuma a estar no meu lugar ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E bem!

O Orador: ... e bem. É verdade!

Agora, Sra. Deputada, há algo que nós não podemos esconder: é aquilo que dissemos no passado e nós temos orgulho naquilo que fazemos no Partido Socialista. Nós temos orgulho, por isso é que nos identificamos com o Partido Socialista, por isso é que nos distinguimos de outros partidos que navegam noutras áreas. Enquanto que outros navegam por águas turvas do desconhecimento, ...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Mas tem de dizer tudo!

O Orador: ... ou até águas agitadas da ignorância com convicção e ambição, nós continuaremos a apresentar as melhores soluções ao nível da educação e ao nível do que forem aquelas que são as melhores políticas para os Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Sra. Deputada, aquilo que acabei de dizer não são palavras minhas, são palavras suas. São palavras suas que dizem e que elogiam o trabalho do Partido Socialista ...

Deputada Maria João Carreiro (PSD): Pois são! De uma década!

O Orador: ... e por isso, por muito que a senhora queira esconder, o facto é que a senhora elogiou em muito o trabalho do Partido Socialista e da governação.

Portanto, isto não é um ataque pessoal, é uma menção política.

Deputado António Almeida (PSD): Isso era antigamente!

O Orador: Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado Francisco César.

Srs. Deputados!

Ainda estão abertas as inscrições, Srs. Deputados.

Srs. Deputados, vou dar a palavra à Sra. Deputada Graça Silveira.

Atenção, Srs. Deputados! Sra. Deputada Graça Silveira, faça favor.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria que os Srs. Deputados da bancada socialista que tanto dizem que o PS tem trabalhado durante todos estes anos para valorizar o mérito da educação, de uma caminhada consistente no caminho da excelência e do mérito, como é que se pode valorizar o mérito quando há um aluno de uma escola de São Jorge que ganha o Concurso Regional dos Jogos Matemáticos e que para ir ao nível nacional, concorrer com os outros colegas a nível nacional, em igualdade de circunstâncias, a escola é que tem de assegurar todas as despesas e a escola não tem dinheiro para assegurar as despesas e o Governo Regional perante isto demite-se?

É assim que nós queremos valorizar e incentivar o mérito dos nossos estudantes?

E mais! Não só não assegura a deslocação destes jovens de mérito na Região, como também não assegura as transferências da Ação Social Escolar para garantir que as crianças que não podem pagar a sua senha na cantina o possam fazer.

Quem neste momento está a assegurar as senhas das cantinas das crianças com escalão são os pais das outras crianças que estudam na mesma escola e que não têm escalão, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque a escola está a contratar catering a 1,68€, a cobrar às crianças que não têm escalão 2,29€ e esse diferencial fica na escola por resposta do Sr. Secretário para assegurar o pagamento da Ação Social Escolar. O Governo nem sequer a Ação Social Escolar das crianças paga.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: Somos nós, os pais das outras crianças que não têm escalão, que o estão a fazer neste momento na Região.

Muito obrigada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Graça Silveira.

Tem agora a palavra o Deputado Jorge Jorge.

(*) **Deputado Jorge Jorge (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Susana Costa, em determinada altura da sua intervenção pôs o dilema ensinar para o exame ou ensinar para a formação.

Presidente: Atenção, Srs. Deputados!

O Sr. Deputado Jorge Jorge está no uso da palavra.

O Orador: A Deputada Susana Costa em determinada fase da sua intervenção pôs o dilema ensinar para o exame ou ensinar para a formação.

Por aquilo que nós vimos aqui por parte do Sr. Secretário penso que a prioridade para a Direção Regional e para a Secretaria Regional é ensinar para os resultados do exame, porque foi aquilo que foi sobremaneira sobrevalorizado pelo Sr. Secretário.

Falou ainda que temos professores do século XX para alunos do século XXI.

Não, Sra. Deputada!

Nós temos alunos e professores para o século XXI, o que faltou foi a formação que o Governo para poupar dinheiro deixou de dar formação contínua suficiente aos professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Enquanto essa formação contínua existiu nós tivemos sempre professores do século XXI, professores que acompanhavam perfeitamente as inovações e a evolução do seu tempo. Para poupar dinheiro acabou-se com os centros de formação, acabou-se com a formação contínua que havia e, portanto, é natural que haja nalgumas áreas alguma falta, alguma deficiência de formação.

Realçou a Sra. Deputada como um grande mérito a formação que é dada neste momento no português e na matemática. E as outras disciplinas?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E as outras áreas? E a geografia, a história ...

O Orador: E as outras áreas de formação dos alunos?

Não são importantes?

É só importante o português e a matemática?

Eu reconheço que o ProSucesso trouxe, ao nível do português e da matemática, muita formação. E o resto?

Depois, referiu que neste seguimento os alunos do século XXI ... Vou dizer-lhe um exemplo de que os alunos não estão todos no século XXI. Podem estar nalgumas escolas, noutras não estão. Alunos em que na sua escola, numa grande parte do recinto escolar, nem rede de telemóvel apanham, nem rede wireless apanham.

Deputado Carlos Silva (PS): As redes de telemóveis são importantes!

O Orador: Escolas em que os alunos de manhã quando chegam correm para ver quem são os primeiros 30 ou 40 que conseguem apanhar os IPs disponíveis,

porque a escola não tem mais IPs e eles não se conseguem ligar ao wireless da escola. Estamos a falar do século XXI!

Os telemóveis são grande meio de pesquisa se necessário for e grande meio pedagógico para quem os saiba utilizar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Portanto, alunos que quando está a chover de onde o transportes os deixam até à porta da escola chegam completamente molhados, onde os pais têm de ir levar uma segunda muda de roupa ou pedir a alguém, algum amigo, algum vizinho, algum parente que lhes vão levar. Outros casos há em que já os pais nos dias de chuva mandam os alunos com a segunda muda de roupa, porque eles quando chegam dentro do edifício têm de mudar de roupa. São estas as escolas e os alunos que temos e as condições que temos nalgumas escolas, pelo menos, no século XXI.

Depois, houve aqui uma diferenciação nas agulhas do discurso – parece-me! – entre o PS e o Sr. Secretário, porque a Sra. Deputada Sónia Nicolau questionou o objeto do debate ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não é verdade! Foi para as posições!

O Orador: Não, quem mais levou o debate para os rankings das escolas foi o Sr. Secretário.

Mas mais! A Sra. Deputada falou quase como um crime de lesa pátria comparar a avaliação externa com a avaliação interna, mas foi isso que a Direção Regional pediu. A equipa do ProSucesso pediu agora em janeiro e fevereiro às escolas para fazerem relatórios de comparação dos resultados internos com os resultados externos. Pediu, sim senhora e eu sei do que é que eu estou a falar. Pediu, sim senhora que fizessem relatórios de comparação dos resultados internos com os resultados externos.

Isto foi pedido agora às escolas.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Jorge, tem 20 segundos para terminar a sua intervenção.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Parece (PSD): A mesma tolerância que deu ao Sr. Presidente do Governo!

O Orador: O Sr. Secretário falou em alguns resultados do último quinquénio. Pois eu também tenho aqui alguns.

No último quinquénio, por exemplo, ou nos últimos anos, ...

Presidente: Sr. Deputado Jorge Jorge, terminou o seu tempo.

Agradeço que termine a sua intervenção.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente. Já lhe disse. Espero que use da mesma latitude que usou para com outros membros desta Assembleia.

Presidente: Vou usar.

O Orador: Em 2010, a média final do 3.º ciclo de matemática foi de 48%; em 2017, foi de 44,57%.

Secretário Regional da Educação e Cultura (Avelino de Meneses): Está a comparar coisas diferentes!

O Orador: Isto só para dizer que nós podemos usar os números e ir buscar os anos que mais nos convier para mostrar aqui os resultados.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado Jorge Jorge.

A Mesa não tem mais inscrições.

O PSD esgotou o seu tempo.

Sra. Deputada Sónia Nicolau.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sr. Presidente em exercício, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Ao longo destas horas já de debate naquela que foi a decisão do Partido Socialista de trazer a esta Casa o debate e análise dos resultados escolares dos exames e provas nacionais, porventura aqui também decidiu-se ir à margem daquela que é a interpelação, mas há coisas que não estão nem de longe, nem de perto no ângulo de opinião, mas sim dos factos e é um facto que os governos socialistas ao longo destes anos criaram investimento escolar.

É um facto que de Santa Maria ao Corvo nós temos melhores escolas, que nós temos melhores infraestruturas. Portanto, quanto a isso podem as Sras. e os Srs. Deputados dizerem aquilo que acham que devem dizer, mas nada altera a realidade, nada altera os factos. Nós temos investido no parque escolar.

Segunda questão: o pessoal docente.

Acho inacreditável virem aqui criticar nomeadamente a flutuação do pessoal docente quando há menos de um ano foi votado por unanimidade o regulamento do concurso docente nesta Casa. Acho incrível virem aqui, não terem tido uma posição contra, não terem aferido absolutamente nada daquele que foi o debate nesta Casa sobre esta matéria e virem aqui dizer que há flutuação.

O Governo dos Açores orgulha-se, assim como o Partido Socialista, de ter criado um regulamento coeso, justo e que é igual para todos aqueles que estejam em condições de se candidatar. Este é o património do Partido Socialista e nada daquelas que são as vossas opiniões vão mudar esta posição. Esta é a segunda questão.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Isso a gente já sabe há muito tempo!

A Oradora: A terceira questão. Sra. Deputada Graça Silveira, vir aqui dizer a questão relativa às cantinas escolares, devo dizer que quando o seu único argumentário neste debate, após nós termos provado com números, que temos melhorado na taxa de transição, ...

Deputado Luís Garcia (PSD): O verniz todo estala!

A Oradora: ... que temos melhorado na taxa de retenção, temos tido melhores notas médias de exames no ensino secundário do que o ano passado, melhores notas de exames médias do ensino básico, a distância entre a média nacional das escolas públicas e as escolas públicas da nossa Região reduziram, depois de nós termos dito isto, depois de nós termos aqui aferido das escolas terem feito progressos ao longo dos anos, vem a Sra. Deputada falar de cantinas escolares? Vem a Sra. Deputada falar de senhas de valores de cantinas escolares, quando a Sra. Deputada claramente não sabe fazer contas e não sabe o que é o fundo de Ação Social Escolar?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Oh, Sra. Deputada, menos! Se quer começar por aí a gente faz contas muito bem-feitas!

A Oradora: Sra. Deputada, há de perceber o que eu estou a dizer, porque eu vou explicar de seguida.

Sra. Deputada, posso?

Sra. Deputada, como bem sabe a senha escolar depende em 50% do subsídio de almoço, ou seja, 2.52 e cabe a cada escola decidir que valor é que vai ser atribuído a cada aluno por escalão.

Portanto, o que acontece é que nós temos, como bem sabe Sra. Deputada, pelo menos pelo seu requerimento, em média as refeições são de 1.68, de acordo com aquele que foi o seu requerimento.

Nós temos alunos que estão no 1.º escalão e cuja senha é de 0,44€.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): A Sra. Deputada pode dizer o que quiser!

A Oradora: Nós temos alunos que estão de 0,68€.

O Governo Regional transfere anualmente 10.5 milhões de euros para o fundo da Ação Social ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): O dinheiro que a minha filha paga na escola é para pagar as senhas dos outros meninos!

Presidente: Não entrem em diálogo, por favor!

A Oradora: Não é isso que o requerimento diz.

Presidente: Sra. Deputada, não entre em diálogo, por favor! Pode se inscrever, ainda tem tempo!

A Oradora: Eu estou, Sra. Deputada, a querer responder dentro daquela que foi a sua intervenção.

Eu estou a dizer-lhe que o Governo Regional financia as escolas através do fundo da Ação Social Escolar em 10,5 milhões de euros. Ponto número um.

Ponto número dois: são as escolas no âmbito da sua autonomia que definem o limite do valor da senha.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Não! Está a querer explicar uma coisa que não tem explicação!

A Oradora: Ponto número três: há escalões diferentes, como muito bem sabe, desde 0,44€ até 2,52€.

Portanto, não é possível fazer as contas que a Sra. Deputada aqui apresentou.

E por fim dizer ainda aquilo que para nós é essencial e nós não podemos deixar de dizer nesta interpelação que aqui quisemos trazer, que é uma interpelação de discutir resultados, é uma interpelação de procurar soluções, é uma interpelação de verificar aquele que é o progresso do Governo Regional e é inevitável, digam o que disserem, o progresso do Governo Regional é notável ao nível das instalações, da estabilidade do pessoal docente.

Nós, para finalizar, ...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não se percebe para que fizeram essa interpelação!

A Oradora: ... ao nível do ensino secundário tivemos uma média superior à nacional; ao nível do ensino básico nós tivemos uma média superior ao do ensino nacional. Nós temos um ProSucesso que está a fazer um trabalho incrível. É só visitar cada uma das escolas ao nível da inovação. É só ir a cada escola (a cada escola!) verificar os projetos que estão a ser feitos no âmbito do ProSucesso e quantos aos contratos de autonomia. Os contratos de autonomia existem desde 2013 e as escolas têm de os requisitar.

Mais! A prova maior que as escolas têm autonomia é precisamente que as escolas puderam recorrer a outro tipo de instrumento, como a flexibilização curricular. Senão tivessem autonomia não o podiam ter feito. Esta é a prova mais que provada que as escolas têm autonomia.

Deputado Luís Maurício (PSD): Chamada autonomia transatlântica!

A Oradora: E há aqui uma questão que é: nós, Partido Socialista, não falamos de ranking. Nós falamos, sim, de posições e nós falamos da avaliação dos alunos, porque a verdade é esta: no ranking da coerência, no ranking do rigor este PSD continua a afundar-se e sem qualquer cura à vista.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Sónia Nicolau.

O Partido Socialista esgotou praticamente o seu tempo. Tem quatro segundos.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu percebo a estratégia da Sra. Deputada Sónia Nicolau vir dizer que a Sra. Deputada não sabe fazer contas, provavelmente pensava que eu ia pedir uma defesa da honra e ainda ganhava dois minutos no seu debate.

Engana-se! Eu tenho tempo e vou esclarecer-lhe. Eu não sei fazer as suas contas, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

A Oradora: ... porque as contas que a Sra. Deputada Graça Silveira fez são muito simples. A média que as escolas pagam às empresas de catering é 1,68€. Uma criança sem escalão paga na sua escola por uma senha na cantina para almoçar 2,29€. Portanto, este diferencial para onde é que vai?

Coloquei a questão ao Governo e o Governo respondeu muito simplesmente: esse dinheiro vai para a Ação Social Escolar, ou seja, para pagar as senhas das crianças que têm escalão.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada Graça Silveira.

Eu queria informar que o tempo restante do ...

Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada, relativamente ...

Assim é difícil!

Presidente: Não dificultem o trabalho da Mesa.

Há uma tolerância mínima que eu estou a gerir. Obrigado.

A Oradora: Muito obrigada.

Sra. Deputada, realmente as suas contas são as suas, as minhas são as minhas, mas de uma das contas nós não podemos sair. A refeição quando é colocada na escola ela não é colocada confeccionada. Ela tem de ser confeccionada. Para além disto há custos de equipamentos das escolas que são imputados a estes valores. Portanto, a esse valor há custos indiretos. É verdade, sim senhora!

É verdade! Leia o caderno de encargos antes de dizer.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado por ter cumprido o tempo dado, Sra. Deputada Sónia.

Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Na resposta que a Sra. Deputada Sónia Nicolau deu publicamente disse que era preciso pagar aos funcionários da escola para tomar conta das crianças. Eu pergunto, Sr. Secretário, que não me vai poder responder, mas pode responder-me em requerimento: os funcionários da escola têm custos acrescidos para estarem a tomar conta das crianças enquanto estão a almoçar?

Deputada Sónia Nicolau (PS): Não sabe o que está a dizer!

A Oradora: Isso é inadmissível a senhora vir dizer isto a esta Casa que são custos acrescidos no preço que é cobrado nas escolas às crianças pelo facto de se ter de pagar a funcionários para estar a tomar conta delas.

Os funcionários são pagos para estar na escola, não são pagos adicionalmente para tomar conta das crianças, Sra. Deputada. Essa argumentação não cola.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputada Graça Silveira.

O CDS-PP ainda tem um minuto e meio do seu tempo restante.

Sra. Deputada Sónia Nicolau para uma interpelação à Mesa.

(*) **Deputada Sónia Nicolau (PS):** Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Para dizer que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai fazer chegar à Mesa cópia do modelo de caderno de encargos onde prova que as empresas têm que efetivamente disponibilizar pessoas para acompanhar o serviço e era destes custos que nós nos referíamos quando fizemos a nota de imprensa.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputada Sónia Nicolau.

Atenção, Srs. Deputados.

A Mesa não tem mais inscrições.

Tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silveira.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada, pode entregar o que quiser à Mesa, mas se os custos já estão no caderno de encargos já constam do preço que a escola paga ...

Deputada Sónia Nicolau (PS): São outros!

Deputado Paulo Parece (PSD): É óbvio!

A Oradora: ... por cada refeição e se não estão no caderno de encargos são funcionários da escola que não ganham adicionalmente por isso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Atenção!

Queria chamar a atenção que estamos fora do contexto da interpelação.

Portanto, não havendo mais inscrições ...

(Aparte inaudível)

Presidente: Estas últimas intervenções... Não tem nada a ver com a gestão do tempo. A Mesa é responsável por isso.

Não havendo mais inscrições e não havendo tempo disponível para encerramento deste debate, vamos dar por terminado este nosso ponto da Agenda e dada a hora também vamos interromper os nossos trabalhos para almoço.

Regressamos às 15 horas.

Obrigado.

Eram 12 horas e 56 minutos.

(Após a interrupção para almoço, a Deputada Ana Luís substituiu o Deputado Dionísio Maia; o Deputado Jorge Jorge substituiu o Deputado Bruno Belo e a Deputada Graça Silva substituiu a Deputada Bárbara Chaves na Mesa)

Presidente: Boa tarde, Sras. e Srs. Deputados.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Foi entregue à Mesa anteontem e já distribuído por todos o requerimento para apresentação de uma iniciativa requerida pelo PCP nomeadamente da **Anteproposta de Lei n.º 1/XI – “Programa especial de apoio social para a ilha do Pico”**, pela Representação Parlamentar do PCP, como já tive oportunidade de referir.

O artigo 81.º confere prioridade a esta matéria no debate da Agenda e por isso ele assume a posição de iniciar já.

O Sr. Deputado João Paulo Corvelo para a apresentação dispõe de 10 minutos. Depois havendo pedidos de esclarecimento também há um máximo de tempo de 10 minutos e depois o Sr. Deputado João Paulo Corvelo para responder tem um tempo global também de 15 minutos.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo tem a palavra.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados,

Srs. Membros do Governo:

Anteproposta de Lei do Programa especial de apoio para a ilha do Pico

A empresa COFACO labora no concelho da Madalena desde a década de sessenta do século passado. Esta empresa influenciou decisivamente o

desenvolvimento da ilha Pico e tem tido um papel fundamental ao longo destes anos, quer a nível social, quer a nível económico. A sua influência deixou marcas profundas na cultura e na sociedade picarota.

A fábrica da COFACO no Pico assumiu uma importância fulcral para a economia picarota, muito para além dos postos de trabalho diretos que criou. Se os salários pagos aos trabalhadores da COFACO tinham e têm grande importância para a economia da Ilha do Pico, os circuitos económicos gerados em torno da fábrica, em termos formais e informais, de venda de produtos, animação do consumo e prestação de serviços, foram um fator decisivo para a sustentabilidade de muitas pequenas empresas picoenses, para a manutenção de postos de trabalho e para a criação de riqueza. A empresa COFACO foi, assim, um condicionamento específico de enorme importância que marcou decisivamente a Ilha do Pico.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O anunciado encerramento da Fábrica da COFACO na ilha do Pico e o despedimento coletivo dos 162 trabalhadores terá consequências nefastas em todo o mercado de trabalho na Ilha do Pico, colocando-a na iminência de uma catástrofe económica e social de grandes proporções e cujos efeitos se agravarão com o aprofundar do círculo vicioso de recessão e de aumento do desemprego a nível local.

Neste contexto, a busca de alternativas e a reconversão económica da Ilha do Pico revestem-se, naturalmente, de uma importância prioritária. São por isso importantes e positivas todas as medidas, que reconhecendo a especificidade da situação existente na Ilha do Pico, visam atrair investimento e favorecer a criação de emprego, nomeadamente as majorações de apoios, isenções diversas e benefícios fiscais para as empresas.

No entanto, a sustentabilidade dos projetos empresariais existentes e futuros, e as suas possibilidades de criação de emprego local dependem, em grande

medida, da disponibilidade do mercado local. Assim, importa que se tomem medidas para minimizar a retração do consumo no mercado local, sob pena de se poder estar a pôr em causa a eficácia dos apoios atribuídos às empresas.

Esta intervenção é tanto mais urgente, uma vez que o despedimento coletivo na Fábrica da COFACO do Pico significa uma perda de 4,3% na população ativa da Ilha, e de mais de 8% no concelho da Madalena, sendo dados muito significativos numa Ilha com cerca de 14 mil habitantes.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

São de importância estratégica as medidas para minimizar o impacto social e económico do despedimento coletivo dos trabalhadores da Fábrica da COFACO do Pico e do desaparecimento de cerca de trezentos postos de trabalho diretos e indiretos e no equilíbrio da situação social e económica da Ilha do Pico e da Região. É absolutamente fundamental minorar as dificuldades da população picoense, reconhecendo a especificidade e excecionalidade da sua situação.

Portanto, com esta Anteproposta de Lei apresentada pela Representação Parlamentar do PCP na Assembleia Legislativa dos Açores pretende-se que seja instituído um Programa especial de Apoio Social para a Ilha do Pico.

Este programa visa facilitar o acesso, prolongar a duração e majorar o valor de diversos apoios sociais na Ilha do Pico, minorando o efeito da redução do poder de compra das famílias que irá ocorrer por causa do despedimento coletivo dos trabalhadores da Fábrica da COFACO, assim se procurando com um esforço de investimento em contraciclo facilitar a recuperação económica e social da Ilha do Pico.

De forma muito sumária refira-se então o que será conquistado para as famílias dos concelhos da Madalena do Pico, Lajes do Pico e São Roque do Pico se o presente diploma proposto pela Representação Parlamentar do PCP for concretizado em letra de Lei.

Na Ilha do Pico, os valores das prestações do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego são majorados em 20%.

Na Ilha do Pico, o período de concessão do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego será duplicado.

Na Ilha do Pico, os montantes do Abono de Família para crianças e jovens e do Abono de Família pré-natal são majorados em 25%.

Na Ilha do Pico, os prazos de garantia para atribuição do subsídio de desemprego e do subsídio social de desemprego são reduzidos respetivamente para 180 e para 90 dias.

Na Ilha do Pico, o valor do Rendimento Social de Inserção será majorado em 20%.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É de primordial importância atuar de forma célere para minorar as dificuldades sociais que se prevêem vão surgir na Ilha do Pico por causa do despedimento coletivo dos trabalhadores da Fábrica da COFACO.

Reconhecendo a especificidade e exceção desta situação, a Representação Parlamentar do PCP apresenta este Programa especial de Apoio Social para a Ilha do Pico.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Está feita a apresentação da iniciativa que agora decorre em comissão para processo legislativo comum.

Pergunto se há alguma inscrição.

Julgo não haver. Vamos então dar continuidade aos nossos trabalhos.

Os próximos pontos da Agenda são o nove e o dez.

Conforme foi deliberado pela Conferência de Líderes os dois diplomas serão debatidos em conjunto, pelo que aos tempos que normalmente utilizamos no processo legislativo comum acresce mais 10 minutos a cada grupo e representação parlamentar.

A sua apresentação é feita de forma separada e naturalmente também será votado separadamente.

Alerto que para o Projeto de Resolução apresentado pelo CDS foi entregue e distribuída por todos uma proposta de substituição integral.

Portanto, para apresentação do **Projeto de Resolução n.º 33/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores no sentido de exigir ao Governo da República Portuguesa a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS-PP, tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Nesta Casa, em cada iniciativa apresentada, em cada debate realizado, fazemos a história da nossa autonomia.

Nesta Casa fica escrito, para a nossa memória futura e para as gerações vindouras, todos os contributos que damos aqui para fortalecer a nossa democracia.

Subir a esta tribuna é para um deputado do CDS um momento solene em que exercemos em liberdade e com responsabilidade o direito de afirmar os nossos valores.

Subir a esta tribuna é para um deputado do CDS um momento onde expressamos as preocupações das nossas populações. É um momento em que respondemos às reivindicações das nossas gentes.

Subir a esta tribuna é um momento em que, em nome da razão das nossas convicções, nos nossos ideais, nos nossos princípios, procuramos justiça para o nosso povo, exigimos responsabilidade e apontamos soluções.

Foi isso que fizemos nesta casa em 2011 e 2014 quando trouxemos a este parlamento o problema da contaminação dos solos e aquíferos da ilha terceira.

Infelizmente, para a nossa democracia, o problema da contaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira constitui o maior paradigma da incapacidade de atuação dos diferentes níveis da administração regional e nacional.

Quase uma década depois das primeiras notícias e do começo de uma inação inqualificável do conjunto do nosso poder político democrático nada foi feito perante o problema de saúde pública mais grave que jamais enfrentamos na história da nossa autonomia.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sempre que o CDS responsabilmente exigiu a descontaminação, acusaram-nos de tudo. De alarmistas. De demagogos. De incompetentes. De falta de credibilidade.

Alguns de nós, açorianos, quando questionados sobre o problema, negaram a sua existência. Confrontados com a evidência, negaram os factos. Perante a realidade, tudo fizeram para esconder a irresponsabilidade de uma incompreensível inação.

Alguns de nós, açorianos, perante as nossas legítimas preocupações, recorreram à ironia, ao sarcasmo, à piadola fácil. Recorreram a tudo o que puderam para concertadamente descredibilizar cada afirmação, cada questão que fizemos, legitimamente, a coragem de fazer perante uma preocupação concreta para a vida de muitos açorianos e para a ilha Terceira.

Alguns de nós, açorianos, perante este problema esqueceram-se inexplicavelmente do que era a democracia. Esqueceram-se do tempo em que o povo estava subjugado, do tempo em que o povo não podia falar, do tempo em que o povo não podia escrever, do tempo em que o povo não se podia manifestar, do tempo em que o povo não podia discordar. Esqueceram-se, preocupantemente, do tempo em que ser da oposição era delito.

Assim foi. Falar em descontaminação era inexplicavelmente sinónimo de incompetência, de falta de credibilidade e de falta de honestidade intelectual.

O CDS nunca concedeu. Não concedemos perante a soberba. Não concedemos perante a insulto. Não concedemos perante a injúria.

Para nós o que sempre esteve e está em causa são os Açores e os Açorianos. E nisso o nosso povo pode estar certo. Nunca prescindiremos de em liberdade defender os seus direitos e os seus interesses.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Dez anos depois, em que já tudo se disse e desdisse sobre a contaminação. Dez anos depois de sucessivos anúncios de ação que se esgotaram sempre no dia seguinte à sua publicação nas páginas dos jornais, só resta uma atitude digna a quem sempre desvalorizou as preocupações dos açorianos sobre a descontaminação: assumir, humildemente, a sua negligência e a sua conseqüente irresponsabilidade.

Dez anos depois, em que se desvalorizou, injuriou e atentou contra todos aqueles que nunca abdicaram de defender o direito à saúde e à vida dos seus vizinhos, dos seus pais e dos seus filhos, só resta a quem desconsiderou e minimizou os seus apelos - se tiverem alguma réstia de dignidade - pedir desculpas e reconhecer a razão de todos aqueles que, com coragem e determinação, manifestaram as suas preocupações e nunca – mas nunca! - desistiram das suas convicções.

Estavam infelizmente certos quem nunca baixou os braços e pediu, ano após ano, de relatório em relatório, que se assumisse e combatesse a maior batalha com que somos confrontados na nossa história.

O CDS/Açores neste dia em que voltamos a discutir a descontaminação e toda a sua assustadora amplitude, não pode deixar de aqui prestar a sua homenagem e reconhecimento a tão grandes açorianos, professor António Félix Rodrigues, Doutor Armando Mendes, professor Norberto Messias, Orlando Lima e ao jornal *Diário Insular* que em nome da região e da sua comunidade nunca

desistiram ao longo de mais de uma década de combater e defender pelos seus direitos.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O direito à vida e à saúde dos nossos concidadãos não é adiável e muito menos negociável. Nesta intervenção, não posso deixar de referir uma palavra de muito apreço à Escola Superior de Saúde da Universidade dos Açores e ao professor Norberto Messias que sem medo e com coragem põe acima de quaisquer outros interesses a saúde e a vida dos praienses.

O estudo desenvolvido pela unidade de Angra da Escola Superior de Saúde e pela Universidade de Massachusetts, campus de Dartmouth, revela dados relativamente à incidência do cancro verdadeiramente preocupantes. Vou repetir: "... revela dados relativamente à incidência do cancro verdadeiramente preocupantes

E passo a citar o estudo e o Professor Norberto Messias:

“É a Praia da Vitória que detém apenas 8,5% da população da Região Autónoma dos Açores, e onde estão 33% dos cancros de olhos e anexos oculares, 22% de cancros das glândulas salivares, 21% de cancros do colo do útero, 12,8% dos cancros da bexiga e do cérebro, 11,8% de cancros do ovário, entre outros.”

Uma percentagem de 8% da população e quase o triplo do número de cancros.

Continuo a citar Norberto Messias:

“Todos estes dados têm uma justificação: a atividade militar desenvolvida na Base das Lajes.” Lembra ainda o investigador que as denúncias de contaminação por hidrocarbonetos e metais pesados são mais que muitas e diz que a população não tem meios para lidar com esta situação por si só.

Refere ainda e passo a citar que “se juntarmos todas as mortes que já ocorreram na Terceira por este motivo, percebemos que elas superam em larga escala as que ocorreram com esta última tragédia no Continente.”

A responsabilidade de deixarmos para as futuras gerações uma região onde possam viver e realizarem-se como pessoas nas suas terras é um legado que devemos preservar e uma obrigação de que todos e nenhum nós podemos abdicar.

Não há homens. Não há partidos. Não há facções. Não há governo. Não há autarquias. Não há interesse nenhum que seja superior à terra que nos viu nascer e à vida de todos nós.

Pedimos hoje aqui apenas o cumprimento das leis da República. Do Minho ao Algarve. Da Madeira aos Açores. É um direito de todos nós, portugueses.

Não é aceitável nem democraticamente justificável que as nossas leis continuem sem concretização efetiva quando estão em causa os direitos fundamentais do nosso povo.

Pela saúde dos Açorianos, pela vida do nosso povo, pelo futuro das gerações vindouras e pela preservação da nossa terra, esperamos que esta Assembleia dê hoje aqui um exemplo de maturidade política e aprove este projeto de resolução por nós apresentado.

Que o façamos no respeito pela memória de todos os que nos transmitiram o legado das nossas terras, em nome dos que lá habitam e em nome da responsabilidade que temos de transmitir às gerações futuras uma ilha onde possam viver.

Termino, citando o professor Norberto Messias: *“É preciso fazer qualquer coisa. Esperemos que não tenha de morrer uma ilha inteira.”*

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Passamos agora à apresentação da iniciativa que consta do ponto 10 na nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 35/XI – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre o processo de descontaminação de solos e aquíferos na ilha Terceira”**. Este Projeto de Resolução é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD)**: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Haja saúde a todos.

A contaminação por hidrocarbonetos nos solos e aquíferos Terceira, resultante das estruturas de abastecimento de combustíveis ao serviço das forças norte-americanas estacionadas na Base das Lajes, é o maior problema ambiental conhecido na Região Autónoma dos Açores. Repito: é o maior problema ambiental conhecido na Região Autónoma dos Açores.

A descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória é um processo da máxima importância ambiental e humana, com consequências geracionais.

Existem estudos, notícias, comunicados, alertas, recomendações, existe evolução de dados que esclarece a dimensão abrangente de concelho para ilha e existe uma alta taxa de incidência de cancro.

Existem referências a alumínio, cobalto, ferro, chumbo e magnésio, níquel, vanádio, lavas químicas e DDT.

Não passaram dias, não passaram semanas, não passaram anos, passaram décadas.

Quanto mais tempo as gerações da ilha Terceira vão estar expostas a essa poluição e a todos os riscos a ela inerentes?

É assunto urgente? É.

Sra. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apresentámos nesta Casa em abril. Passaram 10 meses e desde esta altura ficou a pergunta: porquê o PS rejeitou esta proposta?

Nunca conseguimos esclarecer. Como também nunca conseguimos esclarecer porque é que ficou 10 meses numa comissão se realmente isto é um assunto urgente para a nossa Região. É uma vergonha!

O que faltou ou falta para este projeto de resolução ser aprovado?

Vamos então analisar ponto por ponto.

Ponto 6. Será dar conhecimento desta resolução às Câmaras Municipais, assembleias municipais e conselho de ilha?

Achamos que isto aqui não tem problema.

Ponto 5. Será dar conhecimento ao Sr. Presidente da Assembleia de República e representações parlamentares?

Acho que também é legítimo.

Ponto 4. Será o fato de dar conhecimento ao Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo?

Também daqui não fazemos nenhum ponto de que mereça esclarecimento, uma vez que é da responsabilidade da República e todos nós estamos de acordo que é uma responsabilidade da República.

Será o apelo ao Senhor Presidente da República para que este tema seja tratado como uma CAUSA NACIONAL?

É que alguém desta Casa tem dúvidas que esta é uma causa nacional?

Ponto 2. Será o fato de exigir à República as responsabilidades legais e políticas neste processo?

Claríssimo como água. Legais! Aplicar a lei, liderar o processo, exigir aos Estados Unidos as suas responsabilidades. Clarinho!

Ponto 1. Será o protesto do desrespeito pelos Açores neste processo, quando até o Governo dos Açores tomou uma posição crítica?

Peço desculpa. Se se sentem incomodados em puxar as orelhas de pessoas da mesma família partidária, mas em outras circunstâncias também esta Assembleia fez mesmo quando o Governo era do PPD/CDS e toda a gente se uniu porque era acima de tudo o respeito pelos Açores.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Aproveito também para saudar a iniciativa do CDS-PP que também remete para esta importância dos Açores e da questão de respeitarmos a ilha Terceira, os praienses e toda a saúde que é implicada.

Pergunto o que é que não está certo?

O que é que impede esta Assembleia Regional de ter uma voz própria?

O Governo não é a Assembleia e a Assembleia não é o Governo.

Acredito que ainda vamos a tempo de esclarecer o nosso projeto para que possamos unirmos também com esta voz da Assembleia Regional para uma mensagem ao Governo da República.

Senhoras e senhores, o PSD continua a defender que a República necessita de fazer muito mais.

É o ambiente da Ilha Terceira e a saúde dos nossos filhos que estão em jogo.

Pese isto nas nossas consciências.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Mesa já tem inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostava, em nome do Partido Socialista, de fazer uma primeira análise aos dois projetos de resolução que estão sobre a mesa, relacionados com o mesmo objeto, e gostava de dizer em primeiro lugar que achei felizes as referências na respetiva apresentação do Sr. Deputado Artur Lima à liberdade, à democracia, porque tem toda a razão, Sr. Deputado, a liberdade e a democracia também têm muito a ver com a história da Base das Lajes, ou no caso com as suas implicações a falta de liberdade e de democracia.

Nós ainda nos lembramos como é que a Base das Lajes foi instalada durante um regime autoritário, em solos onde foi feito um aeroporto internacional e intercontinental arrendados por um mês sucessivamente renovado para arrendamento rural.

Nós ainda nos lembramos passadas muitas décadas da luta que teve de existir para que esses terrenos fossem finalmente comprados aos respetivos proprietários que deles foram efetivamente espoliados e se hoje estamos aqui é porque, entretanto, alguns poucos, primeiro, muitos, depois, com o povo português fizeram a democracia que nos permitiu a autonomia e que nos permite estar aqui e ter uma palavra a dizer em matéria de política internacional e também em matéria dos acordos das Lajes e da Base das Lajes.

Portanto, foi efetivamente feliz Sr. Deputado Artur Lima essa referência, porque é isso que nós aqui temos vindo a fazer como tem sido em geral sempre que se resiste às tentações feliz na globalidade o comportamento deste Parlamento e o caminho que em conjunto temos feito desde, lembro-me, na atual legislatura teve um caráter extremamente importante uma resolução aprovada pelo BE em boa hora, que o Partido Socialista em boa hora também achou que se devia ouvir o Governo da República que até aí nada tinha dito

sobre esse assunto e creio que estamos agora cada vez mais em condições de estabelecer consensos, em saber o que é que pretendemos e em resistir a uma ou outra tentação de chicana partidária que manifestamente deve ser de todo em todo arredada deste problema. É que precisamos descontaminar também a história e o passado acerca deste assunto e temos que ter as ideias muito claras acerca daquilo que pretendemos e é fundamental desde logo perceber (porque é esse o objeto das duas resoluções) ao nível da responsabilidade que nós estamos a falar e é bom sempre lembrar que independentemente dos nossos direitos, da nossa pronuncia própria que hoje mesmo e agora estamos a exercer e das prerrogativas que a Constituição nos dá, há aqui claramente responsáveis e não há dúvida nenhuma que não é difícil para nós hoje, embora às vezes nos debates isso fique um bocadinho nublado quem são os responsáveis por esta situação: é em primeiro lugar a presença norte-americana e pelas suas ações ou omissões ao longo do tempo e em segundo lugar, de acordo com os próprios acordos, com ou sem a cláusula o estado português signatário desse acordo até à legislação recente que vem também confirmar esta matéria como aquela que é aqui citada na resolução do CDS-PP a respeito da Lei das Finanças das Regiões Autónomas, mas esta questão é verdadeiramente essencial, saber de quem é a responsabilidade, saber o que é que se deve exigir a quem, porque eu ao ver alguns comportamentos recentes fico um pouco confundido se nós todos, se todos os partidos aqui presentes, estão verdadeiramente esclarecidos acerca desta matéria, senão vejamos.

Recordemos coisas muito recentes. Aquando da discussão do nosso Plano e Orçamento em novembro o Partido Social Democrata apresentou uma proposta na especialidade que ficou prejudicada, em que pretendia fazer uma alteração ao Plano para prever uma dotação de 500 mil euros para a descontaminação.

Entretanto, o PSD na Assembleia da República apresentou propostas a respeito do Orçamento de Estado ter também uma referência ao PREIT e à descontaminação.

Em dezembro o PSD apresentou aqui um voto de protesto que foi distribuído, não foi votado por falta de tempo, porque essa sua referência no Orçamento de Estado, ou essa sua proposta, havia sido chumbada.

A minha pergunta ao PSD é óbvia: afinal é o orçamento regional e é a Região que são responsáveis pela descontaminação ou é o Orçamento de Estado?

Temos que nos entender.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Veja o Plano e Orçamento e saberá para que eram os 500 mil euros da proposta do PSD. Seja sério!

O Orador: Tenha calma, Sra. Deputada!

Com uma diferença de 12 dias.

Depois esse voto de protesto pretendia dizer que não tinha ficado no orçamento essa referência. Se nós compulsarmos as diversas propostas apresentadas vemos que isso é falso, que a proposta do PSD nesta matéria apenas pretendia dizer que o Governo cumpre o Plano de Revitalização Económica da Ilha Terceira para uma efetiva descontaminação dos solos e aquíferos no concelho da Praia da Vitória, mas, entretanto, foram aprovadas propostas do BE e do PC que dizem tanto ou mais do que isto e esta referência consta efetivamente do Orçamento de Estado.

Agora a confusão, ou a dúvida, legítima permanece. Eu gostava que o PSD esclarecesse esta câmara se acha que a responsabilidade é da Região ou se acha que a responsabilidade é da República e do Orçamento de Estado, porque as resoluções que temos aqui, designadamente a do PP é sobretudo ao nível dessa responsabilidade. Nessa medida gostava também de saudar e por considerar feliz a substituição que o CDS-PP fez no sentido de uma maior clarificação. Trata-se de uma pequena alteração, mas que para nós também é importante é

que se nós não temos dúvidas nenhuma que a responsabilidade em última análise deve ser pedida ao signatário Estado Português, também não devemos, nem podemos obnubilar que o primeiro responsável e o agente que causou esses danos são os Estados Unidos da América através das suas forças armadas.

Também constato que um conjunto vasto de partidos ainda recentemente apresentou, ou renovou, propostas de resolução junto da Assembleia da República, o que parece dar uma ideia mais clara acerca do entendimento desta questão.

O Partido Socialista naturalmente também teve oportunidade de apresentar a sua proposta onde de forma clara e à semelhança do que sempre também disse o PS/Açores defende que independentemente dos danos ou dos perigos ao nível da saúde pública há efetivamente que fazer uma descontaminação total, indo aí e cautelarmente para além daquilo que parecem ser as recomendações técnico-científicas do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, mas o Partido Socialista gostava para já de deixar clara a ideia que vê com satisfação a pronúncia própria deste Parlamento e dos órgãos de governo próprio da Região sobre esta questão, o caminho que tem sido feito, os consensos, creio eu, que apesar de tudo se têm vindo a gerar, a sensibilização da comunidade nacional e o trabalho político-partidário também dos nossos representantes na Assembleia da República no sentido de serem tomadas medidas efetivas mais intensas, mais céleres e mais diligentes no sentido da completa descontaminação dos solos e aquíferos da Praia da Vitória e da ilha Terceira.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Penso que não seria necessário afirmá-lo, mas vou fazê-lo para que não restem dúvidas que o Bloco de Esquerda acompanha em definitivo o teor das duas iniciativas, uma do CDS, outra do PSD, no sentido de solicitar a esta Casa que se pronuncie, exigindo ao Governo da República portuguesa (repito: exigindo ao Governo da República portuguesa) a reparação dos danos ambientais causados pelas forças militares norte-americanas estacionadas na Base das Lajes. Estas duas resoluções juntam-se, como todos e todas sabemos, a outras que já vieram a esta Casa e a outras que estiveram e estão ainda em debate na Assembleia da República de iniciativa dos diferentes grupos parlamentares.

Não seria necessário clarificar, penso eu, pela história do próprio Bloco de Esquerda esta nossa adesão completa ao sentido das duas resoluções aqui propostas, mas há talvez uma clarificação que eu acho que é necessária fazer. O Bloco de Esquerda não pegará, não tomará este assunto, o assunto da contaminação e da poluição dos solos da ilha Terceira, como arma de guerrilha política, seja em relação ao Governo Regional, seja em relação ao Governo da República.

O assunto, Sras. e Srs. Deputados, é sério, é grave e é pesado demais na nossa autonomia e sobretudo nas gentes da ilha Terceira para que possa ser um jogo de ping-pong ou de guerrilha política seja para que governo for, mas dito isto e clarificado isto, tal não invalida que haja algumas questões e até algumas estupefações que têm de ser postas em cima da mesa no sentido de as podermos clarificar.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Chegados aqui e depois de tantas iniciativas nesta Casa e na Assembleia da República todos os partidos estão de acordo. Não há discordância relativamente ao diagnóstico. Os solos e aquíferos da ilha Terceira estão contaminados e estão poluídos.

Não há nenhum tipo de dúvida quanto à aglutinação da nossa voz no mesmo sentido: é mais do que urgente, é mais do que necessário começar a fazer alguma coisa para acabar com esta situação indecente a todos os níveis, desde logo ao nível ambiental e ao nível da saúde pública.

Todas as vontades estão aglutinadas e as resoluções e iniciativas legislativas abundam, então, Sras. e Srs. Deputados, há uma pergunta de um milhão de euros: porque é que nada acontece?

Porque é que este processo ao fim de 10 anos e ao fim de tantas iniciativas parlamentares e não parlamentares e extraparlamentares continua exatamente na mesma no que à contaminação e à poluição diz respeito?

Esta parece-me que é a tal pergunta que todos nós devemos colocar no sentido de lhe dar uma resposta.

Como contributo para essa resposta o Bloco de Esquerda convida os Deputados e Deputadas desta Casa a pensarem no seguinte: porque é que na República os ministros que lidam diretamente com este dossier são exatamente os Ministros dos Negócios Estrangeiros e o Ministro da Defesa ao invés de ser o Ministro do Ambiente, dado que estamos face a um crime ambiental, e até diria o Ministro da Saúde?

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sra. Deputada, tanta asneira!

A Oradora: Não, Sras. e Srs. Deputados.

Os protagonistas deste dossier a nível nacional são o Ministro dos Negócios Estrangeiros que ainda se poderá compreender na medida em que está causa um país outro, um país estrangeiro relativamente à responsabilidade da poluição, mas o Ministro da Defesa, Sras. e Srs. Deputados, parece-me um corpo estranho no meio desta história um pouco de terror.

Eu diria também que se o Governo da República quisesse tomar em mãos de uma forma assertiva, séria, exigente esta situação vivida na ilha Terceira e na Região Autónoma dos Açores, não entregaria os dossiers ao Ministro da Defesa

e ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, mas sim ao Ministro do Ambiente e ao Ministro da Saúde.

Portanto, a nossa conclusão é que há aqui uma tentativa de desvalorização por parte do Governo da República exatamente do crime ambiental e do problema de saúde pública. Há uma desvalorização, a começar desde logo (repito!) pelos ministros que têm este dossier em mãos. É o mesmo que branquear e apagar o problema ambiental, porque não se fala de ambiente, o Ministro dos Negócios Estrangeiros não é suposto ter o ambiente como sua responsabilidade, o Ministro da Defesa também não, penso eu e sabemos todos, todos nós.

Portanto, há claramente uma forma de branqueamento, de silenciamento, de desresponsabilização relativamente aos dois problemas que estas duas resoluções trazem a esta Casa, que é exatamente a contaminação e a poluição que existe nos solos e nos aquíferos da ilha Terceira.

Portanto, agora importa perguntar: porque é que o Governo da República faz isto?

E a nossa conclusão também não é nova, a do Bloco de Esquerda, é conhecida, porque há de facto uma relação histórica, quase que feudal, diria eu, entre o senhor que manda e depois os súbditos que obedecem e ao senhor que manda tudo é permitido.

Deputado José San-Bento (PS): Como é que o Bloco de Esquerda apoia um Governo destes?

A Oradora: Isto é política. Isto é que é política, Sr. Deputado. Isto é que é política!

São os senhores que mandam e que sempre mandaram ao longo de 60 anos, que se preparam para continuar a mandar, enquanto que a nossa ilha está completamente contaminada por eles ...

Deputado José San-Bento (PS): É uma moção de censura a um Governo desses!

A Oradora: ... e aqui nesta Região e no Governo da República nada de concreto se faz relativamente a esta matéria e já lá vão 10 anos.

Deputado José San-Bento (PS): É insuficiente!

A Oradora: O Sr. Presidente do Governo Regional, honra lhe seja feita, por iniciativa própria tem contactado os grupos parlamentares, ora antes das reuniões bilaterais, ora depois das reuniões bilaterais, ora antes e depois, para dar conta do que se passa ao longo delas e o Sr. Presidente do Governo Regional, pelo menos nos contatos que tem tido comigo e com o Bloco de Esquerda, umas vezes está mais zangado, outras vezes está menos zangado, umas vezes está mais esperançoso, outras vezes está mais pessimista.

Mas o certo é que esteja como estiver o Sr. Presidente do Governo Regional a ilha Terceira e os seus solos continuam exatamente na mesma.

Este é o nosso raciocínio, os outros Srs. e Sras. Deputadas terão ocasião de fazer os seus e até de desmentir estes.

Chegados aqui a pergunta é: porque é que o Governo Regional reconhece esta situação, tem dado conta dela de uma forma de iniciativa pessoal à sociedade civil e aos grupos parlamentares, mas porque é que lhe tem faltado assertividade, murro na mesa no sentido de dizer a descontaminação é para começar hoje?

Não é dizer como diz o Sr. Embaixador dos Estados Unidos: “Está tudo a correr muito bem, porque os contatos têm sido reforçados.”

Oh, Sras. e Srs. Deputados, mas nós somos todos tolos nesta Região?!

Então a ilha Terceira vai ser descontaminada porque os contatos têm sido reforçados?

Mas com quem é que o Sr. Embaixador está a brincar?

Com os terceirenses, objetivamente.

Com os Açores, objetivamente.

Com os órgãos de governo próprio desta Região e, portanto, para terminar esta primeira intervenção eu diria que não fora enfim a identificação de interesses do ponto de vista militar, político, estratégico entre o Governo Regional e o Governo da República no que à Base das Lajes diz respeito, não só ao seu passado, mas sobretudo ao seu futuro, quer no âmbito da NATO, quer até no âmbito da defesa militar da União Europeia que agora se prepara, e provavelmente este dossier já teria sido encarado como muito maior assertividade, com muito maior exigência, com muito maior urgência, mas enquanto este encontro de interesses permanecer não auguro nada de bom nem para a ilha Terceira, nem para esta Região no que à contaminação e à poluição dos seus solos diz respeito.

Muito obrigada.

Deputado José San-Bento (PS): Sra. Deputada, isso é uma moção de censura a esse Governo!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu de facto não estaria a pensar em intervir, mas perante as declarações do Sr. Deputado Francisco Coelho vejo-me aqui obrigada a esclarecer algumas das coisas que o senhor aqui disse e permita-me no meio da minha humildade e parca experiência política, que realmente a política é a arte do possível.

Vamos então aos esclarecimentos.

Primeiro: a verba que falou no orçamento regional que aqui o PSD propôs e que de facto foi uma proposta prejudicada era uma verba de 500 mil euros e para que é que servia?

Foi essa parte que o senhor esqueceu-se de referir.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não se esqueceu!

A Oradora: Então a verba dizia respeito, o intuito da verba: “elaboração de um estudo rigoroso e abrangente a toda a ilha, tendo por objetivos conhecer o fenómeno em termos qualitativos e quantitativos e assumir definitivamente a real dimensão do problema. Um estudo liderado por uma entidade credível, que deveria abranger as zonas suspeitas, partindo de uma análise rigorosa dos relatórios elaborados pelas autoridades norte-americanas, desde a sua presença na ilha Terceira e que além de hidrocarbonetos e metais pesados o estudo deveria estudar os aterros aditivos de chumbo, estar atento a sequelas do uso de DDT, despistar eventuais consequências do armazenamento local de armas nucleares e deveria ainda identificar e determinar a eventual existência de depósitos de armamento ao largo do mar da ilha Terceira” que recorro que no verão passado foram várias as notícias que chegaram através da comunicação social.

Era para isso que servia o dinheiro aplicado e mais, e mais!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Esqueceu-se!

Deputado Francisco Coelho (PS): Mas ainda bem que o proponente esclarece!

A Oradora: Nós sugeríamos ainda que este estudo ficasse a cargo ou que fosse acompanhado por uma comissão técnica e de cidadania, comissão essa que deveria englobar peritos da Universidade dos Açores, um representante da Região na Comissão Bilateral Permanente, um representante da sociedade civil da ilha Terceira eleito por esta Assembleia e com uma maioria de dois terços e ainda a presença de ex-trabalhadores da Base das Lajes que teriam colaborado com os americanos neste processo.

Portanto, os 500 mil euros eram apenas para isto, para ficarmos a conhecer a real dimensão e transparência de todo este processo, sempre a pensar obviamente no benefício dos terceirenses.

Depois, falou também aí, tentando de forma equívoca que se passasse a mensagem que o PSD estava desnorteado relativamente à responsabilidade de todo este processo.

Sr. Deputado Francisco Coelho, parece-me bastante claro e óbvio, toda esta Assembleia sabe, que o PSD não tem a menor dúvida que cabe à República ser responsável por todo este processo.

Portanto, mais uma vez aqui eu tenho que não desmentir, mas desmontar talvez algumas das suas palavras que foram enfim pouco corretas.

Finalmente falou ainda das propostas que foram alvo de objeto ao nível da República e falou que a do PSD ao nível da República falava do PREIT e não da descontaminação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Falava nas duas coisas!

A Oradora: Falou no PREIT. Pois eu ia lembra-lo que o problema nem era esse, porque o projeto de resolução que é apresentado ao nível da República pelo PSD fala obviamente de verbas inscritas para a descontaminação e lembro que curiosamente o Orçamento de Estado apresentado pelo seu partido na República não tem verbas para este fim, daí a necessidade do PSD e de todos os outros partidos na Assembleia terem essa necessidade de apresentarem uma proposta a pensar obviamente na descontaminação.

Deputado Francisco Coelho (PS): Agora vamos lá!

A Oradora: Infelizmente vi-me obrigada a fazer estes esclarecimentos que considero que são necessários para um debate sério, mas também me remeto para outra questão, Sr. Deputado Francisco Coelho, é que de facto o objeto dos estudos, como o senhor disse, é muito semelhante, é no sentido de responsabilidade (dos estudos, peço perdão, não! Dos projetos de resolução!), o objeto é o sentido de responsabilidade. Ora de facto todos nós queremos que este processo seja uma causa nacional, portanto, ainda não consegui perceber porque é que o Partido Socialista chumbou na comissão e vai chumbar aqui,

nesta Assembleia, mas ainda temos tempo para uma mudança de opinião. Ainda não consegui perceber o porquê do vosso chumbo ao nível da nossa proposta de resolução e deixo aqui um desafio, que ainda vamos a tempo, ainda temos debate para chegarmos a um consenso numa causa que é de nós todos, que é uma causa nacional.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu de facto registei tudo o que foi dito aqui sobre o projeto de resolução e gostaria de dizer com alguma pena, talvez, que também o Sr. Presidente do Governo tem tido sempre a delicadeza de me telefonar a informar da sua presença nas reuniões na Comissão Bilateral Permanente e registo essa diligência que faz e também a sua preocupação. O que já estranho e já não compreendo é a sua ausência neste debate. Custa-me talvez que o Sr. Presidente não esteja presente também a discutir no Parlamento dos Açores, que é igualmente um órgão que me parece com a mesma dignidade ou com dignidade superior, à Comissão Bilateral Permanente e registo também que perante este problema e da questão laboral o Sr. Presidente do Governo, tendo resolvido bem uma, não conseguiu ainda resolver a segunda.

Portanto, é na política que se denunciam estas coisas e se for preciso ser arma de arremesso político também se faz arremesso político.

Aliás, é prática de todos os partidos, não é exclusivo de ninguém quando temos de o fazer e se o fazemos em defesa de um problema como é este, eu acho que bem o fizemos e bem o faremos.

Registo que ninguém quer o mal de ninguém e ninguém está aqui a agir de má fé, mas a negligência existe.

O nosso projeto de resolução vai no sentido de finalmente responsabilizar ... e seja este Governo da República, fosse o Governo do PSD/CDS, fosse quem seja sobre essa matéria eles têm todos mais ou menos o mesmo pensamento em relação às regiões autónomas. Ninguém tenha dúvida disso. Consideram-nos como consideram. Ponto final parágrafo e temos que ser nós, aqui, a fazer valer os nossos direitos relativamente a qualquer Governo da República.

Sra. Deputada Zuraida Soares, referiu e bem a questão dos ministros. Referiu este Ministro do Ambiente. Vou-lhe citar o Sr. Ministro do Ambiente o que disse sobre essa matéria: “Ao Governo Regional cabe a liderança do processo de descontaminação, ao Governo da República cabe o apoio técnico. Os papéis estão definidos em protocolo.” Já pedi este protocolo, nunca ninguém mo deu, nem mo arranjou.

Agora, este ministro vir responsabilizar a Região Autónoma dos Açores por isso, isso é que é estranho, quando a responsabilidade é exatamente do Governo da República. A Região Autónoma dos Açores tem a sua responsabilidade política e deve agir nesse sentido, agora a Lei de Finanças Regionais é clara nessa matéria e ela é de 2013 e por acaso foi alterada por um Governo do PSD e do CDS. Portanto, sobre isso estamos esclarecidos.

Mas entristece-me também que quando denunciámos isso a primeira reação (como eu chamava na altura) do mayor da Praia e nosso atual colega que suspende sucessivamente o mandato, que eu gostaria muito de o ter aqui, mas não está, Roberto Monteiro, o ex-mayor da Praia, quando trouxemos a esta Casa

o primeiro debate, o mayor da Praia reagiu deste modo: “Processe-se!”, *Diário Insular*. Por isso é que eu cito o *Diário Insular*, Sr. Membro do Governo.

“Roberto Monteiro anunciou que pondera processar o professor Félix Rodrigues por lançar suspeitas sobre a água.” Primeira reação do mayor da Praia, mas parece que é defeito de função, não é só do Roberto Monteiro, é defeito de função, porque o novel mayor da Praia, Tibério Dinis de seu nome (nome de imperador) vem dizer, vem também atirar contra tudo e contra todos. “Estes tipos que andaram a fazer essas denúncias são uns alarmistas, não têm razão. Ele é que é o guardião da defesa dos praienses, tudo ele. Se alguma coisa acontecer ele solta as tropas e vai defender os praienses.”

Tibério Dinis, num infeliz artigo de opinião que eu não vou classificar mais do que isso, mas sempre vou dizer ao Sr. Presidente da Câmara da Praia, Tibério Dinis, e vou citá-lo: “Os furos são monitorizados e temos a certeza [isto é que é falar, o senhor tem a certeza], porque reconhecemos a competência técnica de quem operacionaliza esta ação que a água fornecida é totalmente segura.”

Eu gostava que o Sr. Presidente explicasse porque é que se fecharam furos, porque é que se encerraram furos e sobretudo porque é que os americanos já nem sequer consomem água de osmose inversa, já não consomem água da Praia, já não consomem água dos furos e o Sr. Presidente da Câmara da Praia sabe bem disso.

“Estamos totalmente dispostos [continua o novel presidente] para que ao primeiro e mais pequeno sinal que afete a água fornecida ao concelho tudo fazemos para que os praienses sejam protegidos.”

Eu já nem falo da água, porque vem sempre escudado nas análises que são feitas. Estão aqui vários médicos (Dr. Domingos Cunha, Dra. Mónica, o nosso colega Deputado Faria Maia ...

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Credo! Isto é uma abundância!

O Orador: ... Sr. Dr. Luís Maurício, uma abundância e em falta de melhor eu também estaria aqui, não é verdade) e todos nós sabemos que se nós pedirmos uma bateria de análises a um doente e não lhe pedirmos o colesterol, o doente pode ter um colesterol de mil, mas se todos os outros parâmetros estão perfeitos o doente está de perfeita saúde. É ou não é assim, Sr. Dr. Faria Maia?

Se não pedirmos o parâmetro a gente não sabe como é que ele está.

Com a água é a mesma coisa. Pedem uma série de parâmetros, senão pedirem o chumbo, se não pedirem o vanádio a água está perfeita. O problema é só esse. É que não se fazem as análises que se têm de fazer.

Mas eu vou esquecer a água.

Deputado José Contente (PS): Vanádio é das rochas!

O Orador: Sr. Deputado José Contente, é a sua especialidade. Já ficou provadíssimo no último debate aqui que não era, porque vem no sentido contrário à corrente, mas não vou discutir isso consigo, porque já o discuti no passado, quando o senhor estava ali no Governo, mas pode ser o chumbo, pode ser o que o senhor quiser, pode ser o ferro, pode ser qualquer metal pesado. Esqueça o vanádio, mas quando na legislação do Canadá proíbe ... Não percebe?

O Canadá é assim um país tão atrasado e não preocupado com a saúde dos seus cidadãos que não valorizemos a saúde?

Mas vou esquecer a água. Para o senhor novel Presidente da Câmara da Praia ... Mas é estranho! Ele não se pronunciou sobre os casos de cancro e esse não é um problema do futuro, é um problema do passado e do presente: 8% da população, 22% de cancro, 17% de cancro.

Já morreu gente.

Deputado José San-Bento (PS): Não pode dizer isso! Está a ser irresponsável! Não esperava isso de si!

O Orador: Não sou eu que digo, é um estudo da Escola Superior de Saúde. Não fui eu que disse. A incidência de cancro não fui eu que disse. Não fui eu que disse!

Já lhe citei o estudo. O estudo não é meu, é da Escola Superior de Saúde dos Açores e os números não são meus, apenas me limitei a citar e posso fornecê-los e o estudo continua a decorrer, Sr. Deputado José San-Bento, continua a decorrer.

Deputado José San-Bento (PS): Isso é outra coisa!

O Orador: Nós não devemos dramatizar, não devemos ser alarmistas, mas devemos ser realistas e não vale a pena ...

Deputado José San-Bento (PS): E rigorosos!

O Orador: E rigorosos e no rigor dos factos é preciso descontaminar e já como nós já dissemos.

Sr. Deputado José San-Bento, também entregamos hoje para que esta Casa se inteire verdadeiramente do problema um projeto de resolução, que eu espero que também seja aprovado, para que a comissão do ambiente, a CAPAT, se inteirar, visitar os locais, falar com quem tem de falar, nós ouvirmos em primeiro diálogo, esta Casa exercer o seu papel.

Portanto, sobre o Sr. Ministro do Ambiente estamos esclarecidos. Agora há uma coisa que eu tenho a certeza: eu não preciso de mais estudos nenhuns para o problema, preciso apenas que me avaliem o progresso da descontaminação. Mais nada!

E chegou-me aos ouvidos que o Governo teria encomendado à Universidade dos Açores mais um estudo. Eu fiquei perplexo.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Esse não é à prova de bola!

O Orador: À Universidade dos Açores?! Mas a quem?

A quem já foi colaboracionista?

A quem teve acesso a dados e os escondeu?

A quem teve acesso a dados e nunca os revelou, sendo açoriano, terçeirense e português?

Não, com colaboracionistas nós não queremos estudos. Não!

E vou dizer-lhe mais uma coisa: aliás, acho que chega de estudos e talvez fosse bom arranjar uma outra entidade que não o LNEC para monitorizar a evolução da descontaminação. Eu ponho dúvidas se já não estão a fazer render o estudo a estudo, porque é normal, é natural fazerem análises sobre aquilo que os fazem. Já não me parece que seja necessário. O que é necessário é descontaminar no terreno e já. Isso é que é necessário.

E quem tem dúvidas eu espero que esta comissão, a CAPAT, vá ao terreno ver como eu já vi com os seus olhos o que é que lá está enterrado. É só ir ver o que é que lá está e não é a água, é o solo, é a erva, é a cadeia alimentar. Está lá tudo. Portanto, toda a gente sabe ... Lembrava o Sr. Deputado Francisco Coelho há bocado e bem do início da Base das Lajes, como é que foi instalado ...

Outro dia encontrei um senhor, perto dos seus 80 anos que me disse que lhe mandavam despejar bidões e bidões e disse onde. As pessoas lembram-se, as pessoas sabem e nada acontece por acaso e a incidência de cancro naquele concelho não é por acaso. Isso também é taxativo.

Deputado José San-Bento (PS): Não é, não!

O Orador: Diz o Prof. Norberto Messias.

O que é que aquele concelho tem de diferente do Nordeste, de Ponta Delgada, das Velas, de Santa Cruz das Flores, o que é que tem de diferente?

Tem uma coisa diferente: a Base das Lajes e isso justifica os solos contaminados, os aquíferos contaminados e isso justifica naturalmente muita coisa. Não sou eu que o digo, não é o CDS que o diz, mas o CDS valoriza os estudos que são independentes e credíveis.

E mais haveria para se falar. Agora, eu espero é que atitudes como esta de negação, de esconder a cabeça na areia, dizer que não há problemas, que não há

nada, atitudes como esta do Sr. Ministro, que o Governo dos Açores que descontamine, que eles não têm nada a ver para o assunto, eu espero que isto fique resolvido de uma vez por todas e que efetivamente deem a mesma importância, não desvalorizando o problema, ouvir o Sr. Primeiro-Ministro António Costa sobre a instalação de uma central produtora de produção de urânio, uma mina de urânio, perto da fronteira portuguesa, a manifestar a preocupação com o potencial risco para a saúde pública que podia haver da exploração desse minério. Com razão, preocupado o Sr. Primeiro-Ministro. Também gostava que ele se preocupasse com o problema da Base das Lajes.

Descarregaram para o rio Tejo as fábricas de papel, ficou de repente branco o rio Tejo. “Aqui d’el rei”! O Ministro do Ambiente, todas as organizações e instituições nacionais ... foi um problema com certeza, mas não tão grave ... A Agência Portuguesa do Ambiente, o Sr. Inspetor Nacional do Ambiente, enfim, um problema gravíssimo!

O que é a indústria de papel, a contaminação (não é contaminação) daquelas águas, relativamente a metais pesados?

Gostava que o Governo da República desse a mesma importância a que deu à poluição que houve no Tejo. Bastava ser a mesma. Foram logo equipas para o terreno, toca logo a fazer meios de contenção, toca logo a remover as coisas, toca logo a fazer investigação ...

Na ilha Terceira o Governo Regional e os açorianos que se desenrasquem.

Não, nós não aceitamos isso! Por isso, é que a nossa resolução vai no sentido de responsabilizar o Governo da República que se cumpra a lei, a Lei das Finanças Regionais e também que se responsabilize os Estados Unidos da América pela ação que tiveram, mas também vos devo dizer que daquilo que me apercebo ao longo destes anos, que me dedico todas as análises, todos os estudos, à exceção deste último, presumo, foram pagos e mandados fazer pelo governo dos Estados Unidos da América.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na sequência do debate e daquilo que, entretanto, foi dito alguns esclarecimentos e algumas manifestações de opinião que me parecem importantes para a economia do debate.

Começaria pela Sra. Deputada Zuraída Soares.

Sra. Deputada, estamos naturalmente de acordo acerca da importância deste assunto e com que seriedade institucional ele deve ser tratado. Não temos, nem têm os nossos partidos ao nível de geoestratégia e de alianças militares o mesmo entendimento. É verdade! Mas também gostava de dar a minha opinião sobre uma questão que a Sra. Deputada disse e em que me parece que não tem razão que é o seguinte: a Sra. Deputada indicou como indício de algum eventual desinteresse do Governo da República por esta questão o facto de ser o Ministro dos Negócios Estrangeiros e o Ministro da Defesa e não disse o Ministro do Ambiente ou eventualmente o Ministro da Saúde a tratar deste assunto.

É preciso ver que assunto é que estamos a tratar e o que é que estamos a pedir como governo autónomo, como governo autónomo que desde logo tem competências descentralizadas políticas e sobretudo administrativas ao nível da saúde e ao nível do ambiente.

Efetivamente o Sr. Ministro do Ambiente e o Sr. Ministro da Saúde não têm qualquer competência administrativa na Região, felizmente, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Felizmente!

O Orador: ... devido à nossa autonomia.

E se calhar é que fazer a pergunta à pessoa errada não se recebe a melhor resposta, porque efetivamente o que se calhar o que disse o Sr. Ministro do Ambiente é: “Mas o que é que eu vou fazer para os Açores?”

Realmente não pode, nem a gente quer que ele venha fazer ao nível administrativo nada para os Açores.

(Aparte inaudível)

O Orador: Mas, oh Sra. Deputada, nós estamos aqui a falar de quê?

Nós estamos a falar da responsabilidade decorrente de um tratado internacional em matéria de defesa assinado pelo Estado Português.

Havemos de convir que tem lógica que seja o Ministro dos Negócios Estrangeiros e em menor grau também concordo com o Ministro da Defesa em menor grau nesta matéria, porque trata-se de uma questão de responsabilidade e de relação entre os estados, que no fundo têm que resolver e fazer sentir quem paga, porque a questão é essa. Não se trata da execução técnica no terreno. Essa nós sabemos que há meios de a fazer e pode ser feita de diversas ... O problema é o ritmo, a intensidade e quem paga. Portanto, nessa matéria também penso que este esclarecimento é importante.

Também é bom dizer em nome da verdade que se estamos todos de acordo e ainda bem sobre quem tem a responsabilidade e sobretudo que o ritmo, a intensidade, com que os trabalhos têm decorrido não nos satisfaz, eu creio que também não é absolutamente correto, nem absolutamente verdadeiro nós dizermos, por exemplo, que os norte-americanos não fizeram nada.

Bom, desde logo eles nunca descartaram a responsabilidade, antes pelo contrário, por atos assumiram-na e depois eles fizeram coisas a um ritmo que nós consideramos insuficiente e com uma abrangência que nós consideramos insuficiente, mas aquilo que tem sido feito também sido feito pela parte norte

americana acompanhada, naturalmente, pela Região, e creio que nos últimos tempos pela República.

Sra. Deputada Mónica Seidi, eu sei que um bordão dá um certo jeito (um bordão discursivo), mas quando eu me limito a apontar factos acho um bocadinho precipitado e deslocado que o bordão não seja sério. Eu limitei-me a falar de factos.

A Sra. Deputada entendeu por bem esclarecer e eu agradeço os seus esclarecimentos, embora deva dizer com sinceridade. Às duas questões que eu levantei, a primeira percebi, aceito o esclarecimento de que a verba dos 500 mil euros no orçamento regional, independentemente da opinião substantiva que tenhamos e que o Partido Socialista tenha sobre isso, era para mais um escudo.

Agora, a nível nacional e com respeito ao voto de protesto aí temos de fazer um outro esforço, Sra. Deputada.

É que entre aquilo que justificou o voto de protesto e que o PSD designadamente na Assembleia da República tem dito, ou seja, que não há verbas concretas e que é um escândalo no Orçamento de Estado para o PREIT, havemos de convir que a proposta de alteração do PSD que foi reprovada em nada melhorava isso, mas é que não melhorava em nada. Eu volto-lhe a ler essa proposta: “O Governo cumpre o Plano de Revitalização Económica da ilha Terceira para uma efetiva descontaminação dos solos e aquíferos no concelho da Praia da Vitória.”

Não vem números, não vem verbas, não vem dotações.

Deputada Mónica Seidi (PSD): Não sabemos! Mas quanto é que custa a descontaminação?

O Orador: Não! A proposta é esta.

Oh, Sra. Deputada, o que eu estou a querer dizer é que a proposta do PSD em nada melhorava essa situação. Portanto, por aí também continuamos no mesmo, por aí também não vamos longe.

(Aparte inaudível)

O Orador: Havemos de lá chegar. Sr. Deputado, havemos de lá chegar!

Não sabe, qual é o montante!

Deputado Luís Maurício (PSD): Estou a dizer em aparte!

O Orador: Estamos a fazer progressos.

Havemos de lá chegar, mas há de ser quando entendermos que havemos de lá chegar.

Sr. Deputado Artur Lima, relativamente à sua última intervenção. Relativamente à questão do Ministro do Ambiente, eu só consigo entender as declarações do Ministro do Ambiente neste contexto da organização política do estado português e ele falar relativamente ao seu ministério, foi o que me pareceu.

Estas questões têm naturalmente uma elevada complexidade técnica natural e que todos nós percebemos. Relativamente a isso nós estamos aqui para tratar da parte política e temos que confiar nas entidades técnicas.

Eu continuo, por aquilo que conheço, por aquilo que sei, por aquilo que ouço, a ter quase o mesmo entusiasmo acerca da credibilidade do Laboratório Nacional de Engenharia Civil, quase o mesmo, talvez só um bocadinho menor, do que aquele que vi ontem à tarde a respeito das obras marítimas na ilha do Faial em que foi muito citado por várias bancadas, é a mesma instituição. Eu também sou daqueles, por pouco que sei, que acredito no prestígio e na credibilidade, inclusive internacionais (é o que me dizem, é o que leio), do Laboratório Nacional de Engenharia Civil que nós Região contratámos e trabalhamos – também é bom lembrar! – muito antes do Governo da República para acompanhar essa questão.

De resto, Sr. Deputado, descontaminação total, cuidado, alertas totais, prevenção, mas creio que nesta matéria nós temos que andar numa linha estreita de não descurar nada e prevenir tudo, mas também de resistir à tentação de algum alarmismo.

O Sr. Deputado fez referência a um estudo de saúde que tanto quanto sei está apenas numa fase muito preliminar de recolha de dados. Tanto quanto sei! Ainda não tem conclusões, muito menos conclusões definitivas.

Para já fico-me por aqui.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário, Sra. Secretária:

Este assunto é provavelmente o assunto mais debatido e discutido neste Parlamento na última década, arrisco-me a dizê-lo.

Já tivemos todos a oportunidade de aqui debater este assunto por variadíssimas vezes e a verdade é que quando estas matérias foram identificadas pela primeira vez e aqui trazidas pela primeira vez e avaliando toda a cronologia de todos os procedimentos que foram desenvolvidos sobre este assunto, quer pelos partidos políticos aqui representados, quer pela Câmara Municipal da Praia da Vitória, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Essa esquece!

O Orador: ... quer pelo Governo dos Açores, é inegável que tem havido um conjunto de medidas, de diligências e de ações para monitorizar as zonas identificadas como contaminadas e para salvaguardar uma matéria que é absolutamente fundamental, ou seja, a segurança do consumo da água do concelho da Praia da Vitória.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não é só a água!

O Orador: Há por isso um conjunto de medidas que foram desenvolvidas. Recordo a título de exemplo a remoção dos pipelines na zona circundante à Base das Lajes; recordo, por exemplo, o sistema de monitorização nas zonas identificadas, o Posto 1, a Porta de Armas e o South Tank Farm; recordo, por exemplo, o facto do reforço significativo e considerável da monitorização e do controlo da qualidade da água no concelho da Praia da Vitória, que é como sabem a água mais controlado do nosso país.

Mas a verdade é que para nós isto não é suficiente e aqui comungamos com várias preocupações que já foram aqui manifestadas neste debate e sobre esta matéria há também um dado relevante e um encontro relevante recente que, na nossa perspetiva, coloca a questão da descontaminação numa nova fase política e até diplomática, refiro-me à última reunião da Comissão Bilateral Permanente, onde a presença e a posição do Governo dos Açores, representado ao mais alto nível pelo Presidente do Governo, como sabem, foi absolutamente clara e afirmámos quer na reunião e demos nota pública dessa posição, que a relação entre Portugal e os Estados Unidos se traduza em três resultados práticos: em primeiro lugar, ao nível de medidas concretas e visíveis de monitorização e de efetiva descontaminação onde está comprovada e onde se venha a comprovar.

Em segundo lugar, outra matéria que para nós é também para nós fundamental e que acho que deve também merecer e certamente merecerá a concordância de todos os partidos aqui representados, reforçar os mecanismos de transparência e de acompanhamento do trabalho que está aqui a ser desenvolvido.

Em terceiro lugar, um calendário exigente e realizável para evoluções visíveis e notórias e da nossa parte, a nossa perspetiva, é que esse calendário tenha o máximo de seis meses ou a próxima reunião da Comissão Bilateral, ou seja, há trabalho que foi desenvolvido, há medidas que foram desenvolvidas, há aliás

trabalho e monitorização que foram desenvolvidos por responsabilidade e iniciativa deste Parlamento e de todos os partidos aqui representados, mas na perspetiva do Governo Regional é preciso mais, é preciso que se intensifique a descontaminação, é preciso que essa descontaminação seja mais visível e é preciso que se faça mais e melhor na descontaminação das zonas identificadas como contaminadas, nas zonas circundantes à Base das Lajes.

Também é preciso dizer o seguinte relativamente a esta matéria: da parte do Governo dos Açores a total transparência que tem existido à volta deste assunto, de *report* e informação permanente da parte do Sr. Presidente do Governo a todos os líderes parlamentares e líderes partidários da nossa Região e também recordando, se não estou em erro, três reuniões que já existiram a pedido do Sr. Presidente do Governo com a Comissão Permanente de Política Geral para dar conta das evoluções sobre este assunto.

Portanto, é preciso dizê-lo também: todos nós temos a legitimidade natural e até ideológica de divergirmos em várias matérias, mas este é o assunto que não só foi mais discutido aqui nos últimos 10 anos, como foi também (é preciso dizê-lo) o assunto que suscitou mais sentido de responsabilidade e sentido de estado de todos os partidos aqui representados.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Eu recordo-me, recordo-me de noutras circunstâncias e no desempenho de outras funções, as várias reuniões que tivemos, eu a representar o Partido Socialista com o Sr. Deputado José San-Bento, o então Deputado Clélio Meneses do PSD, o Deputado Paulo Estêvão, o Deputado Artur Lima, a Deputada Zuraida Soares, o Deputado Aníbal Pires que várias vezes nos sentámos à mesa, nos entendemos, construímos textos e posições políticas muito claras e muito assertivas e não tenho dúvidas que muitos dos recuos que alguns tiveram de fazer em alguma displicência ...

Deputado Luís Rendeiro (PSD): Todos! Foram todos!

O Orador: ... relativamente a esta matéria também se devem a essa posição forte, unânime e unida de todos os partidos aqui representados e dos órgãos de governo próprio da nossa Região e nunca é, na nossa perspetiva, demais referi-lo.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, tendo em conta as duas resoluções que aqui estão não posso deixar de dizer que nos parece que a resolução do CDS-PP é uma resolução que permite avançar, que defende algo de novo e que tem aliás, depois da proposta de substituição integral, parece-nos que tem até uma evolução feliz, ou seja, não podemos também deixar ... Muito bem temos que invocar aquilo que consta na Lei das Finanças Regionais e realçar a responsabilidade que o Estado Português tem nesta matéria, mas não podemos deixar que isso possa transparecer alguma espécie de redução de responsabilidade do estado norte-americano nesta matéria, que é na nossa perspetiva quem tem a responsabilidade primeira de descontaminar aquilo que contaminou.

E também sobre esta matéria é preciso de dizê-lo de forma muito clara, sem qualquer tipo de constrangimento ou de problema: alguns ministros do Governo da República tiveram, na nossa perspetiva, declarações infelizes sobre esta matéria, não estavam munidos de toda a informação que deviam estar. Tiveram em sede de comissão parlamentar na Assembleia da República momentos infelizes, mas Sras. e Srs. Deputados, um pouco de história e de memória: mas quem não se lembra do então Ministro Rui Machete e as intervenções que fazia sobre este assunto?

Quem não se lembra então do então Ministro Aguiar Branco e das intervenções que fazia ou não fazia sobre assunto?

Quem não se lembra das diligências da Comissão Parlamentar de Ambiente e Trabalho fazendo reuniões com esses senhores ministros e que um dizia uma coisa e passadas poucas horas o outro dizia exatamente o contrário?

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, este é como se sabe um assunto muito sério e este é um assunto no qual temos conseguido entendermo-nos ...

Deputado José San-Bento (PS): E aquela senhora do PSD, a Sra. Dra. Berta Cabral, ex-ministra da Defesa!

O Orador: ... e temos conseguido criar uma frente comum unida a favor da nossa Região e na defesa de uma população que está confrontada com um problema ambiental que tem de ser resolvido.

Portanto, tenhamos (permitam-me a sugestão) cuidado: não quebrems consensos, não quebrems consensos em nome da vitória de circunstância momentânea, tenhamos a capacidade de nos unir ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não tem moral para falar nisso! Tinha uma ex-ministra da defesa! Esteja calado!

O Orador: ... e não posso deixar de dizê-lo: a proposta do CDS-PP avança e consolida esse consenso; a proposta do PSD quebra esse consenso. Também não posso deixar de dizer o seguinte (permitam-me dizê-lo): a diferença é que antes quando um ministro tinha uma declaração infeliz, primeiro não havia grandes manifestações de discordância por parte do PSD/Açores e quando o Governo dos Açores se insurgia contra a isso não acontecia nada; agora quando ministros do Governo da República do Partido Socialista têm intervenções infelizes depois da posição do Presidente do Governo vêm imediatamente clarificar, esclarecer e retratar-se pelos erros que referiram e por aquilo que não disseram corretamente.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, ...

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não tem moral para falar nisso! Tinha uma ex-ministra da defesa! Esteja calado!

O Orador: ... tenhamos todos a coragem de nos unirmos e de consolidarmos a frente comum ...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... que construímos ao longo dos últimos anos à volta desta matéria.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É isso mesmo!

O Orador: Uma última nota que me parece importante, tendo em conta as referências do Sr. Deputado Artur Lima quer na tribuna, quer também naquilo que referiu da bancada, relativamente à incidência de doenças oncológicas no concelho da Praia da Vitória e na ilha Terceira.

Naturalmente que da parte do Governo dos Açores havendo uma instituição credível, como é o caso que quer estudar esse assunto e trabalhar sobre este assunto merece a nossa total concordância, o nosso total apoio e o nosso total respeito.

Conheço (até permitam-me dizê-lo por razões familiares) essa intenção, essa vontade, esse ímpeto de trabalhar e de desenvolver trabalho nesta questão, mas Sr. Deputado Artur Lima, permita-me dizê-lo, reconhecendo a legitimidade das suas referências e naturalmente a seriedade daquilo que referiu, o estudo desta instituição, da Escola de Saúde dos Açores, não é neste momento um estudo, estão na fase de elaboração de um *draft* e de um diagnóstico e, portanto, estão agora a fechar aquilo que servirá de base ao estudo e no mês de março avançarão para o terreno para desenvolver este trabalho.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sim! Sim!

O Orador: Mas também devo dizer, Sr. Deputado, que como sabe esta é uma matéria muito séria, esta é uma matéria que toca em questões na nossa perspetiva muito sérias, que devem ser e que merecem todo o respeito e, portanto, deixemos esta instituição que tem credibilidade para isso desenvolver este trabalho, porque aqueles que se querem dedicar a estes assuntos e identificar possíveis anomalias de incidência oncológica relacionadas com esta matéria são muito bem vindos, mas isso não é possível afirmar perentoriamente hoje.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria associar-me a este debate também por diversas razões que já tive necessidade de estudar a fundo e de conhecer este problema, até por algumas das situações o Sr. Secretário expôs em que participei e este é um debate que eu acho que deve ser feito sempre seriedade, com responsabilidade e com rigor. Eu acho que é assim que nós prestamos um bom trabalho aos açorianos e é assim que nós teremos eventualmente aquilo que certamente todos desejam: a capacidade de esclarecer as pessoas. Portanto, queria também dizer que a questão do passivo ambiental na Base das Lajes e na ilha Terceira, nas imediações na Base decorrente da presença militar na Base das Lajes pode representar um problema para o futuro. É um risco, temos que assumir, e por isso é que o Partido Socialista tem estado sempre na primeira linha para procurar resolver esse passivo ambiental nos termos que também são conhecidos e nos termos que já foram aqui também abordados por outros Srs. Deputados.

Agora, é verdade, também me parece, que o Governo da República nesta matéria tem que fazer mais e tem de fazer mais depressa. Isso também me parece algo de evidente.

Agora, Sr. Deputado Artur Lima, uma coisa é a descontaminação que todos nós desejamos e que todos nós defendemos, outra coisa é retirar ilaões e fazer

relação entre esse risco para o futuro, esse eventual problema, este risco potencial e uma situação concreta de saúde pública feita nos termos que o senhor aqui apresentou.

O senhor não pode, Sr. Deputado, e o senhor sabe bem disso (isso é o que me custa mais), retirar as ilações que retirou. Está errado. O senhor não está a ser rigoroso.

E mais! O senhor também não pode confundir a opinião de um professor universitário que até já foi deputado do seu partido e que todos nós respeitamos. Eu também tenho o prazer de o conhecer e de o conhecer bem. A opinião de uma pessoa não pode ser confundida com um levantamento de um estudo, nem muito menos com um estudo rigoroso sobre a realidade oncológica nos Açores. Sou eu que estou a distinguir os planos, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): O senhor está a confundi-los! Seja sério!

O Orador: O senhor é que fez a confusão, porque eu vou dizer-lhe: se o senhor quiser ser rigoroso, Sr. Deputado, se quiser ser rigoroso ... O senhor é que tem de ser sério. Infelizmente tenho que lhe dizer isso. Se o senhor quiser ser rigoroso, Sr. Deputado, ainda recentemente quando o Sr. Presidente do Centro de Oncologia dos Açores ...

Oh, Sr. Deputado, eu desafio-o a desmentir o que eu lhe estou a dizer.

O Sr. Presidente do Centro de Oncologia dos Açores recebeu recentemente o embaixador creio que dos Estados Unidos e ele teve a oportunidade de referir publicamente (estamos a falar do responsável do organismo que coordena os dados oncológicos nos Açores e os rastreios oncológicos nos Açores) que não têm dados para poder concluir que existe um caso e um problema de saúde pública nos Açores.

Isto foi dito pelo Dr. Raul Rego que é um ex-deputado do Partido Social Democrata.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): É um especialista como o senhor!

O Orador: É o responsável pelo organismo que trata esses dados e, portanto, quando nós quando estamos a falar destas matérias nós temos que ter em consideração questões genéticas, questões comportamentais relacionadas com os estilos de vida e também fatores exógenos ...

Deputada Mónica Seidi (PSD): Por exemplo?

O Orador: ... e estas questões têm que ser demonstradas. Essa relação, Sra. Deputada, tem que ser demonstrada.

Uma coisa é a incidência que possa existir, outra coisa é a correlação que existe, ou eventualmente existe e outra ainda são as conclusões precipitadas que os senhores retiram e o que nós sabemos é que o responsável do Centro de Oncologia dos Açores afirma que não há dados para retirar essas conclusões, sabemos também que o concelho da Praia da Vitória foi um dos sete concelhos dos Açores que teve o ano passado um prémio de excelência na sua qualidade de água distribuída na rede pública e isso é que nós sabemos.

Portanto, Sr. Deputado, o senhor não tem dados científicos que sustentem as afirmações que o senhor aqui fez.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Artur Lima tem agora a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, eu vou usar uma expressão: eu estou menente com a intervenção daquele Sr. Deputado. O homem continua a negar a realidade. Está sozinho, isolado. O senhor vive em que terra, Sr. Deputado?

Nem sei o que lhe hei de dizer, sinceramente!

Nem sei o que lhe hei de dizer!

O senhor vem para aqui fazer o discurso do ministro da propaganda e do Saddam Hussein, quer dizer os tanques a passarem atrás ... É mentira, os americanos estão lá fora!

Deputado José San-Bento (PS): Só falei do estudo!

O Orador: Oh, Sr. Deputado, peço desculpa, mas estes dados são reais.

A Praia da Vitória tem 8,52% da população da Região.

O senhor nega?

A Praia da Vitória tem 8,52% da população da Região.

O senhor nega?

A Praia da Vitória tem 33,3% dos cancros dos olhos e anexos oculares, ou 21,13% dos cancros do colón do útero.

O senhor nega?

Deputado José San-Bento (PS): Mas qual é a relação que o senhor quer estabelecer?

O Orador: Nega estes dados?

Estou a perguntar se o senhor nega.

A Praia da Vitória tem 22% dos cancros das glândulas salivares.

O senhor nega?

E vou ler-lhe por aqui abaixo os outros cancros todos.

O senhor nega?

Deputado José San-Bento (PS): Não precisa ler!

O Orador: Eu para si não tenho mais conversa para lhe dar, ...

Deputado José San-Bento (PS): Fui muito claro!

O Orador: ... porque realmente é a negação de uma realidade, é querer não avançar num processo que toda a gente está preocupada, menos o senhor, o que eu lamento ...

Deputado José San-Bento (PS): Não diga isso! Não é verdade!

O Orador: Há quem tenha os dados. O Centro de Oncologia dos Açores não tem, mas sobre o Centro de Oncologia dos Açores, Sr. Deputado José San-Bento, havemos de discutir aqui um dia, mas não é hoje. Havemos de discutir

aqui um dia e sobre aquilo que os senhores transformaram o Centro de Oncologia dos Açores, mas isso não vem a este caso.

Ao Sr. Deputado José San-Bento não tenho mais nada que lhe diga, porque eu só tenho a quem diga a quem faz intervenções dignas de resposta. Para mim não é digna de resposta.

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter lata!

O Orador: Portanto, não tenho nada para lhe dizer.

Sr. Secretário Regional, na Comissão Bilateral Permanente que é de dezembro, onde o Sr. Presidente esteve e bem presente, fala-se em apenas dois locais (ponto 18, que eu tenho aqui à minha frente) e é claro que quer Portugal, quer os Estados Unidos se preocupam com o estado da saúde e a segurança da sua população tanto civil, como militar. Preocupam-se, eles estão preocupados. É por algum motivo. Não é por causa de alguma radiação que existe em Marte, deve ser por alguma coisa que existe na Praia da Vitória.

Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias): Mas nós concordamos! Concordo consigo!

O Orador: A proteção do meio ambiente e a segurança e a saúde da sua população, tanto civil, como militar, são reconhecidas por Portugal e pelos Estados Unidos, agora apenas foram descontaminados dois locais, atuaram em dois locais. Relativamente aos pipelines foram retirados os tubos, mas não foi descontaminado o solo. Basta ir lá ver. Eu por acaso já fui, Sr. Secretário Regional.

Aliás, no seu ponto 20, a comissão tenciona continuar o diálogo sobre o pipeline do Cabrito com o objetivo de se alcançar uma solução o mais rapidamente possível e, portanto, também este assunto não está resolvido, começaram a resolver, retiraram alguns pipelines, mas não inertizaram os solos. Portanto, isto é que é absolutamente preocupante.

Quanto aos dados eu vou dizer-lhe uma coisa. Registo com agrado a posição da bancada do Partido Socialista, excluindo naturalmente o Sr. Deputado José San-Bento, quer do Governo Regional no cumprimento e no avanço que pode ser dado de um problema que é real. Não vale a pena nós continuarmos a dizer: “Então vamos descontaminar porquê? Não fez mal a ninguém, não está a fazer mal à saúde de ninguém.

Deputado José San-Bento (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Se não está a fazer mal à saúde de ninguém, se aquilo não faz mal ao ambiente, nem às pessoas porque é que vamos descontaminar?”

Aliás, há uma frase sua célebre que ainda lhe vou apresentar durante este debate, porque o senhor merece isso e muito mais do que lhe possa acontecer.

Deputado José San-Bento (PS): Credo!

O Orador: O senhor merece, mas vou trazer daqui a bocadinho. Foi no âmbito das suas declarações no debate que aqui houve. Não é nada de extraordinário. Foi aqui dentro e o Sr. Deputado realmente destoa do comportamento da sua bancada.

Se tudo está bem, se nada está mal, que é que estamos aqui a fazer?

Deputado José San-Bento (PS): Eu não disse isso!

O Orador: Não estamos aqui a fazer nada. Então vamos todos embora, não há problemas para saúde, não há uma maior incidência de cancro naquele concelho, não há problemas com a água, os americanos não a bebem, os americanos não a querem beber, tiveram uma central de osmose inversa durante anos ... não há problemas nenhuns! Não há nenhuns problemas.

Portanto, o que é que estamos aqui a fazer?

Acho que vamos todos para casa. Vou retirar a proposta, vamos todos embora, porque é o que o Sr. Deputado José San-Bento quer, mas foi por isso mesmo, com atitudes iguais à daquele Sr. Deputado, há 11 anos atrás, que estamos no ponto em que estamos, ...

Deputado José San-Bento (PS): Oh, Sr. Deputado!

O Orador: ... porque se tivesse havido outra atitude, se não se tivessem escondido relatórios, se não se tivesse escondido informação de que o senhor é responsável não estávamos no ponto em que estávamos.

Deputado José San-Bento (PS): Eu é que sou responsável!?

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: O senhor é responsável.

Portanto, não estávamos no ponto em que estávamos.

A sua atitude é verdadeiramente lamentável e ofensiva dos terceirenses e dos praienses, em particular. O senhor ofende o povo daquela terra que está subjugado, ...

Deputado José San-Bento (PS): Subjugado!?

O Orador: ... é contaminado àquela contaminação horrível e horrenda durante estes anos todos e que o senhor aprova e despreza.

Muito obrigado.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Lá diz o povo na sua imensa sabedoria que isto anda tudo interligado e na realidade anda, porque no caso da ilha Terceira e no caso que estamos a debater que é a contaminação dos solos e dos aquíferos, quanto mais se estuda e quanto mais levantamentos de fazem, mais locais poluídos se encontram e mais materiais poluentes e perigosos se detetam. Nesta Casa quanto mais debatemos esta matéria, mais contradições se detetam. É por isso que isto anda tudo interligado.

Vamos então a algumas das contradições que ao longo deste nosso debate eu acho que sou capaz de identificar.

Em abril de 2016 consta que foi estabelecido um protocolo entre o Sr. Ministro do Ambiente, portanto, entre o Governo da República e o Governo Regional. Nesse protocolo ficava exarado que à República e ao Ministério do Ambiente competiria fornecer os meios técnicos para a descontaminação dos aquíferos da ilha Terceira ao Governo Regional competiria pagar a respetiva fatura.

Pergunta: um protocolo é assinado. Quem assina, assina alguma coisa e um protocolo só existe quando pelo menos existem dois a assinar para “dançar o tango”.

A pergunta que eu ponho e muito concretamente ao Sr. Secretário Regional da Presidência é: qual é o teor deste protocolo?

Como é que o Governo Regional aceitou a este compromisso e afinal nós estamos aqui a dizer que o Governo Regional e a Região não têm que pagar coisíssima nenhuma, mas há um protocolo assinado entre o Governo da República e o Regional que diz que, sim senhor, o Governo Regional paga e o Sr. Ministro do Ambiente disponibiliza os meios técnicos.

Primeira contradição, pergunta direta ao Sr. Secretário Regional da Presidência. Depois diz o Sr. Deputado Francisco Coelho que o problema que traz à coação o Ministro dos Negócios Estrangeiros, o Ministro da Defesa, tudo se prende com uma questão: é quem paga.

Pois é, Sr. Deputado, mas quem paga estamos nós todos fartos de saber, não temos é coragem de cobrar, Sr. Deputado. A questão é essa. É que nós bem sabemos quem paga. Quem paga é o estado poluidor, quem paga é o estado norte-americano.

Agora quem é que lhe vai cobrar?

Aí é que não chega o Ministro dos Negócios Estrangeiros, não chega o Ministro da Defesa, porque há 10 anos que não lhe cobram coisa nenhuma, Sr. Deputado.

Depois, os norte-americanos assumiram a poluição e até já fizeram alguma coisinha e depois, Sras. e Srs. Deputados?

Mas não manda a mais elementar decência que assumam a porcaria que fizeram?

Mas temos que agradecer ou ficar satisfeitos com isso?

Já fizeram alguma coisinha?

Já limparam um buraquinho?

E depois, Sras. e Srs. Deputados?

E o resto daquela ilha que está contaminada?

E as pessoas que lá vivem?

Portanto, acho muito pouquinho para ficarmos de alguma maneira a caminho de qualquer tipo de satisfação.

Depois ainda para o Sr. Secretário Regional da Presidência, boca santa, Sr. Secretário Regional.

Na realidade, Sr. Secretário Regional, não há assunto que tenha sido mais debatido nesta câmara ao longo dos últimos 10 anos do que a poluição dos aquíferos e do solo da ilha Terceira e depois, Sras. e Srs. Deputados?

Qual foi o resultado?

Quais são os resultados concretos para a ilha Terceira, para os seus aquíferos, para o seu solo, para o ambiente, para a saúde pública de 10 anos do assunto mais falado nesta Casa?

Eu peço imensa desculpa, mas tirando o pouquinho que os norte americanos já fizeram o resultado é coisa nenhuma.

Ainda na última reunião de Comissão Bilateral avançou-se muito. Acredito, aceito, não estive lá, mas aceito.

Vi no contato que o Sr. Presidente do Governo Regional fez na altura, neste caso com o Bloco de Esquerda, alguma satisfação e alguma esperança.

Pergunta: quando é que foi a Comissão Bilateral e o que é que aconteceu desde então até ao dia de hoje em termos de descontaminação?

Portanto, essa esperança afinal resultou em quê no concreto?

O que é que mudou, o que é que se fez objetivamente?

Finalmente, Sras. e Srs. Deputados, quando nós referimos que há momentos infelizes de alguns ministros e também é bom recordar que não estamos só a falar dos do governo atual, porque os do anterior governo e outros para trás também não se portaram muito melhor relativamente à atenção e ao conhecimento sobre a realidade da Região Autónoma dos Açores, mas foi dito nesta Casa que há alguns momentos infelizes de alguns ministros por não estarem na posse de todos os elementos, no caso de todos os elementos que dizem respeito à contaminação dos aquíferos e dos solos.

Eu vou-me servir com a licença do PSD do corpo do seu projeto de resolução, por uma economia de tempo, para ler apenas um parágrafo e é o seguinte: “Em fevereiro de 2017 o Ministro dos Negócios Estrangeiros afirmou que as verbas para o processo de descontaminação que constam do PREIT valem zero.”

Pergunto: isto é um momento infeliz por desconhecimento da realidade?

É porque se é o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros é de uma incompetência absolutamente inaceitável, mas continuamos.

Em março de 2017 o Ministro da Defesa disse desconhecer os resultados das análises que confirmaram a contaminação de solos e aquíferos.

Pergunto: esta é mais uma infelicidade por desconhecimento?

Então para que é que nós temos lá o Ministro da Defesa a tratar do assunto da contaminação dos aquíferos e do solo da ilha Terceira?

Nada disto faz sentido, Sras. e Srs. Deputados.

E continua, continua. Em abril de 2017 o Ministro do Ambiente remeteu o tal do protocolo que eu estou à espera que o Sr. Secretário Regional da Presidência

me diga alguma coisinha sobre ele. Remeteu as responsabilidades do processo de descontaminação para o Governo Regional dos Açores. Mas porquê?

Também foi um momento infeliz por desconhecimento do assunto e por desconhecer que o Governo Regional e o povo açoriano não têm que pagar coisa nenhuma por limparem aquilo que sujaram abrigo de tratados que não são assinados com esta Região mas com o Estado Português.

Portanto, Sras. e Srs. deputados, de contradições, ia a dizer, está o inferno cheio, mas não, não é só Inferno. Esta Casa também. No caso específico deste tema cheio de contradições e nós vamos sempre dar ao mesmo e eu retomo a minha primeira intervenção: quando há compromissos exteriores aos interesses dos Açores, os Açores dos interesses sucumbem.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Perante este debate gostava que o PS esclarecesse porque é que vai votar contra, ou se já mudou de opinião e está devidamente esclarecido relativamente ao seu pedido de esclarecimento relativamente a este Projeto de Resolução do PSD/PPD, porque nos pontos que assinalou o Sr. Deputado Francisco Coelho pediu esclarecimentos relativamente à verba da descontaminação que nós tínhamos apresentado no Orçamento da Região, falou na questão do PREIT que o PSD tinha feito uma proposta infeliz quando também relembro que a proposta do PS também era muito infeliz que só dizia “execute-se o PREIT”.

Realmente estamos a falar em valores, mas acima de tudo a responsabilização do Governo da República e eu pergunto ao Sr. Deputado Francisco Coelho, aos deputados do PS da ilha Terceira se estão contentes com a forma como nos últimos 10 meses o PS, o Governo da República, relativamente à sua posição,

relativamente a este assunto, se estão contentes com a sua posição, porque se bem devem estar atentos vão entrar, ou entraram já na Assembleia da República cinco propostas, em que a do PS diz, por exemplo, que “recomenda ao Governo da República que promova a descontaminação total dos pontos contaminados.”

O que é que mudou de há dez meses para agora?

Porque é que esta proposta há 10 meses não valia e agora é que faz todo o sentido a gente falar sobre ela?

Há 10 meses são 10 meses que o povo da ilha Terceira continua a sofrer e para quem conhece e sabe muito bem a situação sísmica das nossas ilhas, e foi falado na altura quando a Sra. Secretária Regional do Ambiente e Turismo esteve lá com o Presidente da ERSARA, falou-se da situação do Graben e da instabilidade sísmica que têm as nossas ilhas e que a amplitude da contaminação que existe a gente nunca sabe o que é que pode acontecer. Nós vivemos acima de tudo numa bomba relógio em cima dos nossos pés.

Portanto, é grave a situação e nunca foi excluído o risco da situação da contaminação das águas. É de valorizar a situação que existe de qualidade na água neste momento, mas é e foi assinalado por todos o risco que existe e nunca foi excluído.

Quanto mais tempo se passa, as coisas podem agravar e nós não conhecemos o estado de todos os pontos contaminados. Nós sabemos neste momento aqueles que estão a ser descontaminados pelos Estados Unidos da América, mas falava-se e fala-se no estudo de 38, são muitos e muitos locais. Nós não sabemos qual é que vai ser o dia de amanhã.

Portanto, a urgência, estes 10 meses não têm explicação. Porque é que o PS rejeita esta proposta?

Sr. Secretário Regional, o senhor diz que a proposta do PSD é uma quebra. Nós não concordamos. Peço desculpa, mas nós não concordamos, porque à

semelhança e com todo o mérito da proposta do CDS-PP nós também estamos a avançar.

O que é que está contra e que nós se calhar depreendemos?

É o facto do nosso primeiro ponto dizer que será o protesto de desrespeito pelos Açores neste processo quando o Governo dos Açores tomou uma posição crítica.

Relembro os Srs. Deputados que o PSD esteve ao lado desta Assembleia quando fez um voto de protesto por pronúncia própria, quando o Governo era do PSD/CDS-PP pela manutenção das comarcas dos Açores, incluindo Nordeste e Povoação e os seus respetivos tribunais judiciais, pelo cumprimento do princípio de solidariedade nacional face a prejuízos causados pelas intempéries que assolaram a Região, contra o encerramento de serviços de finanças nos Açores.

Eu pergunto se a situação dos aquíferos e solos da Praia da Vitória são menos importantes que esta situação?

Nós estamos a falar aqui numa situação que deve ser considerada causa nacional e se fosse considerada já causa nacional se calhar já muitos dos ministros lá fora não faziam as intervenções que tinham feito.

Portanto, é importante que de uma vez por todas o Governo da República assuma e diga que nós queremos liderar esse processo, que nós vamos cumprir a lei e que nós vamos exigir aos Estados Unidos tudo o que eles precisam fazer para descontaminar.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Umhas breves palavras na sequência deste debate em primeiro lugar para relembrar à Sra. Deputada Zuraida Soares que eu não disse, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Pois não!

O Orador: ... nem o meu partido, que estava satisfeitinho com o pouquinho que os norte americanos fizeram e vamos fazer um esforçozinho todos juntinhos para melhorar esta situação e tenho alguma esperança que o consigamos, Sra. Deputada, sinceramente, e tenho também alguma esperança que face a este trabalho que tem vindo a ser feito nos Açores, quer pelo Governo, quer naturalmente por esta Assembleia, há já bastante tempo (eu tive oportunidade logo na minha primeira intervenção de lembrar) na legislatura passada a importância que eu acho que teve pela iniciativa, pelas diligências que fizemos e pelo consenso que conseguimos relativamente à proposta que o BE então apresentou.

Eu tenho esperança, dizia eu, que esta sensibilização junto das entidades nacionais fará com que o Estado Português e eu diria mesmo que setores do estado norte americano que têm essa obrigação percebam a importância que nós damos a esta questão e que o país vai ter que dar a essa questão. Tenho sinceramente essa esperança.

Há pouco reparei que o Sr. Deputado Luís Maurício estava a ficar um pouco ansioso, porque eu não dizia aqui, embora já tenha dito em comissão de uma forma mais ou menos retórica, porque é que o Partido Socialista vai chumbar (e chumbou já em comissão – chumbou é um nome feio – deu parecer desfavorável) à iniciativa do PSD.

Porquê, Sr. Deputado Luís Maurício?

Por tudo e também em homenagem àqueles tempos em que passeávamos tabuleiros das cantinas nas ruas de Lisboa e eu não digo de que partido era o ministro, não é preciso. Eu quero dizer-lhe, a si e aos Srs. Deputados do PSD,

naturalmente, às Sras. e aos Srs. Deputados do PSD, porque é que o Partido Socialista dá parecer desfavorável a este projeto de resolução.

Dá parecer desfavorável, porque nós entendemos que este projeto de resolução, quer nos seus considerandos, quer nos seus pontos resolutivos, em muitos deles, não consegue resistir à tentação de por um lado selecionar a história e de ter uma visão parcial e partidária da realidade. Se bem reparar desde logo no início do preâmbulo dá-se aqui um salto conveniente de 2008 para 2016. Todo o texto vai no sentido da crítica apenas e só ao Governo da República anterior. Alguns pontos encontram-se já desatualizados e também em bom rigor há aqui algo que nos deixa reconfortados, Sr. Deputados Luís Maurício, é que não há nada de útil que aqui diga que não seja dito em linguagem mais apropriada por uma iniciativa que por acaso até é cronologicamente anterior, que é a iniciativa do CDS-PP.

Vamos todos fazer um esforço para resistir à contaminação da história e para concentrarmos esforços no futuro e na resolução deste problema e nós temos a esperança (eu diria quase a certeza) que ainda vamos ter o prazer de continuar a votar muitas iniciativas do PSD, pelo menos algumas a favor, o que não seria nada de inédito.

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José San-Bento.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Muito rapidamente, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para referir o que o Sr. Deputado Artur Lima quer sei eu.

Só queria esclarecer à câmara que eu assumo sempre as minhas responsabilidades, inclusive aquelas que não tenho diretamente, mas por questões solidárias assumo as minhas responsabilidades. Espero que não me

acuse de ser responsável pela guerra na Síria e pela eleição do Presidente Trump.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Sr. Deputado, não se dê a essa importância toda!

O Orador: O que interessa aqui reter são três aspetos.

Primeiro: a descontaminação é uma causa necessária e é um processo em que todos nós estamos empenhados na sua concretização.

Em segundo lugar, o que eu pretendi introduzir no debate com a minha intervenção é que nós temos de ser cautelosos e rigorosos quando extraímos dessa situação que foi aqui debatida conclusões do ponto de vista da saúde pública e acho que assim é que se esclarece os açorianos e assim é que se dá o contributo construtivo, como o Partido Socialista procura sempre dar, para abordar, debater os assuntos e claro no limite esclarecer os nossos concidadãos que são as pessoas que nos merecem todo o respeito.

Portanto, por isso é que eu reitero: se nós queremos ser rigorosos temos que ter em consideração, por exemplo, o prémio da qualidade da água na Praia da Vitória, isso é rigoroso e objetivo, e também os dados relacionados com o Centro de Oncologia dos Açores, isso também é objetivo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares (Berto Messias):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Cara e Caro Colega:

Uma intervenção muito rápida para responder às questões que me foram colocadas muito diretamente pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Permita-me utilizar a sua expressão. O Governo dos Açores não pagará coisa nenhuma, os açorianos não pagarão coisa nenhuma sobre a descontaminação das zonas contaminadas na ilha Terceira.

Deputada Mónica Rocha (PS): Muito bem!

O Orador: Relativamente à sua referência a esse protocolo eu tenho que lhe confessar que eu não sei de que protocolo é que está a falar, não faço a mais pequena ideia. Não conheço nenhum protocolo com esse teor e desse âmbito e, portanto, Sra. Deputada terá que através do seu grupo na Assembleia da República perguntar ao Sr. Ministro do Ambiente a que é que ele se referia, porque eu, o Governo dos Açores, não conhece nenhum protocolo com esse teor.

Relativamente à sua pergunta aos resultados. Os resultados são um facto de a água fornecida para consumo humano ter indicadores hoje que nos permitem salvaguardar a segurança desse consumo humano.

Há zonas identificadas problemáticas? Há.

Têm de ser intervencionadas? Têm.

Há zonas contaminadas? Há.

Têm de ser descontaminadas? Têm.

É esse trabalho que queremos naturalmente desenvolver e é isso que exigimos ao estado norte americano e ao Estado Português.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Mónica Seidi.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, de facto temos que ser sérios e rigorosos e daí esta minha intervenção, porque o debate penso que está na sua reta final e já todos percebemos qual é de facto a posição do partido que suporta o Governo.

Há bocadinho quando falou da incidência dos cancros, falou da importância dos fatores hereditários, dos estilos de vida saudáveis e falou também de fatores exógenos. Eu gostava de lhe perguntar que fatores exógenos é que se referia.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Zuraida Soares tem agora a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É mais uma perplexidade ou mais/e contradição. Eu tenho na minha mão o *Diário Insular* do dia 27 de abril de 2017, no caso porque não o tinha comigo gentilmente cedido pelo Sr. Deputado Artur Lima, onde está aqui o Sr. Ministro do Ambiente para que não haja dúvidas e que diz assim entre aspas (é o Sr. Ministro do Ambiente a falar) e diz assim: “O papel do Governo da República é mesmo aquele que está no protocolo.”

Questão: qual é o protocolo?

Só há um protocolo se for assinado pelo Governo da República e pelo Governo Regional. Portanto, ou o Sr. Ministro da Defesa está a inventar, ou então alguma coisa aqui se está a passar de estranho, mas ele continua, ele continua e é muito claro.

Diz assim: “Portanto, de acordo com o protocolo quem lidera este processo [reparem bem, Sras. e Srs. Deputados] é o Governo Regional. A Agência Portuguesa do Ambiente tem algum *know how* nesta matéria e está a dar o apoio técnico muito à medida e muito de acordo com os pedidos [reparem!] que têm vindo a ser feitos [obviamente pelo Governo Regional], os quais não lhe minto não sei se são muitos ou se são poucos.”

Isto é um poema. Isto é um poema! Porque se não for um poema é uma vergonha.

Quer dizer o Ministro do Ambiente não sabe se os pedidos de apoio técnico para a descontaminação do maior problema ambiental da Região Autónoma dos Açores, senão de todo o país, não sabe se são muitos, se são poucos, mas sabe uma coisa: há um protocolo assinado, quem paga é o Governo Regional e o Governo da República dá um apoiozinho técnico à coisa.

Agora o Sr. Secretário Regional da Presidência diz que desconhece o protocolo. Nós estamos no meio de um tema e de um assunto que pelos vistos só é grave, só é pesado, só é indecente para alguns, porque para outros é levado com uma leveza absolutamente inaceitável.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Mónica Seidi tem agora a palavra.

(*) **Deputada Mónica Seidi (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José San-Bento, eu não fiz isto com maldade, como deve compreender, mas acho que é bom sermos rigorosos e digo-lhe isto porque um dos fatores exógenos que posso dar como exemplo e que está comprovado que tem alguma predisposição ou uma correlação com cancro é o amianto. Todos nós sabemos.

Dou-lhe, por exemplo, o facto desta correlação entre o amianto e os cancros do pulmão que toda a gente sabe.

Dou-lhe só mais este exemplo: por acaso os trabalhadores da Base das Lajes, ao abrigo da legislação americana, estavam na altura e continuam a estar protegidos por um programa de monitorização e vigilância durante 30 anos, porque de facto é reconhecida e está documentada esta correlação entre o amianto e o cancro do pulmão.

Agora, os números que de facto o Sr. Deputado Artur Lima fala demonstram bem a incidência de várias neoplasias no concelho da Praia e isso faz-nos

alertar, isto faz-nos ficar alerta para a incidência de outros produtos exógenos derivados provavelmente da contaminação que poderão ter correlação com a incidência de cancros, nomeadamente o chumbo e o seu efeito cumulativo, nomeadamente a radiação nuclear, o próprio DDT.

Isto é especulação?

Eu até admito que possa haver alguma especulação, mas há uma população que quer saber se de facto há uma correlação ou não. Portanto, é de todo o nosso interesse que se façam estudos e que pelo menos se tente clarificar esta questão.

Não me venha dizer que o Sr. Deputado Artur Lima não pode vir para aqui apresentar estes números, o que é aqui estranho é que o COA não tenha estes números, quando é o Centro de Oncologia dos Açores e haja uma entidade externa a fazer um estudo patrocinado por uma universidade americana que curiosamente tenha esses mesmos dados.

Obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Secretário Regional tem agora a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção breve.

Sra. Deputada, eu reitero aquilo que já disse: não há nenhum protocolo assinado pelo Governo dos Açores com esse teor. Não há! Que pressuponha qualquer pagamento do Governo dos Açores relativamente ao processo de descontaminação. Portanto, não existe, não conheço, nem há nada assinado pelo Governo dos Açores, um protocolo com esse teor.

Peço-lhe que peça esclarecimentos junto de quem fez essa afirmação, ...

Deputada Zuraida Soares (*BE*): O Sr. Ministro está a mentir?

O Orador: ... porque tem mecanismos para isso.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

A Mesa de momento não tem mais inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação destes dois Projetos de Resolução.

Vamos votar em primeiro lugar o Projeto de Resolução n.º 3/XI apresentado pelo CDS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos então agora votar o Projeto de Resolução n.º 35/XI apresentado pelo PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução apresentado foi rejeitado com 27 votos contra do PS, 14 votos a favor do PSD, 4 votos a favor do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado César Toste.

(*) **Deputado César Toste (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD emite a declaração de voto mais uma vez notando e apreciando a proposta do CDS, mas dizendo também que a proposta do PSD não quebra e mantém o mesmo assunto da mesma forma.

O PSD não desiste de dizer que a descontaminação dos solos e aquíferos da ilha Terceira devem ser considerados como uma causa nacional.

Passaram 10 meses desde a apresentação do projeto de resolução. Apesar da inexplicável posição do PS, o PSD não desiste. Estamos ao lado do Governo dos Açores para exigir do Governo da República que assuma a descontaminação. Este é o maior problema ambiental dos Açores.

A água é de qualidade, sim. Até quando?

Dez meses podem ser muito pouco para os vossos interesses políticos ou as vossas reais preocupações para a ilha Terceira, mas para os solos da ilha já esperam há décadas.

O nosso projeto de resolução não é política, é o respeito pelos terceirenses e pelos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Coelho.

(*) **Deputado Francisco Coelho (PS):** Obrigada, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Aproveito por economia e faço uma declaração relativamente às duas iniciativas, dizendo que efetivamente depois de algumas décadas com a história que nós conhecemos, como protagonistas que se foram sucedendo, a verdade é que o que interessa é o presente e o futuro e o que interessa é nós irmos também ao nosso nível consensualizando posições, no sentido de saber o que queremos, aquilo a que temos direito, aquilo que é justo e urgente fazer e manifestar essa pretensão e essa exigência junto de quem de direito, para que este problema, cuja gravidade potencial e ambiental ninguém põe em causa seja efetivamente, de acordo com aquilo que a ciência e a técnica já possibilitam, anulado e arredado da realidade.

É isso que nós vamos, com certeza, exigir e esperar face as essas posições, designadamente à unanimidade com que foi aprovada a iniciativa do CDS-PP, face também aos sinais que já vemos de um conjunto de iniciativas dos diversos partidos junto da Assembleia da República, que o Estado Português tome esta questão, senão a preito, pelo menos a peito, que seria mais importante e consiga efetivamente os resultados que são exigíveis e que a ilha Terceira e os Açores nesta matéria merecem.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Julgo não haver inscrições para declaração de voto.

Vamos então agora fazer um intervalo.

Regressamos às 18 horas.

Eram 17 horas e 24 minutos.

Presidente: Peço às Sras. e aos Srs. Deputados que ocupem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 08 minutos.

(Neste momento, a Deputada Bárbara Chaves reocupou o seu lugar na Mesa)

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos. Entramos agora no ponto 11 da nossa Agenda: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 13/XI – “Décima primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 8/2002/A, de 10 de abril, que estabelece o regime jurídico de atribuição do acréscimo regional à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional”**. Este diploma é apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Paulo Corvelo.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O custo de vida nos Açores é superior ao de Portugal Continental. Mas os trabalhadores por conta de outrem auferem menos nos Açores que os seus colegas do Continente. Esta realidade demonstra que na Região a desvalorização salarial continua a ser potenciadora de pobreza e de exclusão social.

A economia da Região continua a necessitar de medidas específicas que façam diminuir os custos financeiros das empresas e que limitem os custos económicos acrescidos gerados pela insularidade, assim possibilitando que esta economia regional possa sobreviver no espaço económico alargado em que está integrada.

O aumento no valor do acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida, que a Representação Parlamentar do PCP traz a esta Assembleia, será um instrumento para ajudar os trabalhadores da Região a suprir o custo de vida cada vez mais elevado em relação ao Continente Português.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Autonomia Constitucional existe para que possam ser criadas as medidas específicas adequadas às nossas particularidades.

Com este pequeno aumento ao acréscimo regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida estaremos a contribuir para a criação de um maior equilíbrio e de justiça face às especificidades regionais, contribuindo para a convergência do salário médio regional dos trabalhadores do setor privado com a média salarial dos trabalhadores do setor privado do Continente Português.

Além de se tratar de uma decisão sóbria e racional no plano da Economia Regional, trata-se sobretudo de uma decisão urgente no plano humano.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A valores atuais a presente proposta da Representação Parlamentar do PCP elevaria nos Açores a Retribuição Mínima Mensal Garantida para 623,50 euros mensais. Seria um aumento de 203 euros anuais (14,50 euros por mês) para esses trabalhadores açorianos.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

Deputado António Lima (BE): Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A fixação de um salário mínimo é uma política fundamental para garantir uma remuneração que assegure aos trabalhadores e trabalhadoras, assim como às suas famílias, um nível de vida minimamente decente. Procura-se assim impedir que as leis vorazes do mercado levem a uma espiral de desvalorização salarial. Infelizmente, sabemos que ainda hoje, fruto dos baixos valores do salário mínimo, este não é ainda condição suficiente para afastar o risco de pobreza.

O salário mínimo nacional foi, nos anos da troika e do governo PSD/CDS, congelado de 2011 a 2015 o que levou a uma redução do rendimento disponível dos trabalhadores com os salários mais baixos, por via do aumento do custo de vida ao longo desses anos. Estes trabalhadores foram os mais fortemente atacados pelas políticas austeridade.

Nos Açores, a criação do Acréscimo Regional à Retribuição Mínima Mensal Garantida teve como objetivo “atenuar a diferença do nível do custo de vida nos Açores em relação ao continente, designadamente os derivados dos custos da insularidade, e, por outro, diminuir as desigualdades resultantes do baixo valor das remunerações (...) auferidas por uma faixa da população residente nos Açores, traduzindo-se numa medida de justiça social.”

Estes fundamentos continuam hoje a ser plenamente válidos e, perante a situação precária dos trabalhadores que auferem baixos salários, justifica-se que

este complemento, que se revela insuficiente nos dias de hoje, seja aumentado para 7,5% do valor do salário mínimo nacional.

Por um lado, o salário dos trabalhadores não qualificados nos Açores é o mais baixo do país, chegando-se ao ponto dos trabalhadores não qualificados auferirem salários médios quase 100 euros abaixo do salário mínimo.

Na recentemente apresentada “Estratégia Regional de Combate à Pobreza e Exclusão Social” do Governo Regional, nomeadamente no seu documento de diagnóstico, é reconhecido e passo a citar: “Tradicionalmente, e de acordo com a literatura disponível, a pobreza nos Açores tem estado mais associada às características do mercado de emprego do que ao desemprego.” Isto é, nos Açores quem trabalha, muitas vezes, demasiadas vezes, é pobre. Os baixos salários e a precariedade laboral são dos maiores responsáveis por este fenómeno.

No último trimestre de 2017, eram mais de 25 mil os açorianos e açorianas, trabalhadores por conta de outrem, com rendimentos situados entre os 310 e os 600 euros, ou seja, com rendimentos muito próximos ou até inferiores ao salário mínimo. Estamos a falar de quase 23% da população empregada por conta de outrem.

Outro aspeto, frequentemente pouco valorizado e que justifica o aumento do complemento regional ao salário mínimo, é a própria dimensão dos agregados familiares. Os Açores apresentam, em relação à média nacional, um maior número de agregados familiares mais numerosos e menos agregados de menores dimensões. Não é difícil perceber por isso que, um salário mais baixo a dividir por mais pessoas, aumenta o risco de pobreza de cada uma delas.

Se os baixos salários contribuem para o risco de pobreza, para a combater, então, os aumentos salariais e neste caso o aumento do complemento regional ao salário mínimo é um instrumento fundamental que não pode ser recusado e que o Bloco de Esquerda tem também defendido ao longo dos anos.

Os aumentos recentes ao salário mínimo nacional que resultam do acordo entre PS e BE para que este atinja, em 2019 os 600 €, o que significará um salário mínimo de 630€ nos Açores, um valor que é ainda insuficiente face ao custo de vida. Foram muitas as vozes à direita e do lado dos patrões a vaticinar um aumento do desemprego a nível nacional devido aos aumentos anuais que têm sido aplicados. Nada de novo nestes argumentos, são velhos e, como a realidade já demonstrou por diversas vezes, são falsos. Traduzem apenas o interesse de quem quer ser competitivo à custa de baixos salários, à custa de quem trabalha. Certo é que o emprego aumentou em Portugal e o salário mínimo não foi qualquer obstáculo. Perante esta proposta de aumento do complemento regional ao salário mínimo, os mesmos recusam-no com os mesmos argumentos: o aumento do complemento regional poderá levar à diminuição da competitividade das empresas açorianas.

Mas mais do que isso, já se ouvem vozes que criticam a própria manutenção do complemento regional ao salário mínimo. Nestas incluem-se até administradores de empresas públicas que têm o despudor de se juntarem ao coro dos que começam a pressionar para a extinção deste complemento.

É por isso que o Partido Socialista e o Governo Regional suportado por este têm de dar um sinal de que o desenvolvimento dos Açores não passa por uma economia de baixos salários, não só mantendo mas reforçando o complemento regional do salário mínimo. Ou vai o PS juntar-se a quem pressiona para o seu desaparecimento e condenar os Açores a ter uma economia onde a mão de obra barata é o principal fator de competitividade?

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Zuraida (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição de qualquer Grupo Parlamentar ou de qualquer deputado sobre a presente iniciativa, deve ser analisada com o necessário cuidado e sensibilidade, tendo em conta que os seus destinatários são açorianos cujos rendimentos, só por si, os colocam próximo da pobreza.

A retribuição mínima mensal abrange uma faixa significativa da nossa população ativa, associando-se muitas vezes o baixo rendimento também à precaridade do emprego.

No conjunto dos países da Europa, o valor da retribuição mínima praticado em Portugal situa-se na faixa inferior de um grupo intermédio de países, cujo montante varia entre os 500 euros e os 1000 euros mensais. Estamos a cerca de 80% de Espanha e a cerca de 85% da Grécia.

Mesmo tendo em consideração a paridade do poder de compra, a situação é manifestamente desfavorável para os trabalhadores portugueses.

A atual atribuição do acréscimo regional de 5% à retribuição mínima mensal garantida, do complemento regional de pensão e da remuneração complementar regional, constitui seguramente uma mais valia para os açorianos, contribuindo para minimizar os custos da insularidade.

O seu aumento de 5% para 7,5%, corresponde a uma aspiração justa e compreensível dos trabalhadores, disso não temos qualquer dúvida.

Porém, a questão que se coloca tem a ver com a situação do tecido empresarial da Região, com as dificuldades económicas e financeiras de muitas centenas de empresas, dos custos de contexto e de insularidade com que essas empresas também se defrontam. Tem a ver com a baixa rentabilidade de muitos dos sectores da atividade económica em que atuam e com os encargos sociais da responsabilidade das entidades empregadoras.

As próprias empresas públicas regionais encontram-se em situação muito difícil, com exemplos de falência técnica e generalizado excesso de

endividamento. Algumas delas nem as suas obrigações com a segurança social cumprem, recorrendo sistematicamente a acordos para pagamento dessas responsabilidades a prestações diferidas por muitos anos.

Por outro lado, entre 2014 e 2018, este aumento foi de quase 20%, constituindo também um acréscimo de custos para as empresas.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A competitividade das empresas é fundamental sem a qual a sua sobrevivência fica em causa. Por outro lado, é importante que o aumento dos custos do trabalho esteja associado ao aumento da produtividade.

Em termos relativos, tendo em conta a nossa dimensão populacional comparativamente ao país e mesmo considerando ainda o diferencial fiscal de 20%, o IRC arrecadado nos Açores, na média dos últimos 5 anos, representa cerca de 2,7 vezes menos do que o valor nacional.

Este indicador, ainda que de forma simples, ajuda a caracterizar a rentabilidade e a fragilidade das empresas açorianas e os baixos níveis salariais, para além da remuneração mínima.

No contexto da remuneração mínima e no caso presente do aumento do seu diferencial relativamente ao país, temos que ter em consideração também a situação do desemprego na Região. Uma e outra não podem nem devem ser dissociadas.

Com efeito, apesar da redução da taxa de desemprego nos últimos anos, a situação nos Açores continua a ser preocupante.

De acordo com o inquérito trimestral ao emprego, nos Açores entre o 1.º e o 4.º trimestre de 2017 a taxa de desemprego baixou de 9,3% para 8,4%, sendo que, no mesmo período, para os homens, manteve-se nos 9,6%.

No final de 2017, comparativamente a 2009, existiam menos 5.000 ativos do género masculino, ou seja, são açorianos que procuraram outros destinos para garantir o seu futuro, são açorianos que emigraram.

De acordo com os dados do Instituto do Emprego e Formação Profissional, em dezembro de 2017 estavam registados cerca de 8.600 desempregados nos Açores e 6.000 trabalhadores em programas ocupacionais. Ou sejam, são pelo menos quase 15.000 açorianos que procuram emprego.

Há quase um ano, o governo e a sua bancada parlamentar, enalteceram as suas políticas e os seus resultados relativamente a 2016, através de uma pseudo interpelação ao Governo, sem perguntas, neste Parlamento, fundamentalmente porque a taxa de desemprego era inferior à do país e o crescimento económico tinha sido superior.

Agora, no final de 2017, a taxa de desemprego é superior na Região, ainda que apenas duas décimas, e o crescimento económico (com os dados disponíveis até ao final do 3.º trimestre) será certamente inferior aos 2,7% do valor nacional, sendo que este, no contexto dos países da União Europeia, coloca Portugal atrás de 14 países com crescimento económico superior.

Em 2017 não nos aproximamos da média dos países da União Europeia. Continuaremos a marcar passo, apesar das significativas ajudas dos sucessivos quadros comunitários.

Com as políticas seguidas pelo Governo do Partido Socialista e com os seus resultados, o futuro dos açorianos continua sem perspetivas positivas sérias e consistentes.

Assim, neste contexto, quer quanto à situação do tecido empresarial, quer quanto ao contexto económico e ao insucesso das políticas do Governo do Partido Socialista, a posição do Grupo Parlamentar do PSD é a de não reconhecer viabilidade na aprovação da presente iniciativa.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva (PS):** Muito obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quem ouve o Sr. Deputado António Vasco parece que a notícia que saiu hoje em que diz que o desemprego desce 10% em janeiro nos Açores e regista um novo mínimo em seis anos parece que é mentira.

Bem sei que não dá jeito falar dessas coisas. É chato, mas é uma realidade, Sr. Deputado, e ainda bem para os Açores e para os açorianos, significa que a economia cresceu, gerou emprego e isso é muito positivo e deve ser realçado.

Relativamente à proposta que foi apresentada ...

(Aparte inaudível)

O Orador: Não consigo ver, Sra. Deputada. Inscreva-se e depois nós falamos. Está muito pequeno.

Relativamente à proposta do PCP é repetitiva, não é novidade, mas eu fico com algumas dúvidas na sua análise, porque o Sr. Deputado leu que o custo de vida na Região Autónoma dos Açores é superior ao verificado em Portugal.

Num comunicado do PCP, creio que é o PCP pós 2020, que é do Sr. Vítor Silva, diz que “hoje em dia é mais barato comprar produtos açorianos num supermercado no continente do que nos Açores.” Eu pergunto: isso é o argumento técnico que justifica o acréscimo dos cinco para os 7,5%? É disso que estamos a falar?

E nos Açores quanto é custa o valor das portagens?

É mais alto ou mais baixo do que no continente?

E o gasóleo e a gasolina?

Deputado Luís Maurício (PSD): Essa está sempre a subir!

O Orador: É esse o argumento que queremos usar para justificar um acréscimo? Creio que não é suficiente.

Mas há ainda um outro pormenor que é relevante e foi realçado até pela Deputada Graça Silveira em sede de comissão à qual o senhor não apareceu e que diz que esta proposta visa diminuir os custos financeiros da empresa.

Então se pretende aumentar os encargos salariais como é que quer diminuir os custos das empresas?

Como é que consegue fazer essa matemática?

Diz ainda também no conteúdo da proposta que quer um aumento de 2,5% ao acréscimo.

É um aumento de 2,5% ou um acréscimo de 2,5 pontos percentuais?

Inscrevia-se primeiro, Sra. Deputada.

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Está certíssimo!

O Orador: Ao falar do salário mínimo é também importante realçar o caminho que foi seguido até agora e, por exemplo, em 2009 o salário mínimo em vigor na Região Autónoma dos Açores era de 472,50€, em 2018, passados nove anos, é de 609€. Temos assim um acréscimo de 30%, de mais 136,5€ mensais. Isso significa no final do ano, ao longo desses nove anos, mais 1.900€ que cada açoriano auferiu tendo por base o salário mínimo nacional e em comparação com o continente um açoriano que receba o salário mínimo tem um rendimento superior em 406€ e em comparação com a Madeira tem um acréscimo de 238€. Isso são factos.

Podemos aqui discutir e é legítimo e acho que é importante discutirmos não apenas o salário mínimo, mas os salários médios praticados, mas para isso dou o exemplo do caso do turismo que tem tido um grande crescimento na Região Autónoma dos Açores e que se verifica, por exemplo, que o contrato coletivo de trabalho já está completamente desatualizado e para isso ...

Deputado Luís Maurício (PSD): Foi o PSD que disse isso em primeiro lugar!

O Orador: Não me recordo, Sr. Deputado.

Então o Sr. Deputado Luís Maurício pode exercer da sua influência junto da Câmara de Comércio e juntamente com os outros parceiros sociais e estratégicos como a UGT e a Federação Agrícola talvez seja a altura de revermos o contrato coletivo de trabalho e aí sim com consenso é claramente mais fácil, mas não é isso que está aqui em discussão.

Portanto, falar do acréscimo ao salário mínimo com os pressupostos que foram apresentados tendo em conta a evolução que o salário mínimo já verificou nos últimos anos, creio que não é uma proposta que mereça a nossa concordância por estes motivos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Graça Silveira tem a palavra.

(*) **Deputada Graça Silveira (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Efetivamente em relação à iniciativa que foi hoje aqui trazida pelo PCP que de resto não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez, no preâmbulo da iniciativa diz claramente que “a Região Autónoma dos Açores continua a necessitar de regras específicas que façam diminuir os custos financeiros das empresas e que limitem os custos económicos acrescidos gerados pela insularidade.”

O acréscimo ao salário mínimo regional é efetivamente um desses acréscimos que quem tem empresas na Região tem de pagar. Se tivéssemos aqui a falar de um encargo que o Governo Regional tivesse que ter para compensar os custos da insularidade eu ainda era capaz de aceitar.

Agora, com um preâmbulo destes em que os ordenados mínimos têm que ser pagos tanto pela função pública, como pelas empresas privadas que neste momento já passam dias muito difíceis devido à situação da economia na Região, aquilo que iríamos fazer com esta iniciativa era efetivamente agravar esses custos das empresas.

Em relação ao Sr. Deputado Carlos Silva estava-lhe a mostrar esta notícia, igualmente recente, ...

Deputado Francisco César (PS): Se eu a conseguisse ler daqui!

A Oradora: ... que não conseguia ver, mas eu digo-lhe: “**Trabalhadores açorianos com os salários mais baixos** – Os trabalhadores não qualificados dos Açores são os mais mal pagos de Portugal”. Portanto, eu digo-lhe que é exatamente isso, porque esta iniciativa destina-se especialmente aos açorianos que têm menos instrução e porquê?

Porque são as pessoas com menos habilitações académicas as que possuem as profissões menos diferenciadas e que correspondem às remunerações mais baixas e 20 anos de governação socialista não foram capazes de operar esta mudança estrutural na sociedade açoriana e a prova disso são os programas que o Governo criou e multiplicou para a atribuição de diplomas profissionais ou educacionais aos jovens que abandonaram o sistema regular de ensino, ou seja, os jovens não ficam mais capacitados e criaram-se formas alternativas para não termos abandono escolar, ou precoce ou menos precoce.

Deputado Francisco César (PS): Mas a senhora é a favor ou não é a favor?

A Oradora: Mas mais grave do que termos uma elevada percentagem de população com baixos níveis de escolaridade a receber baixos rendimentos é termos jovens altamente qualificados a receber menos do que o ordenado mínimo ao abrigo de um dos programas ocupacionais que hoje se passou a chamar emprego na Região.

Deputado Francisco César (PS): Então faça uma proposta!

A Oradora: Portanto, os baixos rendimentos auferidos nos Açores só são a confirmação da falência das políticas socialistas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

A Oradora: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O Grupo Parlamentar do CDS partilha obviamente a preocupação do PCP quanto ao rendimento dos trabalhadores açorianos mais carenciados. Agora, consideramos é que estas dificuldades não se podem colmatar pela via do acréscimo do salário mínimo, até porque nos Açores este salário já é 5% superior ao continente e houve na altura uma avaliação em que se calculou que este era o diferencial mais correto, porque os custos da Região, os custos de insularidade representavam 5% acrescidos, se calhar neste momento devíamos fazer uma reavaliação, mas antes que isso possa ser feito parece-nos precipitado assumir que 7,5% seria o mais justo, até porque um aumento de 2,5% ao ordenado mínimo não só não resolveria ou mitigaria a pobreza, como pelo contrário tenderia a agravar o problema do desemprego e da precariedade laboral, porque as nossas empresas tendo que pagar mais 2,5% sobre o ordenado mínimo (e não era só sobre o ordenado mínimo, porque tem de fazer um ajuste salarial comparativo de todos os outros trabalhadores, porque se os que recebem menos passam a receber mais 15 ou 20€) todos os outros escalões têm que ser automaticamente ajustados.

Portanto, o Governo socialista teve 20 anos para promover uma economia dinâmica, que permitisse aos açorianos ter um custo de vida uniforme em toda a Região e equivalente ao custo de vida do continente, porque todos os acréscimos regionais que existem, existem exatamente para compensar esse diferencial.

Deputado Francisco César (PS): A autoestrada para Lisboa é que ainda não está feita, mas vamos conseguir!

A Oradora: Não é admissível, por exemplo, que o leite produzido nos Açores tenha um preço em São Miguel, tenha outro mais elevado na Terceira, tenha outro ainda diferente nas outras ilhas e mais grave do que isso, seja vendido no continente a um preço mais baixo.

Portanto, o problema está na economia dos Açores, na fragilidade do seu tecido empresarial, na dependência dos subsídios públicos, na concorrência desleal que o Governo faz à iniciativa privada, na falta da competitividade das nossas empresas fortemente penalizadas por um modelo de transportes que estrangula a nossa economia e por um custo de vida elevado, porque elevados são tanto os custos de produção, como os preços dos produtos de primeira necessidade e, portanto, Sras. e Srs. Deputados, aquilo que os Açores precisam não é de um acréscimo ao salário mínimo regional; aquilo que os Açores precisam é de uma economia forte, que permita às empresas terem uma estabilidade e uma competitividade que por essa via possam pagar condignamente aos seus trabalhadores.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

De momento a Mesa não tem inscrições.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Se a descontaminação é talvez o assunto mais debatido aqui nos últimos 10 anos, este estará com certeza no *top five* das discussões que já tivemos aqui ao longo dos últimos 10 anos, porque é talvez a quarta ou a quinta que o PCP traz este assunto aqui, aborda-o também permanentemente nas discussões do Orçamento da Região e estou certo que estando no *top five*, passará a estar, com

certeza no top três até ao fim da legislatura, porque trará este assunto naturalmente mais vezes.

Relativamente a esta matéria aquilo que posso dizer em nome do Governo dos Açores é que quando abordamos este assunto, e quando abordamos o salário mínimo na nossa Região, não podemos escamotear (e é isso que o PCP tem feito) aquela que tem sido a evolução do salário mínimo na nossa Região nos últimos anos, que aliás foi aqui referida pelo Sr. Deputado Carlos Silva com o limite temporal 2009-2018 e que o Sr. Vice-Presidente do Governo quando esteve na Comissão Parlamentar também referiu, realçando o aumento de cerca de 1400€ num limite temporal de quatro anos, ou seja, um acréscimo na ordem dos 20% e isso na nossa perspetiva é muito significativo e vem em linha de conta com toda a dinâmica económica, que felizmente se verifica hoje na nossa Região, que não é com certeza (e é isso que também nos parece importante realçar num debate deste tipo) mérito do Governo dos Açores ou com quem aplica as políticas públicas na nossa Região. O crescimento que temos tido, o trabalho de consolidação ao nível da retoma económica que temos tido, os indicadores inegáveis que temos tido e que hoje são vários e inquestionáveis. Ainda hoje saiu mais um sobre a redução do desemprego vindo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, estrutura absolutamente credível e independente.

É inquestionável a evolução que temos tido em vários indicadores que são mérito inquestionável dos nossos empresários que deram (e espero não estar a interromper os apartes aqui dos deputados) ...

(Diálogo entre a Deputada Graça Silveira e o Deputado Francisco César)

Deputada Graça Silveira (CDS-PP): Quem começou foi o Deputado Francisco César!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... que são um mérito inquestionável dos nossos empresários e de quem gera economia e de quem produz também riqueza na nossa Região e isto vem também em linha de conta e insere-se também e enquadra-se também na discussão no âmbito do salário mínimo e da evolução que o salário mínimo tem tido na nossa Região, não só no âmbito da retoma económica que é absolutamente inegável, sem escamotearmos questões, setores e áreas que têm que ser melhoradas. Há pouco o Sr. Deputado Carlos Silva referiu uma, a questão do turismo. Nós temos mais turistas, ainda bem, mas isso tem de significar que temos mais rendimento no setor do turismo da Região e que tem de ter consequência em quem se dedica a essa área e a esse trabalho. Isso é absolutamente inegável. Não está tudo bem. Há, com certeza, muito trabalho para fazer, mas a evolução que temos tido ao nível do rendimento das famílias, do rendimento disponível das famílias e daquilo que sempre foi um princípio absolutamente inquestionável do Governo dos Açores mesmo quando andávamos nas trevas da crise e nas trevas da troika, ...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Quem é que nos levou às trevas?

O Orador: ... que foi conseguir sempre garantir a manutenção do nível salarial dos nossos trabalhadores na Região, com especial incidência naturalmente na administração pública, porque isso decorre da nossa competência, mas também todo o conjunto de apoios e de incentivos empresariais que mantivemos e incentivámos para garantir que a crise não afetava de forma mais violenta as nossas empresas e o nosso tecido empresarial.

Portanto, é inquestionável o esforço que temos feito numa parceria com a sociedade açoriana, com os nossos empresários que têm tido um papel determinante na retoma económica que referi e que têm tido papel determinante na evolução do salário mínimo regional que é inquestionável.

Portanto, não podemos fazer outra vez esta discussão de proposta de aumento de complemento regional ao salário mínimo de 5 para 7,5% sem escamotear essa evolução que é absolutamente inegável e que não pode passar em claro no âmbito desta discussão.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Foi por diversas vezes referido aqui já durante este debate e durante a audição em comissão do Sr. Vice-Presidente a questão do rendimento das famílias e do rendimento dos trabalhadores, principalmente o rendimento daqueles que efetivamente poderiam ser beneficiados pela aprovação desta proposta, caso ela fosse viabilizada pelo Partido Socialista. Julgo que será conveniente referir alguns dados sobre aqueles que são os rendimentos mais baixos dos trabalhadores açorianos.

No último trimestre do ano passado, 2017, o rendimento mensal líquido de alguns dos trabalhadores e vou citar quais as profissões, ou quais os grupos de trabalhadores indo apenas até aos salários um pouco acima do salário mínimo para vermos nos Açores qual é o ganho que tem efetivamente existido e qual o rendimento que existe efetivamente a mais nos salários mais baixos nos Açores: trabalhadores qualificados da indústria, construção e artificies, a média nacional do salário destes trabalhadores é de 706€ por mês, nos Açores é de 634€; operadores de instalações, máquinas e de montagem, a média nacional é de 704€, nos Açores é de 645€; trabalhadores não qualificados 514€ é a média nacional e nos Açores 491€.

Se é esta a grande diferença de rendimentos que há nos Açores, então estamos conversados. Os trabalhadores não qualificados nos Açores ganham ou o salário mínimo, ou até um pouco abaixo disso.

Sobre a questão que o Sr. Deputado Carlos Silva referiu desde 2009 a 2018 passou-se de um salário mínimo de 472 para 609€. Perguntava desde que o salário mínimo foi descongelado em 2015 o que é que o Governo Regional fez para aumentar e para contribuir para o aumento desse salário? Porque se ele aumentou 20% em 2015 nos Açores também aumentou a nível nacional e não foi o Governo Regional que o fez.

Na minha intervenção inicial perguntei ao Governo Regional, neste caso ao Sr. Secretário Regional da Presidência, qual é o futuro deste complemento do salário mínimo regional nos Açores. O que é que o Governo Regional pensa fazer? Mantê-lo?

Já percebemos que neste momento está fora de questão o aumento que aqui estamos a discutir, mas o Governo Regional o que é que vai fazer?

Vai ceder às pressões de quem já clama pela sua revisão?

Basta ver o parecer da Câmara de Comércio e Indústria que foi dado a proposta ou pretende mantê-lo como até agora fez e porque é que efetivamente não o aumenta se já ficou mais do que provado que não tem sido o aumento do salário mínimo que tem tido efeitos negativos no aumento do emprego a nível nacional como os números assim o indicam.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

Deputado Carlos Silva (PS): Prescindo.

Presidente: Então Sr. Secretário Regional tem a palavra.

(*) **Secretário Regional Adjunto da Presidência para os Assuntos Parlamentares** (*Berto Messias*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Caros Colegas:

Apenas para responder ao Sr. Deputado António Lima e dizer que qualquer referência, debate ou reflexão sobre o fim do complemento regional ao salário mínimo é para o Governo dos Açores um não assunto, é uma matéria que pura e simplesmente não existe. Para nós esse complemento é absolutamente inquestionável.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) **Deputado Carlos Silva** (*PS*): Obrigado, Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Um dos argumentos que o Bloco de Esquerda apresentou em sede de comissão para justificar o aumento do custo de vida era a taxa de inflação. Correto, Sr. Deputado?

Dizia que a taxa de inflação nos Açores aumentava, era muito elevada e, portanto, isso justificava o acréscimo para 7,5%. É verdade e isso foi completamente desmentido em comissão, mas foi omitido agora. A taxa de inflação em dezembro de 2017 foi de 1,9% e o acréscimo ao salário foi de 5%. Portanto, este argumento também não é válido. Vir dizer que o custo de vida é mais alto nos Açores sem se justificar como é que se atinge este valor é pouco.

Deputado António Lima (*BE*): Qual é a taxa de inflação?

O Orador: A taxa de inflação no continente é de 1,3, nos Açores é de 1,9. Vai uma grande distância para aquilo que propõe.

O que o senhor não diz é que a evolução é clara. Em nove anos aumentámos 30% o salário mínimo. Aumentou nos Açores, ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Aumentou nos Açores, porque aumentou no continente!

O Orador: ... aumentou no continente e aumentou na Madeira. Aumentou! É um facto, Sra. Deputada.

O que interessa é que em nove anos há um acréscimo de 1.900€ para um açoriano que aufera o salário mínimo mensal e isso é um facto, mas dizer que também aqui a economia não cresce e não gere emprego ... Entre 2013 e 2017 foram criados cerca de doze mil postos de emprego. No mesmo período a população ativa aumentou cerca de cinco mil pessoas. Isso é criar emprego, isso é a economia a crescer.

O rendimento disponível das famílias é de 11.806€ no final de 2015. É superior à média verificada no continente em 150€. Isso também é sinónimo que a economia cresce e produz riqueza.

Temos um setor do turismo a crescer acima de 20% ao ano.

Deputada Zuraida Soares (BE): E os ordenados desses trabalhadores é miserável!

O Orador: Em quatro anos praticamente os rendimentos do setor duplicaram. Portanto, o que o Governo fez foi conceber medidas que permitiram reduzir a taxa de desemprego de 18% em 2014 para 8,3% no final de 2017. Isso é também mais um facto, Sra. Deputada.

Temos mais doze mil pessoas empregadas.

Deputada Zuraida Soares (BE): Ocupadas!

Deputado Francisco César (PS): Empregadas!

O Orador: Temos a menor taxa de desemprego ... Empregadas, Sra. Deputada!

Deputada Zuraida Soares (BE): A ganharem quanto!

O Orador: Já lá chego, Sra. Deputada. Dê-me só um minuto e já chego lá.

Portanto, para concretizar e para que não haja qualquer dúvida, no final de 2016 o número de ocupados rondava os sete mil, no final de 2017 rondava os seis mil. Temos menos 15% e menos mil ocupados. Também essa teoria cai por terra. Temos menos ocupados, mais empregados e menos desempregados. É mais um facto.

O que os açorianos não precisam é de uma oposição sem propostas válidas para o nosso futuro.

Deputada Zuraida Soares (BE): Boas proposta há, é preciso é que o Governo as implemente!

O Orador: É disso que os açorianos não precisam. Precisam sim que o Governo continue a conceber políticas que reduzam o desemprego, que permita o crescimento económico e emprego sustentado.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Vasco Viveiros.

(*) **Deputado António Vasco Viveiros (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na minha intervenção a que o Sr. Deputado Carlos Silva fez referência nós reconhecemos a redução da taxa de desemprego, os ocupados decresceram, os dados são estatísticos. Ninguém vem aqui de uma forma séria encobrir os resultados.

Aquilo que foi dito e que para nós é preocupante é que aquilo que foi o motivo fundamental para a vossa interpelação em junho passado que era a economia

dos Açores está a crescer mais rapidamente do que o país e a taxa de desemprego ser mais baixa, em 2017 essa situação inverteu-se, ou seja, para nós é preocupante que decorrido um ano a Região deixou de convergir com o país. Os dados são provisórios ainda, falta o quarto trimestre, mas seria preciso que a economia no quarto trimestre crescesse 3.9 para que chegasse ao crescimento do país, sendo certo que o país está em 14.º lugar com 14 países a crescerem mais rapidamente no âmbito da União Europeia.

Portanto, a questão aqui é importante e para nós é preocupante. Ou seja, se a economia de uma forma consistente crescesse mais do que no país, se aproximasse da União Europeia para nós era um motivo de satisfação. Portanto, eu não estou nada insatisfeito com o decréscimo do desemprego, reconhecemos os dados são públicos. Agora, voltámo-nos a afastar do país e esse é um drama. Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Muito rapidamente, para esclarecer o Sr. Deputado Carlos Silva vou citar parte do preâmbulo do Decreto Legislativo Regional que regula o complemento regional ao salário mínimo entre outros complementos regionais. Diz o seguinte: “A criação do acréscimo regional à retribuição mínima mensal

garantida teve como objetivo atenuar a diferença do nível do custo de vida dos Açores em relação ao continente.”

Sr. Deputado, existe ou não existe um nível diferente do custo de vida nos Açores em relação ao continente?

É porque se existe então vamos atenuar essa diferença aumentando o complemento. Mas os senhores agora acham que afinal já não existe, a inflação é algo que não interessa, ...

(Diálogo entre os Deputados das diferentes bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... é uma coisinha pequenina e que não fará diferença no bolso das pessoas, mas faz, Sr. Deputado. Faz muita diferença, porque isso é a diferença entre comprar várias coisas no supermercado, bens essenciais que fazem toda a diferença na vida de muitas pessoas.

Como é que explica então perante a subida ...

(Diálogo entre os Deputados das diferentes bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

O Orador: ... do salário mínimo tinha feito uma pergunta há pouco: qual foi o papel do Governo Regional no aumento do salário mínimo no gráfico que o Sr. Deputado apresentou? Qual foi o papel do Governo Regional?

É porque aquela subida do salário mínimo deve-se a zero no papel do Governo Regional. Foi pura e simplesmente o aumento que houve a nível nacional e que resultou nos últimos três anos do acordo existente entre o Bloco de Esquerda e o Partido Socialista.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Julgo não haver.

Vamos então passar à votação deste Projeto de Decreto Legislativo Regional.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra, façam o favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Decreto Legislativo Regional apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos contra do PSD, 4 votos contra do CDS-PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Avançamos para o ponto 12 da nossa Agenda: **Petição n.º 3/XI – “Contra a incineração em São Miguel”**. Esta petição foi apresentada por Filipe Machado Tavares, na qualidade de primeiro subscritor. Os tempos são os que habitualmente utilizamos nas petições.

Para apresentar o relatório tem a palavra a Sra. Deputada Graça Silva, relatora da CAPAT.

Deputada Graça Silva (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

RELATÓRIO E PARECER SOBRE A PETIÇÃO N.º 3/XI – CONTRA A INCINERAÇÃO EM SÃO MIGUEL.

Capítulo I

INTRODUÇÃO

A Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho reuniu no dia 7 de março de 2017, na delegação da ilha Terceira da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, na cidade de Angra do Heroísmo.

Da agenda da reunião constava a apreciação e relato, em execução do solicitado por Sua Excelência a Presidente da Assembleia Legislativa, da Petição n.º 3/XI – “Contra a Incineração em São Miguel”.

A mencionada Petição, contendo 1848 assinaturas, deu entrada na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores em 16 de fevereiro de 2017, tendo sido enviada à Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho para apreciação e relato.

Capítulo II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de petição, previsto no artigo 52.º da Constituição da República Portuguesa, exerce-se nos termos do disposto no artigo 9.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, na redação que lhe foi dada pela Lei n.º 2/2009, de 12 de janeiro, nos artigos 189.º a 193.º do Regimento da Assembleia Legislativa e na Lei 43/90, de 10 de agosto.

A apreciação da petição e a elaboração do respetivo relatório cabe à comissão especializada permanente competente em razão da matéria, nos termos do disposto nos n.ºs 1 dos artigos 190.º e 191.º do Regimento, bem como do artigo 73.º, n.º 4 do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores.

Nos termos do disposto na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 18/2016/A, de 06 de dezembro, as matérias relativas

a ambiente, onde se enquadra a presente petição, são competência da Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho.

Capítulo III

APRECIÇÃO DA INICIATIVA

a) Da admissibilidade

Verificada a conformidade do exercício do direito de petição com os requisitos legais (Lei n.º 43/90) e regimentais (artigo 189.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores), a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho procedeu à apreciação da sua admissibilidade, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 190.º do referido regimento e deliberou admiti-la, por unanimidade.

b) Do objeto da Petição

Os peticionários pretendem a suspensão imediata do processo de construção da incineradora, bem como a reformulação do projeto do Ecoparque da ilha de São Miguel, para que sejam introduzidas tecnologias alternativas à incineração, com vista à implementação de um sistema integrado de tratamento de resíduos que vise a sustentabilidade ambiental e a proteção da saúde pública, tendo efeitos positivos na economia da Região.

Admitida a Petição, a Comissão decidiu efetuar as seguintes diligências: audição do primeiro peticionário, Filipe Tavares (presencial); audição do presidente da AMISM, Ricardo Rodrigues (presencial); audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro (presencial); efetuar visita às instalações da Empresa Municipal de Gestão e Valorização

Ambiental da ilha Terceira-TERAMB; audição de um representante da QUERCUS (presencial); audição de um representante da Associação Zero (presencial); efetuar visita às instalações da empresa Serviços Intermunicipalizados de Gestão de Resíduos do Grande Porto-LIPOR; efetuar visita às instalações da empresa Resíduos do Nordeste, EIM, SA; audição do Presidente da AMISM, José Manuel Bolieiro (presencial); Técnico de Saúde Pública (escrito); Técnico de Qualidade Ambiental (escrito); Técnico da Agência Portuguesa do Ambiente (escrito); Autoridade de Saúde Pública de São Miguel (escrito); solicitação, à AMISM, de documentos que fundamentaram a sua decisão.

Capítulo IV

CONTRIBUTOS E PARECERES DE OUTRAS ENTIDADES

1. Audição do Primeiro Peticionário, Senhor Filipe Tavares

A Comissão procedeu à audição do primeiro peticionário, na sua reunião do dia 07 de março de 2017. O primeiro peticionário, **Senhor Filipe Tavares**, fez-se acompanhar pelo peticionário Senhor António Mota Vieira. Iniciou a apresentação a referir que a petição em causa tem tido o contributo de inúmeras pessoas de todos os quadrantes. Levantou questões sobre os perigos e a gestão de resíduos que a construção de uma Central de Valorização Energética por incineração pode trazer para a ilha de São Miguel, quer a nível da saúde dos seus residentes, quer ao nível do ambiente, trazendo também consequências no turismo da ilha. Referiu que a opção por este método de tratamento de resíduos vai contra as recomendações nacionais e europeias sobre a matéria e que não está de acordo com a preservação ambiental que se pretende para os Açores.

Defendeu que há outras formas de tratamentos de resíduos com menos perigos ambientais, menos perigos para a saúde pública, menos onerosas e com menores efeitos negativos na economia regional.

Referiu que os peticionários defendem o tratamento de resíduos através de uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) como alternativa à construção de uma CVE por incineração. Disse que nos Açores todos os estudos feitos às UTMB a funcionar na Região, nomeadamente um estudo feito em 2014 pela MUSAMI, referem que de facto os impactes ambientais das UTMB são menores do que os das CVE por incineração, exemplificou com a CVE da ilha Terceira. Mencionou o TMB da ilha Graciosa, referindo que houve um efeito muito positivo com a construção daquela UTMB – reforçou que a questão principal é a boa separação de resíduos.

Continuou dizendo que, no entanto, os peticionários não colocam de parte a incineração de resíduos – deixou claro que para os peticionários os aterros sanitários é que são de banir de todo, – e que o que pretendem é ver implementadas as tecnologias eficazes e ambientais e só depois incinerar o que não puder ser aproveitado para outro tipo de tratamento.

De seguida passou a palavra ao peticionário **António Mota Vieira** para que apresentasse um estudo próprio sobre a matéria. O peticionário começou por referir que há muita falta de informação sobre a dimensão da incineradora projetada, e que, na sua opinião, os estudos apresentados pelos autarcas não são fundamentados em fontes fidedignas.

Referiu as questões económicas e financeiras, e um estudo feito por si que não facultou à Comissão, a CVE por incineração projetada para São Miguel trará impactos financeiros muito elevados.

Referiu que o estudo feito por si apresenta comparações entre a construção de uma UTMB e a construção de uma CVE por incineração e que naquele se pode verificar que a UTMB é uma opção financeiramente mais vantajosa.

Referiu ainda que os estudos onde a AMISM se baseou para optar pela construção de uma CVE têm pressupostos errados. Deu também como exemplo a construção da CVE da ilha Terceira dizendo que não há resíduos suficientes para a sua viabilização financeira, e que se está a injetar combustível na mesma o que não leva à redução do uso do *fuel* para a produção de energia, reforçando que em São Miguel acontecerá o mesmo.

Aludiu que para viabilização da CVE por incineração terão de ser queimados a totalidade dos resíduos de São Miguel (incluindo pneus, óleos, plásticos, etc.).

O primeiro peticionário, **Filipe Tavares**, tomou novamente a palavra para referir que o impacte ambiental da CVE por incineração da Região Autónoma da Madeira é muito negativo. Disse que, depois de todo o tempo que passou após a sua construção, a taxa de reciclagem é de 4%, e que isto é prova suficiente da gravidade da situação.

Referiu também que as autarquias não estão a fazer o seu trabalho ao nível da recolha seletiva e que o que se passa na Região, neste âmbito é escandaloso.

Disse que o trabalho de reciclagem é possível, até porque noutros países, de que é exemplo a Itália, a percentagem de reciclagem situa-se nos 70%, e nos Açores, na ilha das Flores a percentagem é de 86% de resíduos reciclados.

Foi aberto um período de debate, no entanto, nenhum deputado interveio.

2. Audição do Presidente da Associação de Municípios da ilha de São Miguel, Ricardo Rodrigues.

O **Presidente da AMISM, Ricardo Rodrigues**, foi ouvido, em reunião da Comissão, a 3 de abril de 2017, em Ponta Delgada. Iniciou a sua intervenção dizendo que a estrutura de gestão de resíduos sólidos urbanos que a AMISM preconiza para a ilha de São Miguel é aquela que está configurada no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos dos Açores que, sendo um Plano Sectorial, é obrigatório para as entidades públicas. Referiu que existem já instaladas um

conjunto de infraestruturas como a central de valorização por compostagem ou o centro de triagem, que em breve será sujeito a intervenção com vista à sua automatização e que a AMISM está a cumprir com o previsto no referido Plano, mostrando-se satisfeito com os resultados obtidos. Relativamente à Central de Valorização Energética (CVE), o Presidente da AMISM referiu que serão incinerados os resíduos que não conseguirá valorizar e que os resíduos passíveis de valorização serão efetivamente valorizados. Sobre esta questão esclareceu que a competência para desenvolver os procedimentos concursais é do Conselho de Administração da AMISM, que entendeu importante que todas as Câmaras Municipais se pronunciassem sobre esta questão, pelo que na reunião da Intermunicipal da AMISM de dezembro de 2016 (onde estiveram presentes todas as autarquias da ilha), através de voto unânime, ficou deliberado a adjudicação da CVE da AMISM. Informou que, na mesma reunião, ficou decidida a adjudicação da instalação de uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico (UTMB) prévio à CVE, mas cuja concretização apenas ocorreria após a aprovação do próximo Quadro Comunitário de Apoio, já que o procedimento da CVE abrangia um valor de 70 milhões de euros, onde não estava prevista instalação de uma UTMB. Informou ainda que, dos contatos tidos com o Governo da República no sentido de conseguirem financiamento para a instalação do TMB no âmbito do atual Quadro Comunitário, lhe foi dado a saber que a pretensão apenas poderia ocorrer se existisse uma reprogramação em 2018. O Presidente da AMISM referiu-se ainda aos cerca de 20 estudos realizados sobre o processo de incineração em apreço, relativos à saúde pública e aos efeitos que uma CVE tem sobre a saúde pública, estudos esses realizados em unidades do Continente Português e no Arquipélago da Madeira, os quais entregou ao Presidente da Comissão.

Em fase de pedidos de esclarecimento, a **Deputada Zuraida Soares (BE)** questionou sobre a realização de um balanço ou relatório do processo de

incineração na ilha Terceira, considerando esta ação absolutamente relevante, de forma a obterem a experiência e verificarem o desenvolvimento do processo, as dificuldades, as mais-valias e os constrangimentos da incineradora, já em funcionamento naquela ilha. Solicitou ainda o envio de diversos documentos nomeadamente: i) o estudo comparativo entre as várias soluções de gestão de resíduos na ilha de São Miguel, referindo as dúvidas que o BE tem sobre os *timings* da decisão e dos estudos realizados; ii) os pareceres técnicos do júri do concurso público para a instalação da incineradora, que justificam a opção de adjudicação; iii) o Estudo de Impacte Ambiental (EIA) atualizado e não o de 2011; iv) o parecer técnico que dá parecer favorável à incineradora, referido pelo Presidente da AMISM em sessão pública realizada no passado. Continuou a sua intervenção dizendo que não concorda com o Presidente da AMISM sobre a obrigatoriedade de adoção da incineração como método de gestão de resíduos e que o PEPGRA refere essa possibilidade, mas sem impor essa opção. Por fim, questionou sobre o que mudou na opinião da AMISM que mesmo sem a perspetiva da EDA instalar uma Central Hídrica Reversível – que em tempos foi considerada como indispensável para a instalação da Incineradora – irá avançar com a construção da Incineradora, assim pediu esclarecimento sobre a razão pela qual o Tratamento Mecânico Biológico não foi pensado mais cedo.

A **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** após referir-se aos proveitos ao nível da venda de energia elétrica questionou sobre a continuação do processo de incineração mesmo com a indefinição da construção da Central Hídrica Reversível da EDA em São Miguel. Relativamente ao Plano de Gestão de Resíduos dos Açores, referiu que o Presidente da AMISM se deveria referir ao PEGRA e não ao PEPGRA, atendendo a que aquele era o Plano em vigor à data de decisão de adjudicação da CVE pela AMISM em que era previsto a valorização energética, mas não através de um processo de incineração. Referiu que o Plano não é conservador e é extremamente flexível, sendo que aponta

diversas soluções tecnológicas para cada ilha, com possibilidade de opções diferentes, mediante justificação. Assim, questionou se houve alguma justificação pela opção de valorização energética por incineração e não outra tecnologia, questionando sobre se houve estudos para essa opção.

Respondendo às questões formuladas, o **Presidente da AMISM** referiu que um eventual balanço sobre o processo de incineração da ilha Terceira deverá ser solicitado à TERAMB e não à AMISM. Informando que as duas unidades de valorização energética não são comparáveis em termos tecnológicos. No que se refere aos documentos solicitados, informa que se encontram no âmbito dos documentos entregues à Comissão. Relativamente ao estudo comparativo entre a CVE e a UTMB, informa que o EIA de 2016 é uma atualização do EIA de 2008, onde realizaram a comparação entre CVE e TMB, levando a que os anteriores dirigentes da AMISM tivessem tomado decisões sobre essa matéria, esclareceu que em 2016 a atual administração da AMISM optou por atualizar o EIA, sendo que a decisão pela incineração já estava tomada. Ou seja, a decisão foi tomada em 2014 com um EIA de 2008, que foi atualizado em 2016 pelo atual Conselho de Administração da AMISM. Sobre esta matéria, esclareceu que o EIA existente referia-se não a um projeto em concreto, mas incidia sobre o cenário de existir ou não CVE. Como o concurso público lançado é para conceção/construção da CVE só após apresentação do projeto é que seria possível fazer-se EIA sobre o mesmo, sendo que em reunião do Conselho de Administração da AMISM foi adjudicada a elaboração do EIA para essa proposta. No que se refere ao pedido do parecer do Júri do Concurso, informou que o mesmo não deve ser tornado público antes da adjudicação, sendo necessário respeitar-se os procedimentos. Referiu não ser verdade que a opção tomada seja a mais cara, porque só existiu um único concorrente que cumpriu o caderno de encargos do concurso público. Continuou esclarecendo que os estudos a que se refere a **Deputada Zuraida Soares** sobre saúde pública são

estudos universitários, realizado por uma Professora Universitária da Faculdade de Medicina de Lisboa, que desenvolveu estudos em CVE em Portugal Continental e que se encontram em documentos facultados à Comissão. Admite que até ao final da década de 80 as incineradoras não eram muito bem vistas e não tinham muito controle, mas que hoje são vigiadas e monitorizadas, com medidas de controlo muito apertadas e com regras impostas por diretivas comunitárias rigorosas. Continuou a sua intervenção dizendo discordar com a interpretação da **Deputada Catarina Chamacame Furtado** sobre a questão de ter que se referir ao PEGRA ao invés do PEPGRA, visto que é este último que está em vigor e que este é obrigatório para entidades públicas nos termos da Lei e define quais as tecnologias que devem ser implementadas em cada ilha. Referiu que a tecnologia escolhida foi a mais comumente utilizada na Europa, conferindo mais segurança à opção, dando exemplos de unidades europeias que a utilizam, considerando igualmente que através do TMB será possível recuperar-se alguns resíduos e cumprir-se as metas de reciclagem e valorização. No que se refere à Central Hídrica Reversível referiu que este é um investimento constante no PO 2020 e que o que verdadeiramente importa é a venda de energia, quer para o abastecimento de veículos elétricos ou para a Central Hídrica Reversível, considerou que a AMISM e a MUSAMI estão a fazer o melhor para a ilha de São Miguel. Isto porque, continuou, a instalação da CVE vai produzir energia que substituirá o *Fuel*, diminuindo a dependência energética da ilha.

O **Deputado José Contente (PS)** interveio realçando o modo claro e transparente como o processo foi apresentado, assim como a disponibilização dos documentos à Comissão, de forma a serem analisados pelos deputados e assim afastadas situações que tem sido veiculadas em termos de opinião pública. Referiu que para o GPPS, o ambiente faz parte do desenvolvimento e que devemos utilizar os recursos disponíveis de um modo sustentável e

otimizando a sua gestão. Questionou sobre a existência de algum estudo de comparação de emissão de gases da central elétrica do Caldeirão com a futura CVE.

A **Deputada Zuraida Soares (BE)** reforçou que irá solicitar os documentos que achar necessários à TERAMB aquando da visita da Comissão à unidade. Continuou a sua intervenção dizendo que estranha que, relativamente ao processo de concurso, não se conheça o relatório que exclui dois dos três concorrentes ao concurso público, assim como reiterou a sua posição relativamente à questão da obrigatoriedade do PEPGRA relativamente à incineração em São Miguel, dizendo que desconhece essa obrigatoriedade para entidades públicas.

O **Presidente da AMISM** referiu que a obrigatoriedade para entidades públicas decorre da Lei relativa ao Planeamento. Informou que a comparação com outras fontes de emissão de gases foi feita e está nos documentos entregues. No que se refere ao processo de concurso, apesar de considerar que não seria suposto a divulgação do parecer final, mas tendo em conta que um dos concorrentes excluídos divulgou esse documento, explicou que foram apresentadas três propostas, tendo duas sido excluídas. Referiu que uma delas foi excluída porque não apresentou o preço da proposta, justificando que o valor a propor seria superior ao preço base, levando assim à sua exclusão nos termos da Lei. A outra empresa, continuou o Presidente da AMISM, foi excluída porque não respeitava a caracterização dos resíduos exigida no Caderno de Encargos, tendo a mesma apresentado uma caracterização de resíduos com menor teor de humidade o que levou ao não cumprimento do caderno de encargos e, conseqüentemente, a sua exclusão do concurso. Considerou que com outra caracterização de resíduos, as tecnologias e o dimensionamento dos equipamentos apresentada é diferente, considerando-se assim que não cumpre os requisitos impostos pelo concurso público. Referiu que, ao nível do concurso existe uma grande exigência em

termos de garantias de resultados, sendo que caso não sejam atingidos os objetivos do mesmo, será exigido o pagamento do diferencial económico associado à produção esperada e a efetivamente conseguida o que, no entender do Presidente da AMISM, seria inevitável atendendo a que a caracterização dos resíduos apresentada na proposta dessa empresa não era aquela que o caderno de encargos previa. Reiterou que a tecnologia e a tipologia da CVE da ilha Terceira é diferente da que se pretende instalar na ilha de São Miguel e que, por isso, não foram estudados ou analisados os resultados da CVE da TERAMB, tendo-se estudado e analisado os resultados e o funcionamento de outras CVE instaladas no País com soluções tecnológicas semelhantes à prevista para São Miguel.

A **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** interveio para esclarecer que fez referência ao PEGRA e não ao PEPGRA porque aquando do lançamento do concurso público era esse o documento que estava em vigor, questionando se há perda de receitas em relação aquela que seria a viabilidade económica. Relativamente à componente energética, referiu-se à necessidade de compensação das fontes de energia intermitentes, questionando se foi feito algum estudo sobre o impacte das compensações da perda de receitas de energia elétrica. Questionou ainda se não está a ser ponderado um redimensionamento da CVE tendo em conta a instalação do TMB e se existem ou não estudos que suportam essa decisão.

O **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)** questionou sobre se a AMISM tem garantia de venda de energia que permita a sustentabilidade ambiental, caso a Central Hídrica Reversível não avance. Questionou também se a tecnologia da CVE da TERAMB e da AMISM são diferentes ou se o que é diferente é o dimensionamento e a tipologia de resíduos.

O **Presidente da AMISM** em resposta, informou que a AMISM está em sintonia com o Governo Regional, e que o grande objetivo é produzir-se energia

mais limpa, o que considera positivo atendendo aos efeitos do CO2 emitido pelas centrais elétricas. Referiu que as emissões de uma CVE são constituídas por 99% de vapor de água, no cumprimento de uma legislação europeia. Esclareceu que a CVE de São Miguel está dimensionada para proceder à incineração a 60% ou a 100% dos resíduos produzidos, atendendo a que durante o período noturno haverá menos consumo de energia do que durante o dia, sendo possível gerir o período de laboração da CVE. Lembrou à Comissão que está previsto que a CVE de São Miguel proceda ao tratamento de resíduos industriais e resíduos de matadouro, que habitualmente não acontece em outras CVE instaladas em Portugal Continental e em outros países europeus, referindo ser previsível que com o aumento do turismo as cerca de 10 mil toneladas de resíduos de matadouro atualmente produzidas, aumentem para cerca de 15 mil toneladas a curto prazo. Respondendo ao **Deputado Alonso Miguel**, referiu que para se aumentar a produção de energia renovável é importante que se tenham consumos no período noturno. Continuou a sua intervenção fazendo referência ao Ecocentro da AMISM realçando os quantitativos de valorização dos resíduos recolhidos separadamente através dos ecopontos, referiu que a ilha de São Miguel está entre os sistemas portugueses com melhor desempenho, com 48Kg por habitante e por ano, dados de 2016. Demonstrou assim a sua satisfação com a evolução ao nível do tratamento e valorização dos resíduos. Fez referência aos crescentes quantitativos de resíduos enviados para recicladores no continente português. Por fim, o Presidente da AMISM referiu a grande vontade em continuar a apostar na valorização dos resíduos, continuar a sensibilizar e a trabalhar para se aumentar a separação dos resíduos, assumindo e reiterando que a incineração deve ser a última opção e que devem deixar de existir aterros sanitários como forma de eliminação de resíduos.

3. Audição da Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), Marta Guerreiro.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo (SREAT), Marta Guerreiro**, foi ouvida em reunião da Comissão, no dia 3 de abril de 2017, em Ponta Delgada.

O Presidente da CAPAT, **Deputado Francisco Coelho (PS)**, procedeu ao enquadramento da audição, referindo que, apesar de se tratar de um investimento e de um projeto da responsabilidade da AMISM era importante para a Comissão ouvir o Governo Regional sobre a questão em concreto, atendendo às competências da Região ao nível do Ambiente.

A **Secretária Regional da Energia, Ambiente e Turismo, Marta Guerreiro**, iniciou a sua intervenção referindo que importa perceber qual é o âmbito objetivo da petição: se é a rejeição de qualquer solução de incineração ou se é garantir um redimensionamento da CVE por incineração, tendo em conta a instalação de uma UTMB a montante da CVE. Continuou a sua intervenção, dizendo que se a intenção da petição for a primeira hipótese, o Governo considera que se trata de uma opção tecnológica de incineração tomada pela MUSAMI e que tem enquadramento na legislação e nos instrumentos de planeamento, previstos desde 2008. Caso a petição pretenda acautelar que o redimensionamento da CVE não prejudica as metas da valorização dos resíduos entregues à MUSAMI e que só serão incinerados os resíduos que devam ser destinados à eliminação, referiu que, neste caso, o Governo dos Açores acompanha esta posição. Continuou a sua intervenção, dando nota sobre o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no âmbito da gestão de resíduos nos últimos anos, realçando os processos de selagem das lixeiras, a implementação de CPR em sete ilhas do Arquipélago, com exceção de São Miguel e Terceira, o seguimento das políticas públicas de gestão de resíduos, assim como o impacte das medidas ao nível da redução da produção de resíduos. Referiu a este

propósito que, à exceção da ilha de São Miguel e devido ao aumento do fluxo turístico, tem-se registado uma diminuição dos resíduos urbanos produzidos em todas as ilhas. Referiu que, em 2016, ao nível da reciclagem de resíduos de embalagem, os Açores apresentavam uma média de recolha por habitante superior à do continente português, associando este facto às tipologias de sistemas instalados na Região, assim como todo o trabalho realizado ao nível da sensibilização das famílias. Relativamente às metas de reciclagem, a governante considerou que o cumprimento das mesmas é bastante importante, referindo-se de igual forma às relativas ao desvio de resíduos urbanos em aterro. Referiu ainda que a CVE apresentada pela AMISM, e que é alvo da petição, sofreu alterações ao longo do tempo, lembrando que o primeiro projeto apresentado remonta a 2003, em que a então infraestrutura apresentava uma capacidade de incineração para 145 mil toneladas por ano, destinando-se a todos os resíduos industriais e urbanos produzidos, assim como os subprodutos de origem animal e florestal. Disse que em abril de 2011 foi desencadeado um Estudo de Impacte Ambiental (EIA) para o projeto do Ecoparque de São Miguel, com dimensionamento de tratamento de resíduos de 138 mil toneladas, de que resultou a emissão de uma Declaração de Impacte Ambiental (DIA) com parecer favorável condicionado, nomeadamente ao cumprimento das metas de reciclagem de resíduos urbanos e também o desvio de resíduos urbanos para eliminação em aterro. Continuou dizendo que, cerca de um ano depois, a AMISM requereu alterações ao projeto, solicitando alteração às condicionantes impostas, aspeto que teve parecer desfavorável por parte do Governo dos Açores. Mencionou que a AMISM, mais recentemente, elaborou um Estudo Prévio para a instalação de uma Unidade de Tratamento Mecânico Biológico no Ecoparque de São Miguel, que, no seu entender, é de extrema importância para o alcance das metas definidas por lei para os Açores.

Em fase de esclarecimentos, a **Deputada Zuraída Soares (BE)** solicitou à Secretária Regional que clarificasse se o PEPGRA obriga ou não à instalação de uma CVE na ilha de São Miguel. Isto porque a Deputada depreendeu das palavras do Presidente da AMISM que o PEPGRA obriga a instalação da CVE. Relativamente ao TMB, refere a **Deputada Zuraída Soares** que a AMISM está em negociações quanto ao enquadramento da estrutura em fundos comunitários, mas que estranha que se isso não for possível a CVE avance da mesma forma e que mesmo não havendo Central Hídrica Reversível, a CVE não deixa de ser construída, questionado assim a governante sobre a razoabilidade da situação, tendo em conta a posição do governo sobre a importância do TMB.

Tomou a palavra a **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)**, que iniciou a sua intervenção dizendo que considera que existiram duas posições distintas ao nível da obrigatoriedade de instalação da CVE de São Miguel, por imposição do PEPGRA, questionando a SREAT sobre se o Plano é ou não vinculativo ou se é simplesmente orientador. Continuou questionando sobre se é vinculativo e qual a razão para a alteração da natureza em relação ao anterior plano. Questionou ainda a SREAT sobre o esforço que tem sido feito ao nível da prevenção ou ao nível da reutilização que estão no topo da hierarquia de gestão de resíduos.

Para esclarecimentos, tomou a palavra o **Deputado José Contente (PS)**, dizendo que o PEPGRA, sendo um instrumento de base territorial e de gestão de resíduos é vinculativo, que diz que para as ilhas Terceira e São Miguel deverão ser utilizadas unidades de valorização energética e que são preferencialmente aquelas que o legislador contemplou.

Em resposta, a **Secretária Regional**, referiu que o PEPGRA vincula as entidades públicas e prevê a Valorização Energética para as ilhas Terceira e São Miguel, considerando, no entanto, que não se extingue na incineração e que existem outras soluções também encaradas como valorização de resíduos e

como produtores de energia. Relativamente ao TMB, a governante ressaltou a importância do cumprimento das metas a que está a Região sujeita, considerando que têm que existir em paralelo e fazer parte do sistema de tratamento de resíduos, em que se valoriza energeticamente o que não pode ser reciclado.

Relativamente à questão do armazenamento de energia disse importar esclarecer que a Região tem como objetivo aumentar a integração de energias renováveis na rede pública. Que pode ser feito através de baterias ou de hídrica reversível, não estando fechado, neste momento, a forma.

Relativamente à questão da hierarquia dos resíduos e da questão, do que é que está a ser feito para a reutilização informou que existem várias campanhas de sensibilização na matéria.

A Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD) interpelou a Sra. Secretária dizendo haver estudos que demonstram que em termos de soluções de valorização energética há outras que poderão ser mais viáveis do ponto de vista da saúde pública e da qualidade ambiental. Perguntou se há ou não abertura no PEPGRA para se optar por outras soluções que não a incineração.

A **Secretária, Marta Guerreiro**, respondeu dizendo que o Plano não sendo vinculativo é restritivo. E portanto, não coloca de parte outras soluções como por exemplo, a Bio mecanização e em concreto, no caso, a TMB. Sendo possível triar os resíduos indiferenciados, fica-se com um composto que pode ser utilizado para a produção de gás metano, nada está invalidado. Disse que a AMISM, no estudo comparativo que fez entre as duas soluções: construção de uma UTMB e a construção de uma CVE considerou precisamente a valorização energética.

O **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)** solicitou à Secretária que esclarecesse sobre se a não construção de uma Central Hídrica Reversível implicaria ou não com o funcionamento de uma forma geral da Central de Valorização Energética

em São Miguel. E se no Plano de atividades da EDA, no programa operacional e até noutra âmbito, está previsto a construção da Central Hídrica Reversível em São Miguel. Se já está efetivamente equacionada e não apenas teoricamente. A **Deputada Bárbara Chaves (PS)** referiu que uma das questões que os peticionários colocam é, nomeadamente sobre a necessidade de se continuar a apoiar as indústrias de reciclagem locais, ao nível dos operadores de gestão de resíduos, que na região são seguramente mais de 50, não tendo o valor, ou o número correto de operadores de gestão de resíduos. Perguntou se iria continuar a haver a possibilidade de empresas ou operadores de gestão de resíduos a licenciarem-se nos Açores, se a eventual criação de uma Central de Valorização Energética, irá impedir com que os atuais operadores continuem a operar na Região, ou na ilha de São Miguel, em concreto. E também perguntou se os sistemas de incentivos, existentes na Região, preveem o apoio, ou se já não preveem o apoio para a criação das empresas, dos operadores, que são empresas de gestão de resíduos, incluídas no mercado de resíduos, que é o que se pretende implementar nos Açores.

A **Secretária Marta Guerreiro** tomou da palavra dizendo que começaria pela questão do Deputado Alonso Miguel. Disse ser importante desmitificar que a Central de Valorização Energética nada tem a ver com a existência ou não do armazenamento de energia. E que o que está em causa é a rentabilidade do projeto, o seu funcionamento em termos económicos. Porque, quando o projeto é analisado, é visto naturalmente a questão das receitas e que essa é uma componente importante. Referiu que a questão do armazenamento de energia, para o caso em concreto de São Miguel, é um desafio que o Governo já tem. Tem o desafio e tem o propósito precisamente de colocar na rede mais energia renovável, e isso só é possível se se puder armazená-la, caso contrário não se consegue fazê-lo. Referiu ser uma questão prévia que está a ser resolvida, e naturalmente isso vai permitir por um lado o objetivo que o Governo tem

relativamente às energias renováveis, por outro permitirá a integração na rede da energia que for produzida pela Central de Valorização Energética.

Relativamente à questão posta pela **Deputada Bárbara Chaves** disse que efetivamente existem indicadores de que há empresas que continuam, em termos de reciclagem, a manifestar interesse em operar no setor. Referiu que nos Açores temos um quadro de incentivos bastante atrativo em termos de investimento, que abrange inclusivamente a questão da reciclagem e que, portanto, há condições para na Região continuarmos a ter empresas, operadores, nesse caso em concreto, interessados neste segmento de negócio que está cada vez mais atrativo, no âmbito da economia circular de que hoje se fala muito.

4. Visita à Empresa Municipal de Gestão e Valorização Ambiental da ilha Terceira – TERAMB.

No dia 5 de maio de 2017 os deputados que integram a CAPAT procederam à visita às instalações da TERAMB, empresa intermunicipal responsável pela gestão da Central de Valorização Energética (CVE) da ilha Terceira. Na reunião, que precedeu a visita às instalações, o **Presidente da Comissão, Deputado Francisco Coelho (PS)**, procedeu a uma explanação sobre os motivos da visita, enquadrando-a no âmbito da análise à Petição “Contra a Incineração na ilha de São Miguel”. Na reunião, o **Presidente do Conselho de Administração da TERAMB, Eng.º Paulo Monjardino**, informou que a CVE da ilha Terceira tem uma capacidade de tratamento de resíduos de 50 mil toneladas por ano, apresentando já um bom desempenho com o processamento de 40 mil toneladas por ano. Referiu que a CVE tem capacidade para processar praticamente todas as tipologias de resíduos, com exceção daquelas em que, para tratamento, careçam de atingir temperatura superior a 1100 graus. Referiu que, nas atuais instalações, existe uma unidade de pré-tratamento de subprodutos animais, onde são recebidos na mesma, subprodutos provenientes

de outras ilhas dos Açores para além dos produzidos na ilha Terceira. Referiu ainda que a laboração da CVE incorporou cerca de 10 mil resíduos mineralizados, processo que inicialmente não tinha sido previsto e que tem um custo de 30 euros por tonelada. Relativamente à situação energética, o Administrador da TERAMB referiu que este é um processo difícil de otimizar e que está a ser trabalhado de forma a uma maior rentabilidade mas que os parâmetros de qualidade do ar e de eficiência energética estão a ser cumpridos, situação que ocorreu desde o primeiro ano de laboração da CVE. Disse a esse propósito que é pretensão da TERAMB proceder à reconversão de todo o espaço envolvente à CVE, para que a energia a consumir em toda a zona fosse a produzida pela Central. Foi ainda referido na reunião a existência de 3 estações de qualidade do ar, que tem apresentado resultados muito positivos em termos de qualidade do mesmo. Acontecendo também com o controlo de odores, em que os condensadores existentes minimizam esse constrangimento. Abordado sobre a possibilidade de utilização do biogás, o **Administrador da TERAMB** referiu que, ao contrário do que acontece na ilha de São Miguel, as células do antigo aterro intermunicipal da ilha Terceira são muito pequenas, o que inviabiliza a produção e aproveitamento do biogás. Relativamente aos resíduos passíveis de serem reciclados, refere que os mesmos não são aceites na CVE, sendo de opinião que uma unidade TMB não iria ser vantajosa para o processo, considerando que iria onerar a operação. Por fim, o Presidente da TERAMB referiu que a CVE da ilha Terceira tem capacidade para responder às necessidades de tratamento de resíduos de outras ilhas dos Açores, para além dos que já recebe. Após a reunião, os Deputados da CAPAT procederam a uma visita às instalações da CVE, acompanhados por técnicos da Central.

5. Representante da QUERCUS, Rui Teixeira.

O representante da Quercus, Dr. Rui Teixeira, foi ouvido, através de videoconferência a partir de Ponta Delgada, em reunião da CAPAT, do dia 5 de maio de 2017, que se realizou na delegação da Assembleia da ilha Terceira, na cidade de Angra do Heroísmo. Iniciou a sua intervenção referindo que no entender da QUERQUS o sistema de incineração não é o mais adequado nem para a ilha Terceira, nem para a ilha de São Miguel. Referiu também que a QUERQUS apresentou uma queixa, no ano 2013, contra construção da CVE da ilha Terceira, junto de instâncias europeias com o argumento de que a mesma não respeita as normas europeias, nem as nacionais. No seu entender as CVE não respeitam o PERSU 2020, em que o que é prioritário é a reciclagem dos resíduos em detrimento da incineração. Ainda em relação à incineradora da ilha Terceira referiu que aquela não atingiu as metas propostas e que está sobredimensionada, teme que o mesmo aconteça com a incineradora prevista para a ilha de São Miguel.

Referiu que há vários pontos negativos no processo de incineração, dando como exemplo o processo de filtragem, bem como os aspetos económicos, como o caso da incineradora da ilha da Madeira. Referiu que as pessoas que gerem o processo de filtragem, no caso da Madeira, são as mesmas que trabalham para a empresa detentora da incineradora, o que, no seu entender, pode levar a um menor rigor. Na sua opinião o assunto deve ser tratado de forma rigorosa, com a monitorização e o controlo a serem feitos por pessoas externas.

Quanto às questões de saúde pública evidenciou que existem várias pessoas que morreram por legionela por via da incineradora. Referiu que há um estudo feito por uma médica, sobre as consequências e danos ambientais ligados à incineração de resíduos, que leva a essa conclusão.

Voltando à incineradora da ilha Terceira referiu que de facto houve uma redução de resíduos a irem para o aterro mas que acontece em qualquer processo de tratamento de resíduos. No que diz respeito às metas referiu que

não encontrou dados em lado nenhum, no entanto, acha que o caso da TERAMB deve ser devidamente analisado, acha que as metas não estão a ser cumpridas, que o sistema está a ser um fiasco, porque andam a desenterrar o lixo dos aterros para incinerar para a tornar minimamente rentável. Não tendo nada contra a incineração, em sua opinião, existe alternativas à incineração mais rentáveis e menos nocivas para a saúde pública.

No caso da CVE prevista para São Miguel deve queimar os resíduos preferencialmente nas horas de maior consumo e não à noite como o previsto, este é um dos aspetos que levam a QUERQUS a ter uma posição desfavorável.

No que diz respeito ao argumento referido na Petição de que “o custo da incineradora corresponde a cerca de 20% dos fundos europeus para a gestão de resíduos destinados a Portugal até 2020, impedindo o financiamento de projetos ambientalmente mais sustentáveis” não está de acordo com o argumento e acha mesmo que não é aceitável, até porque se esses 20% fossem utilizados para a produção de energia seriam bem utilizados.

De seguida interveio o **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)** que solicitou ao Dr. Rui Teixeira que explicasse porque refere que a incineradora não está de acordo com as normas europeias, uma vez que a União Europeia continua a apoiar a construção da incineradora em São Miguel.

Em resposta o **Dr. Rui Teixeira** referiu que acha que as normas europeias e nacionais dão ênfase à priorização da reciclagem. No entanto, tem conhecimento que a incineração não está fora dos objetivos da União Europeia. Na sua opinião a incineração cabe no tratamento dos resíduos, a dimensão prevista para a incineradora de São Miguel é que, em seu entender, está sobredimensionada. Reforçou a sua opinião dizendo que só se deve incinerar os resíduos não tratáveis transformando-os em valorização energética. Outra vertente muito importante é o trabalho de promoção de recolha seletiva que tem que se fazer em São Miguel, nomeadamente junto dos particulares, das

empresas, das instituições, das escolas e da própria Universidade dos Açores. Disse ter conhecimento da existência de pequenas lixeiras (ilegais) por toda a ilha de São Miguel e que não levar a situação em conta é um erro muito grande que poderemos pagar num futuro próximo. Referiu que um bom exemplo de tratamento de resíduos é a estação de resíduos Nordeste Transmontana.

A Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD) interveio referindo o facto de a Quercus não ser contra a incineração atendendo que poderá trazer valor energético e questionou sobre qual a opinião sobre a dimensão da incineradora prevista, atendendo que ao mesmo tempo vai ser construída uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico.

A Deputada Bárbara Chaves (PS) interveio referindo que a nível regional (independentemente do PERSU 2020) temos em vigor o PEPGRA, que vigorará até 2020. Questionou se, na opinião da QUERCUS, é preferível termos a incineração que faz a queima de resíduos indiferenciados não passíveis de serem reciclados ou se será preferível os aterros sanitários, uma vez que não havendo incineração haverá necessidade de se manter os mesmos. Questionou ainda sobre as lixeiras ilegais se, no entender da QUERCUS, o trabalho dos Vigilantes da Natureza nesta matéria é suficiente ou se é necessário fazer-se outro tipo de trabalho.

O Dr. Rui Teixeira referiu que em seu entender o trabalho dos vigilantes da Natureza não é suficiente no combate às lixeiras ilegais, que é necessário fazer-se mais algum trabalho, por exemplo, haver uma coordenação entre os Serviços do Ambiente e os serviços da GNR. Relativamente ao aterro versus incineradora disse que há que pensar também nas Unidades TMB que funcionam nos Açores e bem. Referiu que nesta área, nos Açores, tem-se feito um bom trabalho de tratamento de resíduos urbanos, nomeadamente na separação de lixos e na reciclagem dos mesmos, em algumas ilhas.

Quanto à dimensão da incineradora prevista para São Miguel, em seu entender, está sobredimensionada. Bem como a incineradora da ilha Terceira, referindo mais uma vez que a Quercus apresentou uma queixa junto das instituições da União Europeia sobre a CVE da ilha Terceira, sendo que a resposta foi pouco perceptível e veio dois anos depois, ou seja, já com a incineradora construída e em funcionamento.

6. Audição da Associação Zero, Rui Berkemeier

O representante da **Associação Zero, Rui Berkemeier**, foi ouvido, em reunião da SubCAPAT, do dia 12 de maio de 2017, que se realizou no Hotel Altis, em Lisboa. Iniciou a sua intervenção dizendo que acompanha as questões ambientais nos Açores há 15 anos. Que, na sua opinião, há uma ausência de estudos comparativos por parte do Governo Regional, AMISM e AMRAA.

Referiu que relativamente à construção de uma CVE em São Miguel há um movimento social muito importante sem conotação política que tem trazido contributos (também através de artigos nos jornais) muito interessantes. Nos últimos meses o movimento “Salvar a Ilha” tem trazido à discussão em São Miguel a construção da incineradora.

Disse que a posição da Associação Zero não é dogmática relativamente à incineradora, no entanto, acham que o projeto é megalómano e que levará à “morte” da reciclagem em São Miguel, destruindo a necessidade de reciclar.

Fez referência ao facto de no continente português, na zona de Lisboa, a meta de reciclagem (onde há uma incineradora) ser de 42%, e no Porto é de 30%. A meta nacional é de 50%. Dizendo que se pode concluir que onde há incineradora há menos reciclagem. Não é contra a incineradora mas contra o sobredimensionamento da incineradora prevista. Referenciou o facto de a AMISM dizer que embora a capacidade prevista seja de 80 mil toneladas pode

funcionar com menos, mas na realidade as outras incineradoras também o são mas não resultaram. Na realidade os resíduos são todos incinerados.

A **Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD)** perguntou se pelo facto de a CVE prevista estar sobredimensionada não irá haver risco de incentivo à produção de resíduos.

O responsável da Associação Zero, **Rui Berkemeier** respondeu que não leva ao aumento da produção de resíduos mas sim ao desincentivo das boas práticas, e que há que tomar medidas agora, uma vez que as metas comunitárias atualmente são de 50% de recicláveis, mas que a meta comunitária para 2020/2025 é de 65%.

Referiu que há um estudo da AMISM que aponta que o que está previsto para a UTMB de São Miguel é aproveitar 2% de resíduos recicláveis e que são valores muito baixos mesmo para as UTMB que funcionam muito mal. Defendeu ainda que a criação de uma UTMB leva à criação de postos de trabalho porque obriga à separação de resíduos.

O **Deputado Paulo Estevão (PPM)** referiu que na visita que a Comissão efetuou à CVE da ilha Terceira percebeu-se que a mesma estava sobredimensionada, tendo a Comissão sido informada que estão a fazer a mineração de resíduos do aterro sanitário. Questionou o representante da Associação Zero sobre se a CVE da TERAMB poder absorver os resíduos de São Miguel e se a mineração é muito cara.

O responsável, **Rui Berkemeier**, respondeu que sim, que, no seu entender, a CVE da Terceira pode absorver os resíduos de São Miguel, mas sabe que é um cenário que não foi estudado. Quanto à mineração respondeu que sim, que é muito cara.

A **Deputada Zuraida Soares (BE)** perguntou qual a opinião da Associação Zero sobre o facto de a AMISM/MUSAMI nunca pôr a possibilidade de a CVE da TERAMB assumir os resíduos da ilha de São Miguel. Perguntou também

sobre o facto de haver uma reavaliação do processo ao mesmo tempo em que já foi adjudicada a CVE para 80 mil toneladas. Referiu que a UTMB só aparece agora, embora se diga que a mesma será construída primeiro, assim sendo qual a opinião da Associação sobre a situação. E se, considerando este facto, será mesmo necessário a construção de uma incineradora em São Miguel.

O Presidente da Comissão, Deputado Francisco Coelho (PS), perguntou que quantidade de resíduos, em toneladas, seriam necessários para que uma incineradora, independentemente de ser Terceira ou São Miguel, ser viável.

O responsável da Associação, Rui Berkemeier, respondendo ao **Deputado Francisco Coelho** disse que para São Miguel (considerando todos os resíduos) a ordem de grandeza será sempre inferior às 40 mil toneladas. Mas se houver um sistema de recicláveis de recolha de porta a porta e o pagamento pela produção de resíduos e não em função da taxa de utilização da água (sendo só cobrado o que não for reciclado) vai ser necessário uma capacidade muito inferior.

Quanto às questões da **Deputada Zuraida Soares (BE)** disse que os municípios de São Miguel nem sequer querem estudar a possibilidade de utilizarem a incineradora da Terceira. Não estudaram o que se passa na TERAMB e com a incineradora da Madeira, que aquando da crise vivida pelo nosso país fechou a combustão e usou só a incineradora, e que neste momento não se sabe se vai haver uma UTMB à cabeça ou não. Reforçou que, no seu entender, deveria era parar-se com o processo, indemnizar-se quem de direito e refazer-se todo o projeto. No seu entender, avançar com o projeto como está é gestão danosa, com a agravante de não gerar postos de trabalho. Para os resíduos de animais deveria ser criada uma fábrica para produção de alimento agropecuários e assim criar-se postos de trabalho. Referiu por fim que a recolha dos resíduos reciclados é da responsabilidade das Câmaras Municipais e a receita financeira que dela advém é da AMISM – o que quer dizer que as

autarquias não têm incentivo nenhum para a recolha seletiva. Por isso a UTMB não foi abordada por não haver interesse por parte das autarquias.

O **Deputado Alonso Miguel (CDS-PP)** perguntou sobre o que fizeram as Associações ambientalistas, nomeadamente a Associação Zero, aquando da construção da incineradora na ilha Terceira.

O responsável, **Rui Berkemeier**, disse que aquando da construção da incineradora da ilha Terceira a Associação Zero não existia e que naquela altura fazia parte da Quercus. Referiu que, no entanto, na altura da construção da CVE da ilha Terceira o que lhes foi entregue foi um projeto onde constava a construção de uma UTMB e uma CVE, só no fim do processo é que houve uma alteração de intenções e foi construída unicamente uma CVE por incineração. Finalizou referindo que todos têm que fazer o seu papel para melhorar as questões ambientais, que não solucionaremos as questões ambientais em São Miguel se não houver a construção da incineradora mas que temos de dar o nosso contributo para melhorá-las.

7. Visita à empresa Serviços Intermunicipalizados de Gestão de Resíduos do Grande Porto-LIPOR.

A SubCAPAT visitou, no dia 1 de junho de 2017, a LIPOR, Empresa Municipal responsável pela gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos da Área Metropolitana do Porto. Na reunião de trabalho mantida entre os deputados da subcomissão e as chefias dos vários departamentos da LIPOR, o **Presidente da CAPAT, Deputado Francisco Coelho (PS)**, procedeu a uma explanação genérica sobre os objetivos e pressupostos da visita, tendo apresentado as preocupações e as pretensões dos subscritores da petição em análise.

Em representação da empresa, o **Administrador da LIPOR, Eng.º Fernando Leite**, procedeu à apresentação da LIPOR, referindo que esta é a entidade que procede à valorização energética dos resíduos produzidos em municípios da

Área Metropolitana do Porto, onde se inclui um corpo técnico que procedem à gestão de todo o processo. Referiu que a LIPOR, empresa pública detida por câmaras municipais, tem um conselho de administração próprio, não executivo, não remunerado, que reúne periodicamente. Relembrou que em 1980 existiam lixeiras a céu aberto, e que era, já naquela altura, a necessidade de as erradicar, havendo o objetivo de se conceber um sistema de gestão de resíduos com um horizonte de projeto de 25 anos. Para tal, as autarquias procederam a um estudo sobre as várias tecnologias e soluções disponíveis, tendo chegado à conclusão de que a melhor forma de dar resposta às 1200 toneladas produzidas por dia seria a instalação de uma Central de Valorização Energética, sem descorar a existência de uma central de triagem, uma unidade de compostagem para dar resposta a cerca de 40% dos resíduos urbanos biodegradáveis, assim como a necessidade de existir um aterro sanitário de apoio ao sistema. Referiu que esta gestão integrada de resíduos se revela equilibrada económica e financeiramente, em que o lucro de cerca de 5 milhões de euros é totalmente reinvestido nas unidades, sendo que são as respetivas autarquias a proceder a esse investimento. Continuou a sua intervenção dizendo que, em termos sociais, atualmente não existe oposição à existência desta unidade por parte da população, sendo que no início foi constituída uma equipa de trabalho de campo, composta por 4 técnicos, com o intuito de esclarecerem a população sobre o processo, sobre as vantagens e os problemas associados à instalação de uma unidade de valorização energética. Referiu que atualmente existe uma comissão de acompanhamento constituído por eleitos e juntas de freguesia dos vários concelhos, que reúnem periodicamente com a LIPOR, de forma a estarem sempre informados sobre o modo de gestão do sistema, referindo que não há qualquer restrição em termos de transmissão de informação a essa comissão de acompanhamento e que em todas as reuniões de Assembleia de Freguesia existe um ponto relativamente ao acompanhamento do funcionamento da CVE. Na

intervenção referiu que a energia produzida é totalmente reaproveitada, incluindo o aproveitamento do vapor para o funcionamento do Aeroporto do Porto. Relativamente à petição em análise na CAPAT, o técnico da LIPOR referiu que têm acompanhado o processo de conceção da futura CVE de São Miguel, sugerindo que, relativamente ao TMB, deve ser analisada a situação existente no Continente Português, defendendo que é uma tecnologia que não se adequa às características dos resíduos produzidos porque tem muita gordura e humidade, e que, relativamente aos sistemas em Portugal Continental, recorrendo aos TMB, não tem sido possível baixar dos 50% a deposição de resíduos em aterro. Foi referido ainda que têm conhecimento de que na CVE de São Miguel não se pretende apenas proceder ao tratamento de resíduos urbanos, mas sim também de outras tipologias de resíduos, atualmente com destinos finais precários e que a CVE dará resposta aos mesmos. Disse ser também ainda referido por técnicos da LIPOR, que o TMB e o processo de reciclagem têm muitos resíduos rejeitados, o que quer dizer que parte considerável de resíduos acaba em aterro, defendendo que esta fração deveria ser encaminhada para valorização energética. Durante a reunião, intervieram os Deputados **Catarina Chamacame Furtado (PSD)**, **Alonso Miguel (CDS-PP)**, **Francisco Coelho (PS)** e **Bárbara Chaves (PS)**, questionando sobre aspetos específicos e relacionados com o funcionamento da CVE da LIPOR. Seguiu-se uma visita ao sistema de tratamento de resíduos da LIPOR.

8. Visita à empresa Resíduos do Nordeste, EIM, SA.

A SubCAPAT visitou, no dia 5 de julho de 2017, a Empresa Resíduos do Nordeste, EIM, SA., responsável pela gestão integrada dos resíduos sólidos urbanos do Douro Superior, Terra Fria do Nordeste Transmontano e Terra Quente do Nordeste Transmontano. Na reunião de trabalho mantida entre os deputados da comissão e as chefias dos vários departamentos da empresa, o

Presidente da CAPAT, Deputado Francisco Coelho (PS), procedeu a uma explanação genérica sobre os objetivos e pressupostos da visita, tendo apresentado as preocupações e as pretensões dos subscritores da petição em análise. O responsável da empresa iniciou a sua intervenção referindo que se estima um grande aumento de resíduos para aterro e que, num futuro próximo, vão ter um grande problema para resolver, no entanto, referiu que estão a fazer um estudo para resolver esse problema. Referiu ainda que, para além dos aterros serem muito caros, a nível comunitário já não tem financiamento. Referiu também que o aterro da Região Norte tem capacidade só para mais cinco anos e que, neste momento, estão a estudar uma solução para aumento do aterro considerando que é um processo muito burocrático e moroso.

O composto produzido para a agricultura é normalmente escoado, no entanto, em anos mais chuvosos não conseguem escoar o produto, havendo necessidade de maior capacidade de armazenamento. Aludiu que a rendibilidade do composto é baixa por ser vendido a um preço muito baixo para poder ter saída para o mercado. Disse que a grande dificuldade é a não reciclagem por parte das pessoas e que se continua a por muitos resíduos que deveriam ser reciclados e que vão para os indiferenciados.

O **Deputado Francisco Coelho (PS)** questionou sobre a percentagem da recolha seletiva. Foi respondido que é de 7%. Foi dito ainda que, no entanto, dos restantes resíduos indiferenciados que entram na UTMB cerca de 50% são separados para reciclagem e têm aceitação no mercado. Relativamente à separação de resíduos por parte da população não se verificou um aumento depois da implementação da UTMB. Foi referido que a empresa está a pensar apostar mais na sensibilização para a recolha seletiva. Referiram ainda que a UTMB não evita a incineração, assim como não evita o aterro. Neste momento estão com dificuldade em conseguirem terrenos para aterro – contamina os terrenos à volta e na zona onde está implementado em terrenos protegidos.

Poderiam enviar o refugo para a LIPOR mas neste momento aquela empresa não tem capacidade para receber mais lixo, para além de o transporte ser muito caro. O aterro é também uma solução muito cara.

O centro de triagem tem 8 trabalhadores. A recolha de indiferenciados é de 52 352 toneladas e proveniente da recolha seletiva 2 982 toneladas.

Terminam os anos sempre com resultados líquidos positivos: a diferença entre a despesa e a receita é cobrada aos munícipes. As receitas da produção de energia e venda dos compostos têm vindo a diminuir o que leva a um aumento das despesas por parte das autarquias. O País tem um problema para resolver com os aterros na Região Norte.

9. Audição de José Manuel Bolieiro

O atual presidente da AMISM, Dr. José Manuel Bolieiro, foi ouvido em reunião da CAPAT, no dia 12 de janeiro de 2018, em Ponta Delgada, e fez-se acompanhar do Administrador Delegado da MUSAMI, Dr. Carlos Botelho.

Fez uma introdução e referiu que a Associação de Municípios de São Miguel constituiu uma empresa, a MUSAMI, para gerir o Ecoparque de São Miguel. Sendo a sua tutela assegurada pela AMISM. Referiu que a posição dos órgãos daquela Associação é de cooperação, reforçando que as opções para a contratação pública para a incineradora foram tomadas por unanimidade e que no momento nada se alterou. Referiu que o que aconteceu de facto foi uma das empresas concorrentes ter recorrido da decisão do júri pela sua exclusão do concurso e não pela configuração do tratamento de resíduos sólidos. Informou que, neste momento, o processo aguarda decisão do tribunal. Disse ainda que, entretanto, e após discussão pública sobre a construção da CVE por incineração em São Miguel a AMISM/MUSAMI decidiu incluir no projeto a construção de uma UTMB. Quanto à decisão sobre a construção de uma CVE por incineração em São Miguel mantém-se a decisão inicial que foi tomada por unanimidade.

Em período de pedidos de esclarecimento, a **Deputada Zuraida Soares (BE)** questionou sobre o que convenceu o Presidente da Câmara Municipal de Ponta Delgada, José Manuel Bolieiro, que a opção pela incineração era melhor para tratamento dos resíduos sólidos de São Miguel. Referiu que a Agência Portuguesa do Ambiente (APA) menciona que as CVE são viáveis desde que complementares às UTMB, questionando o Presidente sobre esta referência da APA. Perguntou também sobre o que pensa o Presidente quanto à recolha seletiva em São Miguel, se achava que a recolha seletiva é uma realidade ou não.

Por fim, questionou sobre a unanimidade que diz haver na decisão sobre a construção da CVE em São Miguel dizendo que é público que não foi assim tão clara, nomeadamente a posição do Presidente da autarquia da Ribeira Grande, segundo maior Concelho da ilha.

O **Presidente da AMISM, José M. Bolieiro**, respondeu dizendo que a solução que inclui uma CVE está incluído no PEPGRA, mas tem também como objetivo o encerramento do aterro sanitário e o cumprimento do PEPGRA. Referiu que as consultas técnicas feitas apontam para aquela solução, ou seja na construção de uma CVE por incineração. No entanto, referiu ser importante que os municípios façam, e, no seu entender, estão a fazê-lo, uma recolha seletiva, dizendo que o atual projeto da CVE prevê também uma UTMB para os resíduos que possam ser tratados. Os resíduos que passarão para a incineradora serão só os que não possam ter outro tipo de tratamento.

Quanto à recolha seletiva disse não ser ainda uma realidade e que há um longo caminho a fazer. Referiu que os Municípios de São Miguel estão a fazer todos os esforços, mas que ainda não atingiram todo o potencial. Quanto à decisão pela construção da CVE informou que, na AMISM, a mesma foi tomada por voto, e que a votação, que é o mecanismo que transmite qual a decisão de cada

Município, foi clara e unânime pela construção da CVE por incineração. Quanto às considerações opinativas disse não se pronunciar.

A **Deputada Zuraida Soares** questionou sobre o facto de se ter tomado uma decisão sem se saberem os resultados da recolha seletiva.

A **Deputada Catarina Chamacame Furtado** questionou o Presidente da AMISM sobre qual a contribuição da UTMB a montante da CVE. E qual o custo da construção da CVE.

O **Presidente da AMISM, José Manuel Bolieiro**, respondeu dizendo que as questões levantadas já tinham sido respondidas pelo anterior presidente da AMISM, Dr. Ricardo Rodrigues, aquando da sua audiência na Comissão, por isso, não iria objetar novamente sobre o assunto.

A **Deputada Zuraida Soares** retorquiu dizendo que depreendia que o atual Presidente da AMISM não estava disponível para esclarecer a comissão.

O **Presidente da AMISM, José Manuel Bolieiro**, disse não se tratar de não querer responder. O facto é que as questões já tinham sido respondidas.

A **Deputada Bárbara Chaves** interveio dizendo que achava importante fazer-se um ponto de situação do processo uma vez que há uma Providência Cautelar e porque a presente Petição pode subir a Plenário antes da decisão do Tribunal. Referiu que o instrumento que vigorava aquando da tomada de decisão, por parte da AMISM, sobre a construção de uma CVE por incineração era ainda o PERSU, referiu que era então presidente da AMISM, Rui Melo. Por fim, questionou sobre a possibilidade de haver algum atraso na decisão do Tribunal e, se houver, se se pode perder os apoios comunitários. Perguntou se assim acontecer qual o destino final dos resíduos em São Miguel.

O **Presidente da AMISM, José Manuel Bolieiro**, disse que relativamente à questão posta não há nada de novo para dizer, não há fatores que levem à alteração da decisão tomada. Quanto aos fundos comunitários a questão será ponderada conforme a decisão do Tribunal. Disse ser também uma preocupação

da AMISM e que se realmente houver atraso do Tribunal poderão perder-se os Fundos Comunitários.

O **Deputado José Contente** questionou sobre se o processo jurídico pode atrasar a implementação da estratégia e não alterá-la e se o desenvolvimento da questão jurídica vai condicionar a decisão já tomada.

O **Presidente da AMISM, José Manuel Bolieiro**, respondeu referindo que o que está em causa para os autarcas é o processo de Contratação Pública, que está em avaliação judiciária e que avaliação política já foi feita. E nesta medida não podemos ter novidades. Referiu que qualquer reflexão ou necessidade dela será depois da decisão do Tribunal. Disse que se não houver anulação por parte do Tribunal então o processo decorrerá normalmente. Os atrasos também serão avaliados pela AMISM e pela MUSAMI.

Outros pareceres:

Os pareceres solicitados e recebidos à data de aprovação deste relatório são anexos do mesmo.

Capítulo V

CONCLUSÕES E PARECER

Concluídas as diligências realizadas no âmbito da apreciação da Petição n.º 3/XI, a Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho aprovou, por unanimidade, as seguintes conclusões:

1. A presente petição tem como principal objetivo a suspensão imediata do processo de construção da incineradora em São Miguel, bem como a reformulação do projeto do Ecoparque da ilha de São Miguel, para que sejam introduzidas tecnologias alternativas à incineração com vista à

implementação de um sistema integrado de tratamento de resíduos que vise a sustentabilidade ambiental e a proteção da saúde pública, tendo efeitos positivos na economia da Região.

2. Os peticionários propõem:

- a) A adoção de tarifas de gestão de resíduos domésticos que incentivem a separação, incluindo dos resíduos orgânicos, e sejam acompanhadas por sistemas eficazes de recolha seletiva;
- b) A construção de um sistema de tratamento mecânico e biológico moderno, eficaz na separação dos resíduos, seguro e com condições dignas de trabalho para os seus operadores;
- c) A aplicação de apoios à indústria de reciclagem locais, que acrescentem valor e o retenham na Região;
- d) A criação de legislação que restrinja severamente as embalagens descartáveis, de forma a favorecer a produção local quer do artigo de consumo quer das respetivas embalagens.

3. Os peticionários consideram:

- a) Que os Centros de Processamento de Resíduos da Região potenciam a reciclagem de resíduos produzidos, dando como exemplo as elevadas percentagens de reciclagem das ilhas Graciosa e Flores;
- b) Que existem dúvidas sobre o redimensionamento da CVE de São Miguel, assim como os custos associados à mesma.

4. Os peticionários não rejeitam:

- a) A instalação de uma incineradora. Pretendem, no entanto, ver implementadas, previamente à construção da CVE por incineração, tecnologias ambientalmente menos prejudiciais, rejeitando a continuação da existência de aterros sanitários.

5. A Associação de Municípios da Ilha de São Miguel aprovou, por unanimidade a construção de uma Central de Valorização Energética por

Incineradora no âmbito do PEPGRA (Plano Estratégico e de Prevenção e Gestão de Resíduos dos Açores).

6. A Associação de Municípios da Ilha de São Miguel decidiu ainda pela construção de uma UTMB (Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico) previamente à construção da CVE por incineração, cuja negociação para o seu financiamento está a decorrer junto do Governo da República.
7. O PEPGRA impõe a obrigatoriedade do cumprimento das metas de reciclagem e valorização definidas em termos comunitários.
8. A monitorização de controlo das emissões atmosféricas é definida, desde logo, pela legislação comunitária, assim como pela legislação regional subsequente.
9. A empresa intermunicipal que gere a Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) visitada no continente português, não resolve totalmente as questões associadas à gestão de resíduos, sendo necessária a existência de um aterro sanitário para o refugo daí resultante. Cumprindo, no entanto, as metas quer de reciclagem como de deposição de resíduos em aterro, estando a ponderar o envio do refugo para uma Central de Valorização Energética (CVE), apesar dos custos associados à operação.
10. A empresa intermunicipal que gere a Central de Valorização Energética visitada no continente português é a mesma entidade que gere os resíduos recolhidos seletivamente pelos diversos municípios, dando destino final a todas as tipologias de resíduos sem necessidade de recorrer à deposição de resíduos em aterro, à exceção da deposição de cinzas inertizadas.
11. A empresa intermunicipal que gere os resíduos da ilha Terceira considera que tem instalada, no seu sistema de gestão de resíduos, uma CVE que tem capacidade para receber e tratar resíduos não recicláveis de outras ilhas para além daquelas que já acolhe.

12. As Organizações não-governamentais de Ambiente ouvidas apresentaram preocupação quanto ao nível do cumprimento das metas de reciclagem, considerando que, em sua opinião, existe um sobredimensionamento do projeto da AMISM.

Ponta Delgada, 09 de fevereiro de 2018

A Relatora, *Maria da Graça Silva*

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente, *Francisco Coelho*

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Catarina Furtado.

Deputada Catarina Chamacame Furtado (PSD): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo por, na pessoa do seu primeiro signatário, Filipe Machado Tavares, saudar todos os Peticionários da iniciativa “**Contra a Incineração em São Miguel**”. Trata-se de uma forma de participação cívica e livre da vontade de um grupo de cidadãos, naquela que entendem ser a defesa dos seus interesses, dos interesses da sua ilha e da sua Região.

Em causa está a construção de uma Central de Valorização Energética (CVE) por incineração na ilha de São Miguel. Trata-se de um projeto dimensionado para o tratamento de cerca de 80 mil toneladas por ano, com custo aproximado de 68 milhões de euros, a financiar, em parte, por fundos comunitários.

O custo da incineradora corresponde a cerca de 20% dos fundos europeus para a gestão de resíduos destinados a Portugal até 2020.

O projeto em causa resultou de uma série de alterações. Começou por estar projetado para processar 145 mil toneladas por ano, posteriormente passou para 138 mil toneladas por ano e atualmente está projetado para cerca de 80 mil toneladas por ano.

A deliberação da adjudicação da Incineradora, nos atuais moldes, tratou-se de decisão do Conselho de Administração da Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, que contou, para o efeito, de pronúncia e unanimidade no voto favorável de todas as autarquias presentes, em ato realizado em dezembro de 2016.

Na audição aos peticionários, esclareceu-se que o âmbito da petição não foi, como se poderia pensar à partida, a rejeição intransigente de qualquer solução de incineração.

Pelos peticionários além de questões associadas aos perigos inerentes à construção de uma Incineradora, quer a nível da saúde pública, quer ao nível do ambiente, foram levantadas questões sobre a dimensão do investimento e sobre a sua viabilidade económica.

Pretendem garantir que serão implementadas as tecnologias ambientalmente mais eficazes e melhor adaptadas a uma Região com as especificidades que têm os Açores, um ex-libris natural e um destino de natureza de eleição.

Pretendem garantir, ainda, que o dimensionamento da incineradora não prejudicará as metas de valorização dos resíduos e que apenas serão incinerados aqueles que devam ser destinados à eliminação.

Defendem também os peticionários que, em relação à incineradora a construir em São Miguel, os estudos que suportam a sua opção carecem de fundamentação ao nível da viabilidade económica do investimento.

As preocupações dos peticionários que se prendem com o dimensionamento da incineradora, foram partilhadas por algumas das entidades ouvidas, a saber, a Quercus e a Associação Zero.

No que se refere às dúvidas sobre a viabilidade económica do investimento, os peticionários questionaram, por exemplo, as receitas apresentadas pelo promotor, na ordem dos 34 milhões de euros associadas ao turismo e as associadas à saúde pública, que rondam os 38 milhões de euros. Alertaram para

o facto do valor das receitas associadas à venda de energia elétrica estar incorreto, afirmando que esses valores estão largamente sobreavaliados, quer em volume, quer em valor unitário.

Ainda no que diz respeito à venda de energia elétrica os petiçãoários argumentaram a falta de capacidade de encaixe de toda a energia produzida pela incineradora na rede elétrica da ilha de São Miguel, o que levará à necessidade de compensações a outros centros produtores. Associado a essa matéria, os petiçãoários questionaram, também, sobre a necessidade de investimento em tecnologias de armazenamento.

Sobre a opção tecnológica em causa, o parecer da Agência Portuguesa de Ambiente esclarece que embora a Valorização Energética não constitua do ponto de vista da hierarquia de gestão de resíduos a alternativa mais recomendável, as tecnologias de incineração são efetivamente uma opção viável e implementada já em muitos países da Europa, em regiões de Portugal Continental e nos Açores.

Quanto à preocupação com o cumprimento das metas a que a Região está sujeita em termos de reciclagem, existiu consenso sobre a importância da existência de uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico (TMB) a montante da incineradora a construir em São Miguel. Esta era, efetivamente, uma ambição dos petiçãoários.

A própria AMISM decidiu a adjudicação da instalação de um TMB prévio à incineradora.

Visita da Subcomissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho a uma unidade TMB, em Mirandela, que recupera praticamente 50% dos resíduos indiferenciados, confirmou a importância deste investimento.

No entanto, o financiamento para a instalação do TMB no âmbito do atual Quadro Comunitário apenas poderá ocorrer se existir uma reprogramação em 2018, não havendo, portanto, garantia do seu financiamento.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Quer falemos de escolas, estradas, estabelecimentos de saúde ou qualquer outro bem público, as opções de investimento público têm de ser bem avaliadas antes da sua concretização.

Importa que qualquer opção de investimento público, sobretudo de dimensão significativa, como é o caso da incineradora a construir em São Miguel, seja precedida de estudos profundos e tecnicamente independentes. É importante que sejam avaliadas e comparadas alternativas, que, para os mesmos fins, representem menor afetação de recursos e, sobretudo, que a sua exploração para o período de vida útil se afigure economicamente mais vantajosa.

A decisão sobre o investimento a realizar na construção de uma Incineradora em São Miguel é muito importante em termos estratégicos, políticos, financeiros e ambientais.

A nível financeiro este investimento exige a mobilização de verbas e de fundos, num valor avultado, o que impõe que haja uma gestão e aplicação rigorosas.

Em termos ambientais, devido às nossas particularidades, exige-se que as opções para a gestão de resíduos na ilha de São Miguel sejam as melhores, as mais eficazes e as melhor adaptadas à nossa realidade.

Em termos técnicos, importa que no momento das decisões não persistam quaisquer dúvidas e que todas as questões colocadas sejam cabalmente esclarecidas.

No caso da Incineradora, os peticionários no pleno exercício de cidadania, que mais uma vez louvamos, questionaram muitos dos pressupostos em que assenta a decisão tomada pela AMISM.

Das várias audições efetuadas, da documentação analisada e das visitas realizadas pelos elementos da Comissão e da Subcomissão dos Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho, ficam porventura algumas questões por

esclarecer, ou resulta a perceção de que, apesar do esforço dos decisores, o seu esclarecimento não foi suficiente.

Apesar da unanimidade na decisão da adjudicação, foram públicas as divergências entre os responsáveis da AMISM sobre o projeto da incineradora, divergências que contribuíram para que as dúvidas dos peticionários fossem agravadas.

O processo judicial que decorre, veio, certamente, acrescentar dúvidas legítimas aos peticionários.

O Engenheiro Francisco Botelho, que fez parte do Conselho de Administração da EDA, entre 1997 e 2014 escreveu que “...se a venda de energia elétrica à rede pública é essencial para a viabilidade económica das centrais incineradoras, há uma grande probabilidade desta não se verificar e acabarmos com mais uns elefantes brancos...”.

De facto, este impulso cívico suscitou discussão relevante sobre o assunto.

Para concluir, e não querendo que resultem daqui quaisquer leituras pré-concebidas ou preconceituosas associadas ao projeto, parece-nos que aos peticionários ficam, apesar do esforço das entidades e autoridades ouvidas, alguns pontos por esclarecer - por exemplo:

Quais os pressupostos que determinaram o atual dimensionamento da incineradora, decisão que surge no final de um longo processo de reformulação?

Que outras tipologias de resíduos que têm atualmente “destinos finais precários”, e em que quantidades, serão tratados na incineradora de São Miguel, para além resíduos urbanos?

A construir-se uma Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico à cabeça da incineradora, não deveria esse novo elemento impor o seu redimensionamento?

Equacionou-se, em algum momento, o custo de envio dos resíduos para valorização na Terceira, e do remanescente para Portugal Continental?

Estão assegurados todos os pressupostos de viabilidade económica da incineradora, seja no que se refere aos proveitos provenientes da venda de energia eléctrica, ou os associados ao turismo ou à saúde pública?

É ou não a existência de uma solução de armazenagem uma condição imperativa para a viabilidade da construção de uma incineradora em São Miguel?

O aprofundamento destas questões seria certamente relevante para o esclarecimento dos peticionários e para a certeza de que a decisão resultante, seja ela qual for, será seguramente sustentada e categórica.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Primeiramente saudar os peticionários, em particular o Sr. Filipe Machado Tavares enquanto primeiro subscritor desta petição, pois sem dúvida que iniciativas como esta são um importante contributo para a aproximação de eleitores e representantes eleitos,

Iniciativas destas são sempre de salutar. Temos aqui um movimento social que é importante, pois sem dúvida uma sociedade interventiva será um importante contributo para uma sociedade também mais dinâmica e sensível à sua realidade.

O objeto como aqui já foi dito desta petição prende-se com a suspensão imediata do processo de construção da incineradora em São Miguel, assim como a reformulação do projeto do ecoparque nessa mesma ilha.

No trabalho de comissão e até no próprio teor da petição refere que os peticionários não rejeitam a instalação de uma incineradora, mas que sejam

implementados antes da construção da central de valorização energética por incineração outras tecnologias menos prejudiciais em termos ambientais.

Relativamente à opção da incineração, e muito já foi dito em relação a esta opção por parte da Associação de Municípios de São Miguel, não nos podemos esquecer que a incineração não é obrigatoriedade do plano estratégico de prevenção de gestão de resíduos dos Açores. Está sim plasmado nesse documento a valorização energética, não a obrigatoriedade desta valorização ser através de incineração e foi este documento de valorização energética que o CDS votou favoravelmente nesta Casa.

Também o Grupo Parlamentar do CDS considera que a incineração poderá ser uma eventual opção, mas nunca poderá pôr em causa a reciclagem. Tem de ser sim um complemento para aqueles resíduos que não podem ser reciclados.

Também é necessário salientar que o objetivo da Região tem de ser contrariar a tendência nacional e no caso de cidades ou de concelhos onde existam incineradoras, que é o caso de Lisboa e do Porto, em que a meta da reciclagem é de 42 e 30%, respetivamente, enquanto que a média nacional é de 50%. Portanto, a opção de incinerar nunca poderá ser em detrimento da questão da reciclagem.

É necessário também, e uma vez que estamos a falar na questão ambiental, e foi dito por entidades ambientais que é necessário continuar no trabalho (e é isso que o CDS também defende) de promoção e sensibilização e incentivo da recolha seletiva quer em São Miguel, quer nas restantes ilhas. É necessário potenciar este tipo de recolha. É fundamental combater as lixeiras ilegais que não se coadunam de todo com a imagem que todos nós pretendemos da Região e a verdade é que estas lixeiras a céu aberto ilegais existem um pouco por todas as ilhas e é necessário combater, é necessário aumentar talvez o trabalho de fiscalização, nomeadamente pelos vigilantes da natureza para podermos reduzir fora do nosso contexto e da nossa Região esta realidade que acontece.

Algumas das reticências dos peticionários e quer também pelas entidades de defesa ambiental prendeu-se com o sobredimensionamento da incineradora de São Miguel e que efetivamente este sobredimensionamento poderá ser um mau pronúncio sem dúvida, porque o objetivo nunca poderá vir a ser a substituir a reciclagem que neste momento existe.

É necessário avaliar também a possibilidade do centro (e isto ficou também por esclarecer) da valorização energética da Terceira poder absorver os resíduos da ilha de São Miguel e consideramos que é importante esclarecer todas as hipóteses até para não existir a tão falada (até durante este plenário) duplicação de verbas, de despesas e de infraestruturas com a mesma função.

Não nos podemos esquecer que o eventual avanço desta construção poderá comprometer cerca de 20% dos fundos europeus para a gestão de resíduos destinados a Portugal até 2020.

Também é necessário salvaguardar a questão da unidade de Tratamento Mecânico e Biológico, pois será a forma de viabilizar esta central de valorização energética.

Para finalizar, o CDS-PP considera que é acima de tudo importante a salvaguarda da saúde pública, da qualidade ambiental de São Miguel e da restante Região e tem de existir uma gestão integrada de resíduos equilibrada quer a nível económico, quer a nível ambiental e nunca estaremos disponíveis para defender a incineração em detrimento da reciclagem.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Sr. Deputado António Lima tem a palavra

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, saudar os peticionários na pessoa do primeiro peticionário, Filipe Machado Tavares, e inclusivamente também a todos aqueles que se dedicaram desde há vários anos a esta questão muita da sua energia e tempo na busca da informação a informar a própria sociedade e a exigir a suspensão deste projeto em detrimento de soluções sustentáveis para a gestão de resíduos nos Açores e neste caso na ilha de São Miguel, em particular.

Este é um processo já antigo que sofreu várias alterações, mas uma coisa manteve-se, o que se manteve foi a obstinação dos municípios da ilha de São Miguel, do PS e do PSD, dos dirigentes da AMISM, com o consentimento do Governo Regional, em manter a construção da incineradora.

Este projeto já teve ao longo dos anos várias versões e ajustamentos.

De uma incineradora de 146 mil toneladas passou-se para uma incineradora com quase metade da capacidade atualmente que ainda é considerada largamente sobredimensionada por quase toda a gente.

Já foi condição essencial para a construção da incineradora a construção de uma central hídrica reversível para pouco depois deixar de ser. Já passou a ter uma estação de Tratamento Mecânico e Biológico quando esta solução era criticada anteriormente pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel, estação esta que irá obviamente reduzir largamente os resíduos que chegam à própria incineradora, mas ainda assim nada se altera nas dimensões do projeto.

A incineradora vai continuar a trabalhar mais devagarinho, se calhar só à noitinha.

No fundo, para a Associação de Municípios da Ilha de São Miguel todas estas questões são secundárias e são meros pormenores. Para eles o que interessa de facto é que a incineradora seja construída aconteça o que acontecer, custe o que custar.

Se o Partido Socialista e o PSD estão quase sempre em desacordo sobre o negócio da incineração na Associação de Municípios são unânimes, dividem

entre si os lugares na Associação de Municípios e na Musami numa troca de cadeiras para manter custe o que custar este projeto em andamento apesar das dúvidas levantadas por alguns dos seus membros e o Governo Regional assistiu a este processo impávido e sereno ao desenrolar do processo nebuloso para parafrasear um membro da Associação de Municípios.

“O Governo Regional lava assim as suas mãos da responsabilidade dizendo apenas que a incineração está prevista no plano estratégico de prevenção e gestão de resíduos dos Açores.”

Pois está, mas a isso não obriga.

Os perigos da concretização da incineradora são vários: o perigo para a saúde pública, o perigo provocado pela libertação de partículas no processo de incineração, a gestão de resíduos perigosos produzidos no processo de incineração, o perigo da contaminação pelos afluentes, o custo de financiamento e de manutenção da própria incineradora e a sua tradução em taxas de resíduos (veja-se o caso do Funchal onde a tarifa por tonelada paga pela Câmara Municipal é de quase 100€), o perigo finalmente da dependência da incineração e da necessidade de a alimentar e assim por em causa as metas da reciclagem.

Na ilha Terceira para alimentar a incineradora construída, também sobredimensionada, faz-se mineração de lixo, ou seja, escava-se lixo aterrado para poder manter a incineradora a funcionar num processo que é dispendioso e obviamente insustentável. Não se aprendeu nada ou não se quis aprender.

A juntar às inúmeras questões técnicas e ambientais a falta de transparência de todo o processo é gritante.

A escassa informação pública associada ao processo de decisão foi sempre uma constante. Durante muitos anos a única informação disponível para escrutínio público foi o estudo de impacto ambiental.

No ano passado foi divulgado pela AMISM um estudo comparativo entre a incineração e outra solução de tratamento de resíduos – o Tratamento Mecânico e Biológico. Acontece que o estudo foi encomendado em novembro de 2016 e o lançamento do concurso público para a construção da incineradora aconteceu também em novembro mas de 2014.

Primeiro decide-se e lança-se a concurso, depois estuda-se. Assim se demonstra a credibilidade e seriedade deste processo de decisão.

O Bloco de Esquerda e muita gente há muito que combate este projeto, porque ele desde a primeira hora se afigura como um tremendo erro. A concretizar-se custará muito caro aos contribuintes, a começar pelo seu custo financeiro, mas ainda mais importante passando pelo custo ambiental e os potenciais riscos para a saúde pública.

Esta decisão pode hipotecar o futuro da gestão de resíduos na ilha de São Miguel durante décadas, mas a AMISM e os presidentes de câmara da ilha de São Miguel avançam com a cumplicidade do Governo Regional.

O Bloco de Esquerda continuará a lutar contra este projeto e apresentará propostas a nível municipal sobre ele para que seja possível o desenvolvimento de uma política de gestão de resíduos que não ponha em causa a sustentabilidade ambiental dos Açores e para que não se avance com este projeto insustentável e lesivo do interesse público.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado José Contente tem a palavra

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista em primeiro lugar quer saudar os peticionários neste ato de cidadania dizendo que em 2017 nos Açores foram 22 petições apreciadas nesta

câmara, enquanto que, por exemplo, na Madeira foram três, o que demonstra também a nossa participação cívica dos açorianos nesta democracia que nós todos estamos a construir.

Gostaria também de dizer que este processo tem sido felizmente altamente escrutinado, mas é preciso clarificar algumas situações. Há instrumentos de planeamento desde 2008 que são e que foram adotados pela Musami no âmbito das suas competências e isso deve ser naturalmente respeitado e é isso que o PS faz e também o Governo, como já foi anunciado.

De resto há também unanimidade como se viu na última CAPAT, na última Comissão de Ambiente e Trabalho, em relação à posição do atual presidente da Associação de Municípios e do anterior que agora é presidente do concelho da Musami. Isso significa que esse entendimento teve também a ver com algumas preocupações que foram tomadas no âmbito da evolução deste processo e o processo evoluiu efetivamente.

A existência de uma unidade de Tratamento Mecânico e Biológico para haver redução de eliminação e favorecer situações como a reciclagem está até de acordo com uma coisa que é importante nos Açores e convém aqui realçar: é que os Açores (e está estimado em 2017) vão ter uma taxa de reciclagem superior a 40%, enquanto que o país está nos 35% e isso significa que nós estamos a trilhar também um caminho de sustentabilidade e que tem haver aliás com a preocupação do Governo de já ter centros de processamento de resíduos em todas as ilhas e em algumas delas o aterro ter a classificação de aterro zero, nomeadamente com a entrada em funcionamento dos aterros do Corvo, da Graciosa e também de Santa Maria e das Flores que já o tinha.

Portanto, há aqui um caminho fundamental de preocupação com a sustentabilidade e que nós entendemos também que esta situação deve ser de algum modo desmistificada em relação às centrais de valorização. Não é por

acaso que há centrais de valorização energética ao lado da Torre Eiffel, ou no Mónaco, na cidade de Viena.

Portanto, nós temos novas tecnologias. Ainda recentemente na América houve novas tecnologias para diminuir a emissão de gases poluentes e convém também aqui dizer que as dez unidades que mais poluem a atmosfera no nosso país estão essas sim relacionadas com centrais térmicas e com cimenteiras. Essas são preocupações que penso que nós todos devemos ter, nomeadamente quando falamos de saúde pública.

Por isso, saudando os peticionários e tendo em conta também que este processo tem uma parte que está no âmbito do judiciário e que será naturalmente tido em conta pela Associação de Municípios da Ilha de São Miguel e também pela Musami, nós entendemos, como já dissemos algumas vezes e também na comissão, que há várias posturas que podemos ter sobre o ambiente.

Uma é a de pensarmos que tudo isto pode ficar em permanente primavera colorida ou irisada.

Há também aqueles que são muito adeptos só das soluções técnicas que fariam tudo pelo ambiente e há outros que eu penso que são aqueles que têm melhor bom senso que consideram que nós podemos utilizar os nossos recursos até um certo limiar e otimizar a sua gestão.

É isso que nós pretendemos que a futura central de valorização energética da ilha São Miguel também faça e continuamos todos atentos para que a nossa sustentabilidade se mantenha.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Paulo Corvelo para participar. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Corvelo (PCP): Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Saudar os imensos subscritores da Petição “Contra a incineração em São Miguel” na pessoa do primeiro peticionário Filipe Tavares e declarar o apoio aos movimentos de cidadãos que têm contestado a construção de uma central de incineração de resíduos em São Miguel.

O Partido Comunista Português vem, desde há muito tempo, acompanhando a intenção de se construírem incineradoras no arquipélago dos Açores para fazer face ao problema dos resíduos sólidos urbanos. E neste processo sempre afirmámos, e afirmamos uma vez mais, a nossa firme oposição à incineração como forma de tratamento destes resíduos.

O PCP mantém esta posição por ter a certeza que a construção de uma incineradora em São Miguel poria em causa aspetos tão importantes como a saúde, o ambiente e a economia, constituindo um grande retrocesso na política pública de gestão de resíduos e na educação ambiental. A incineradora alimenta-se de resíduos que não chegam a ser reciclados e assim, para o seu funcionamento e rentabilidade, precisa de uma entrada constante destes resíduos.

Muito preocupante é a constatação de que, mesmo quando as emissões das incineradoras estão dentro dos limites legais ou são ainda inferiores, a incineração não deixa de produzir compostos tóxicos, como dioxinas e furanos, que se acumulam no organismo humano e animal até atingir doses elevadas, podendo chegar a atuar como disruptores endócrinos.

As partículas finas inaláveis, não retidas pelos filtros, entram facilmente no organismo por via respiratória e afetam gravemente a saúde. Estes compostos tóxicos poluem gravemente o ambiente e está demonstrado que aparecem mais tarde no leite das vacas alimentadas em pastagens próximas das incineradoras. Ora, a incineração constitui uma grave e desnecessária ameaça à qualidade do

leite e ao tão importante setor leiteiro regional, que só pode sobreviver e competir internacionalmente apostando na qualidade do seu produto.

Mesmo ficando a maior parte destes compostos retidos nas cinzas da incineradora, eles obrigam também à deposição destas cinzas num aterro especial para substâncias perigosas, um aterro que teria de ser construído de raiz, e cuja existência constituiria um risco e uma ameaça latente para o futuro.

Sra. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A construção de uma incineradora na Ilha de São Miguel anularia, portanto, qualquer esforço ou tentativa de aumentar a taxa de reciclagem de resíduos, pois encaminhar-nos-ia para um caminho oposto aos seus interesses e às suas necessidades de funcionamento. Existem alternativas à incineração e a Representação Parlamentar do PCP está disposta a apresentar e a trabalhar na sua rápida implementação considerando as próximas metas europeias que estamos obrigados a cumprir.

Alternativas estas que passam primordialmente por uma verdadeira política de redução na origem, ou seja, limitar a importação de materiais para as ilhas que à partida irão logo constituir resíduos e sem qualquer utilidade, como é o caso das embalagens excessivas ou supérfluas ou dos próprios sacos de plástico.

Por outro lado, soluções como a compostagem de resíduos orgânicos, apoiados por uma forte e eficiente separação na origem, o tratamento mecânico e biológico (TMB) e a recuperação de materiais recicláveis e reutilizáveis constituem soluções de futuro adequadas às características do nosso arquipélago. Consideramos que este deve ser o verdadeiro caminho para a resolução do problema dos resíduos.

Por todos estes motivos a Representação Parlamentar do Partido Comunista Português reafirma a sua firme oposição à construção de uma central de incineração de resíduos em São Miguel.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Agora sim concluimos este ponto da nossa Agenda.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraida Soares, para uma interpelação, tem a palavra, Sra. Deputada.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada, Sra. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental e considerando o nosso horário regressamos amanhã às 10 horas.

Boa noite.

Eram 19 horas e 40 minutos.

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Partido Social Democrata (PSD)

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Partido Popular (CDS/PP)

Maria da Graça Amaral da Silveira

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

João Paulo Valadão Corvelo

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

André Jorge Dionísio **Bradford**

Mário José Diniz **Tomé**

A redatora, Ana Machado